

A QUERELA DE *CLIO* NA REGIÃO DO PRATA E O BRASIL:
TENSÕES E DIÁLOGOS DA ESCRITA DA HISTÓRIA NOS INSTITUTOS HISTÓRICOS
E GEOGRÁFICOS (1838-1852)

Suellen Mayara Péres de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães

Rio de Janeiro
Maio de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

A QUERELA DE *CLIO* NA REGIÃO DO PRATA E O BRASIL:
TENSÕES E DIÁLOGOS DA ESCRITA DA HISTÓRIA NOS INSTITUTOS HISTÓRICOS
E GEOGRÁFICOS (1838-1852)

Suellen Mayara Péres de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada por:

_____ (Orientador).
Prof. Dr. Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães.

Prof. Dr. Fabio Wasserman. (*Universidad de Buenos Aires*)

Prof. Dra. Lúcia Paschoal Guimarães. (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Rio de Janeiro
Maio de 2010

PÉRES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara.

A querela de *Clio* na região do Prata e o Brasil:Tensões e diálogos da escrita da história nos Institutos Históricos e Geográficos (1838-1852).Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2010. xiii, f.164: il.; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2010.

Referências: 164f.

1. Escrita da história oitocentista. 2. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 3. Instituto Histórico e Geográfico Nacional. 4. Região do Prata. 5. Brasil. I. PÉRES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em História Social. III. Título.

Para meu avô Domingos Péres
Madrona e Manoel S. Guimarães
por terem me contado as estórias e
Histórias do mundo dos homens.

AGRADECIMENTOS

Quando o trabalho se torna uma paixão, ele nunca termina. Hoje apresento um texto que é apenas uma primeira interpretação, a qual espero ampliar, pois caminho seguindo a máxima de Guimarães Rosa: “sabedoria é a capacidade de aprender sempre”. Caminhar só muitas vezes é preciso nesse ofício que conversa com mortos, por sorte contei com vários mestres e amigos, que foram imprescindíveis.

A escolha pelo objeto de especialização na pós-graduação foi resultado de uma trajetória completamente aleatória e qualquer tentativa de elaborar uma seqüência narrativa da história da pesquisa, apagaria o papel que a indução teve em nossa trajetória historiadora. Ela começou na disciplina *Metodologia da História* com o professor Ronald Polito em 2006. Dentre as atividades desse curso visitamos a Biblioteca de Obras Raras da Casa Histórica do Pilar em Ouro Preto. Nessa visita, o professor sugeriu que elaborasse o projeto de pesquisa exigido na disciplina sobre o livro *Cartas para a educação das meninas por uma americana*¹. Curiosamente, o manual educacional possuía uma versão em espanhol: *Cartas sobre la educación del bello sexo*², o qual fora um livro encomendado pelo ministro Bernardino Rivadavia, presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata no ano de 1824. A finalidade desse livro consistia em ser uma guia da instituição *Sociedad de Beneficência Pública*, a qual seria responsável por organizar a instrução pública em Buenos Aires. No Brasil, a versão portuguesa daquele livro teve a mesma finalidade educacional. Em 1838, o Visconde do Uruguai encomendou ao secretário João Cândido de Deus e Silva³ a tradução do livro em espanhol. Segundo consta na pesquisa de Mônica Yumi Jinzenji⁴ as *Cartas para a educação*

¹ SILVA, João Cândido de Deus. *Cartas sobre a educação das meninas por uma Sra. Americana passadas do Espanhol a Português, e oferecidas às senhoras brasileiras*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.

² ANÔNIMO. *Cartas sobre la educación del bello sexo*. Londres: Editor: R. Ackermann. 1824

³ SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. 7 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

⁴ JINZENJI, Mônica Yumi “Os saberes sobre a infância no Curso Normal para Professores de Primeiras Letras do Barão de Gerando (1839)”. In: LOPES, A. A. B.M.; GONÇALVES, I.A.; FARIA FILHO, L.M. de;

das meninas serviu de manual pedagógico para a formação das professoras primárias formadas pela escola normal de Niterói⁵ e em várias outras escolas espalhadas pelas províncias do Brasil. Quando seguimos a sociabilidade de João Cândido de Deus e Silva com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, observarmos que muitos sócios da região do Prata participavam daquele grêmio, por conseguinte os rioplatenses fundaram em Montevideú um Instituto Histórico e Geográfico. Diante dessa descoberta fui capturada por essa sociabilidade entre rioplatenses e brasileiros.

Agradecer ao professor Ronald Polito, professora Dra. Andréa Lisly e Dra. Maria Cristina Rosa, primeiros orientadores na época da graduação, significa muito mais que reconhecer suas sugestões e incentivo, e sim dizer com carinho a merecida importância que tiveram para que pudesse caminhar no futuro.

Com o mesmo carinho dirijo-me ao meu orientador do curso de mestrado em História Social da UFRJ, prof. Dr. Manoel Guimarães. Com certeza a mudança dos temas de estudo sobre o corpo, sociedade e cultura para a escrita da história não teria sido feita com qualidade, sem sua ajuda e domínio ultra-especializado no tema. Além disso, Manoel foi um leitor atento, questionador e incentivador sempre. Muito mais que isso, sua prática historiadora me ensinou que o ato de historiar pode ser conduzido pela ética da responsabilidade, aquela que cria condições para a superação do egoísmo.

A solidariedade acadêmica foi ainda a marca da atuação dos dois professores leitores da banca que ora me avalia. Agradeço a professora Lúcia Guimarães pela cordialidade e incentivo, quando indicou preciosas questões na banca de qualificação. Ao professor Dr. Fabio Wasserman, agradecimentos sempre será pouco, porque ele teve a disponibilidade de nos acompanhar ainda que lá de Buenos Aires. Afinal, um desafio foi desenvolver uma

XAVIER, M.C.. (Org.). *História da Educação em Minas Gerais*. 1 ed. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, v. 1, p. 405-415.

⁵ Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 2004.

pesquisa sobre a região do Prata a partir do Brasil. O acesso à bibliografia especializada foi difícil, a dificuldade de entender os processos históricos que nos eram alheios impôs várias vezes um obstáculo a nossa escrita da história. O professor Wasserman nos auxiliou a superar boa parte dessas limitações com extrema cordialidade.

Agradecimentos também devem ser dirigidos ao CNPQ, ao conceder a bolsa de estudos durante os dois anos de pesquisa. E a FAPERJ quem financiou parte dos gastos em nossa viagem de pesquisa à cidade de Buenos Aires em junho de 2009. Então, aproveito para destacar a disponibilidade de todos os funcionários do *Archivo General de la Nación*, aos bibliotecários do *Museo Mitre* e da *Academia Nacional de História Argentina*. Sobretudo, agradeço ao querido Pedro do arquivo do IHGB e aos bibliotecários da Biblioteca Nacional.

No PPGHIS, a simpatia de Sandra e Rita deve também ser lembrada com muito carinho. Nesse sentido, quero agradecer às professoras que compuseram minha banca de qualificação: Dra. Jessie Jane. Também, as professoras com quem cursamos ricas disciplinas: profas. Dra. Maria Paula Araújo, Dra. Francisca Azevedo e Dra. Jaqueline Herman. Gratidão que pode ser estendida aos coordenadores do programa Dr. Manolo Florentino e Dr. Jucá Sampaio. De um modo geral estendo à todos os colegas e professores que nos acompanharam nos seminários e nas disciplinas.

Aos amigos do coração, companheiros de risos e lágrimas, também leitores, de todos sou atenta admiradora, irei nomeá-los: Rogéria, Leandro, Tatianas do meu coração; Taticê, Tati Mol, Tati Sena e Virgínia meus anjos, obrigada. Tem mais: Kelly, Gilson, PC, Wanalise, Pablo, Daniel, Vanuza, Weder e Maria Cristina. Esses de Minas, porém tem mais que conheci no Rio: Livia, minha irmã agradeço o carinho de toda sua família, Suzana, Angélica, Simone, Rafael, Luis, Marcelo, Janderson, Clara, Aldilene, Helena, Mário e querida Bete. Minhas amigas do castelo: Aninha, Nany, Rebeca, Virgínia, Aisatú, Elmira, Equitânia, Lú, Wal, Regiane, Cris, Jussara e Paty. E minha querida amiga que me acompanha desde da infância,

Idamara. E de modo especial a um certo Capitão Rodrigo que saiu do continente imaginário, chegou no final do processo, com tanta amizade e carinho, sobretudo ficou feliz de saber que esse texto floresceu com a nossa poesia chã.

Por fim, agradeço aqueles que são o meu próprio coração, a toda minha família; tios e primos, que são as raízes fortes que me sustentam. Meu querido avô Domingos que virou estrelinha, mas gostaria tanto de ter ouvido o final dessa história. Que bom que ainda tenho vovó Nair e suas preciosas bênçãos. Ao Papai e Mamãe, o que dizer se os dois lêem meus sentimentos e me apóiam incondicionalmente, desde que a filhinha decidiu ser também professora como eles, amo muito! A minha irmãzinha Tchuly, que de tão pequena ficou grande, me embala no colo, sempre que meus olhinhos marejavam. Ao meu irmão Ró, que de longe continua me animando. E porque começo de tudo, agradeço a mística que resplandece sempre no meu íntimo.

RESUMO

Mal começava o século XIX e para muitas pessoas letradas que viveram na região do Prata, a separação política foi interpretada como uma revolução. Começava para eles um tempo em que as ações do mundo dos homens seriam comandadas pelos sopros da musa da história, *Clio*. Como todos eles pertenciam a agitada vida política da região do Prata, vivenciaram todas as querelas, inventaram e reinventaram heróis que contassem a origem de sua pátria. Como Penélope, os primeiros narradores da história contemporânea da região do Prata teceram várias versões. E criaram instituições de saber, Institutos Históricos e Geográficos, atribuindo a missão de escrever a história, crendo que ao recontar o passado modificavam o presente e o futuro de sua região. Como no Brasil, os letrados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também acreditavam. A história da participação dos letrados rioplatenses no Instituto do Brasil expressa o intercâmbio letrado e a circulação daqueles, que exilados por Juan Manuel de Rosas passaram pelo Brasil, também conta como a propaganda rosista e anti-rosista circulou no Brasil. Por conseguinte, a prática colecionadora desses letrados foi responsável por formar os acervos de suas instituições e seus objetos foram transformados em fontes para definição do contorno das fronteiras sul do Brasil com a região do Prata. E assim, os sócios em comum dos Institutos veicularam seus projetos políticos. Os Institutos Históricos e Geográficos desnudam as tensões e os diálogos da escrita da história diante dos imperativos da elaboração das identidades políticas, também como um espaço de diplomacia, ainda que de uma forma silenciosa, mostrando que o Império não esteve de costas para as Repúblicas do Prata durante os anos de 1838-1852.

Palavras-chave: Escrita da história oitocentista; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico Nacional; Região do Prata; Brasil.

ABSTRACT

Began the nineteenth century and for many literate people who lived in the Plata region, the separation policy was interpreted as a revolution. It began for them a time when the actions of men the world would be commanded by the blows of the muse of history, *Clio*. As they all belonged to the bustling political life of the Plata region, experienced all the quarrels, invented and reinvented heroes that told the origin of their homeland. Like Penelope, the first narrators in contemporary history of the Plata region have raised several versions. And the institutions created to know, History and Geography Institute, attributing to them the mission to write the history, believing that the recount would modify the past present and future of their region. As in Brazil also believed the literati of the Brazilian Institute of Geography and History. The history of the participation of scholars at the Institute of rioplatense Brazil expresses the exchange and circulation of those literati who exiled by Juan Manuel de Rosas came from Brazil, also counts as the anti-Rosas propaganda circulated in Brazil. Therefore, the practice of scholarly collector was responsible for forming the collections of their institutions and their objects were transformed into sources to define the outline of the southern limits of Brazil and the Plata region. And so, the partners jointly Institutes conveyed their political projects. Soon, the Historical and Geographical Institutes lay bare the tensions and dialogues of history writing on the imperatives of development of political identities, as well as an area of diplomacy, albeit in a silent way, showing that the Empire has not been back to the Plate Republics during the years 1838-1852.

Keywords: Nineteenth-century history writing; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico Nacional; Plata Region; Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1	
A QUERELA DE <i>CLIO</i> NA REGIÃO DO PRATA	16
1.1 O MUNDO DE <i>CLIO</i> E SUAS QUERELAS NA REGIÃO DO PRATA	17
1.2. ROSAS E A CIVILIZAÇÃO DOS ARGENTINOS EXILADOS.....	28
<i>1.2.1. Clássicos ou românticos? Quem mais se inspirava pela musa?.....</i>	<i>36</i>
1.3. CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE UM DISCURSO ORIENTALISTA?	40
CAPÍTULO 2	
OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS.....	51
2.1. OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS E A SOCIABILIDADE DAS REPÚBLICAS DAS LETRAS	52
<i>2.1.1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>	<i>60</i>
<i>2.1.2. O Instituto Histórico e Geográfico Nacional.....</i>	<i>66</i>
2.2. OS MOMENTOS DE DIÁLOGO ENTRE IHGN E O IHGB	78
<i>2.2.1. A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como coleção</i>	<i>85</i>
CAPÍTULO 3	
CORRESPONDENTES INUSITADOS? OS SÓCIOS RIO-PLATENSES E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO	90
3.1. A CORRESPONDÊNCIA PESSOAL COMO DIÁLOGO INSTITUCIONAL	92
3.2. PEDRO DE ANGELIS E A ESCRITA DA HISTÓRIA COMO A BUSCA SISTEMÁTICA DE DOCUMENTOS	96
3.3. FLORENCIO VARELA, O LEITOR ASSÍDUO DAS BIBLIOTECAS E DOS ARQUIVOS HUMANOS	112
3.4. LER OSSOS TÃO QUANTO OS PAPÉIS: OS ESTUDOS HISTÓRICOS DE TEODORO MIGUEL VILADERBÓ	128
3.5. ANDRÉS LAMAS E O JOGO DURO DO TEMPO PRESENTE.....	134
3.6. SARMIENTO, O AUTOR QUE SE FEZ PRESENTE PELA AUSÊNCIA	141
4. CONCLUSÃO.....	148

ABREVIATURAS

Archivo General de la nación: AGN

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: AIHGB

Archivo Epistolario, Juan Maria Gutiérrez: AE

Biblioteca Nacional (Brasil): BN

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: RIHGB

O exercício das letras é misterioso; o que opinamos é efêmero e adequado pela tese platônica da Musa e não pela de Poe, que argumentou, ou fingiu argumentar, que a escrita de um poema é operação da inteligência. Não deixa de admirar-me que os clássicos professassem uma tese romântica, e um poeta romântico, uma tese clássica.

BORGES, Jorge Luis. *O informe de Brodie*.

1. INTRODUÇÃO

No conto “A velha dama” publicado pelo escritor argentino Jorge Luis Borges no ano de 1970, a personagem Maria Justina era a filha centenária do coronel Mariano Rubio, “a única filha de guerreiros da Independência que ainda não havia morrido.”⁶ A trajetória dos dois personagens atá três gerações da região do Prata: os próceres da chamada revolução de maio, os filhos do exílio e a geração do escritor Borges. Nesse conto, ele destacou a veneração aos eventos das guerras de independência da região, onde as famílias dos generais transmitiram suas memórias épicas até a geração de Borges e seu leitor; “basta que o leitor imagine uma família honrada e arruinada, presidida por uma sombra épica e pela filha que nasceu no desterro”⁷. O coronel e sua família são reais apenas no universo ficcional de Borges, mas sua trama reporta-se a um contexto histórico na região do Prata entre os anos de 1810-1852. Se pudéssemos construir um palco para abrigar as tensões e os diálogos da escrita da história que iremos apresentar aqui, certamente essa descrição de Borges encenaria o primeiro ato.

Logo, o leitor irá perceber como esse universo lá da margem do Rio da Prata, distante da nossa época e das nossas tradições culturais, esteve imbricado com o processo que deu origem ao estado brasileiro⁸ e ainda mais com o feitio da identidade nacional da margem de cá. Os muitos atores que participaram dessa história foram também os primeiros narradores das histórias da região do Prata e do Brasil, nesse trabalho seguimos as trajetórias de alguns desses homens e nas próximas linhas vamos retratar os rioplatenses: Pedro de Angelis⁹, Domingos Faustino Sarmiento, Florêncio Varela, Andrés Lamas e Teodoro Miguel Viladerbó

⁶ BORGES, Jorge Luis. “A velha dama”. In: *O informe de Brodie*. Obras Completas. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Globo. 2ª edição. 1999.

⁷ *Idem*. p. 31

⁸ Cf. FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

⁹ Nasceu em Nápoles, mas adotou a nacionalidade argentina em 1827 quando passou a residir em Buenos Aires.

como sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁰ e do Instituto Histórico e Geográfico Nacional¹¹, durante os anos de 1838-1852¹². Posteriormente, a queda de Rosas em 1852 pôs fim ao exílio dos intelectuais bonaerenses, que contribuíram com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata no ano de 1854 em Buenos Aires, mas esse não será abarcado em nossa pesquisa.

Cabe destacar ainda, que nem todos os países latino - americano fundaram Institutos Históricos e Geográficos, mas todos criaram instituições semelhantes de reconstruções do passado. João Paulo Pimenta identifica nesse evento o momento promissor “de cooperação política e intelectual”¹³ almejada pelos argentinos exilados e uruguaios com os brasileiros. Uma demonstração que o autor considera como a evidência de ligações entre as elites dirigentes do Império e das Repúblicas.

Segundo João Paulo Pimenta, a ligação entre os Institutos significa uma fraternidade institucional, já que antes mesmo da fundação do IHGN, o IHGB mantinha como sócios vários desses intelectuais, e depois, sócios brasileiros integravam o corpo institucional dos Institutos no Prata. Como o próprio Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente do IHGB e sócio do IHGN. O autor considera que:

os Institutos serviram a seus propósitos, enquanto espaço de verdadeira diplomacia internacional, de homenagens e celebrações ajudando a construir bons relacionamentos, e a História atendendo a uma demanda específica de resolver questões entre eles pendentes, como notadamente as referentes aos limites territoriais¹⁴.

¹⁰ A partir daqui identificaremos pela sigla IHGB.

¹¹ A partir daqui identificaremos pela sigla IHGN.

¹² Valentin Alsina, Juan Maria Gutierrez, Alejandro Magariños e Cervantes, Rosas e Mitre, também eram sócios correspondentes do IHGB, mas não participaram ativamente do Instituto como os sócios que citamos e Bartolomé Mitre tornou-se sócio em 1871, época que ultrapassa nosso recorte.

¹³ PIMENTA, João Paulo. “A fundação dos Institutos histórico-geográficos na intersecção das historiografias nacionais de Brasil, Uruguai e Argentina”. In: *Anais XIX Simpósio Nacional de História* - ANPUH, Belo Horizonte, julho de 1997, p.1-14.p.9.

¹⁴ *Idem.* p.10.

O suposto de que os Institutos Históricos e Geográficos no Prata teriam sido fundados a partir do modelo do IHGB foi apontado também na tese do historiador Fabio Wasserman:

Una de las expresiones más significativas del valor y el lugar asignado a la historia en el siglo XIX fue su progresiva institucionalización. En el Río de la Plata, y siguiendo el modelo del *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* creado en 1838.¹⁵

Wasserman ainda destaca que os Institutos Históricos e Geográficos sempre foram interpretados como embriões das Instituições que o originaram, e não pelo o que realmente constituíram-se. Nesse passo, a dissolução dos Institutos pode ser explicada pelas rivalidades políticas, regionais e pessoais entre os sócios, os quais não conseguiram chegar a estabelecer um campo neutro e dogmático. Portanto, os Institutos não conseguiram elaborar uma história nacional, ou seja, um relato histórico que dotava o passado de sentido. Também é difundido por ele que os Institutos se preocuparam em arquitetar coleções documentais, porque esse tipo de escrita era entendido como uma potência transformadora do presente, servindo para atestar o grau de civilização da região do Prata. Em comparação com o IHGB, Wasserman constatou que nos Institutos do Prata “resulta evidente el contraste con el caso brasileiro, cuyo Instituto Histórico e Geográfico amparado por un Estado interesado en la creación de una memoria nacional capaz de legitimarlo, estimuló sus actividades y garantizó su continuidad.”¹⁶. Portanto, os esforços dos sujeitos que formavam os Institutos não puderam contar com o apoio do estado, nem com a comunidade letrada visto que faltavam sujeitos competentes para serem recrutados, então concluiu o autor que tais associações foram Institutos sem sujeitos.

Do conjunto de trabalhos sobre a historiografia argentina queremos resumir outros pontos da tese de Wasserman, *Entre Clio y la Polis: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*, pois o autor investigou a

¹⁵ WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. [1].p.83.

¹⁶ *Idem*.p. 90

cultura histórica¹⁷ da região do Prata, indagando as formas pelas quais as elites letradas se relacionavam com o passado. Seu estudo apontou para um paradoxo que prevalece na historiografia argentina, o qual pode ser resumido na afirmação de que o primeiro esforço de interpretação histórica foi realizado em 1876 com a biografia do general Belgrano escrita por Bartolomé Mitre. Suas interrogantes surgem daí: porque no momento de recepção do romantismo na região do Prata (1830-1860) os escritores românticos não escreveram história nacional¹⁸? Também pergunta: como a biografia de um sujeito representou uma comunidade nacional? Nesse sentido, o autor procura arrolar alguns pontos que expliquem a impossibilidade de não ter sido escrita uma história nacional e citamos alguns dos argumentos de Wasserman: a ausência de diferenças culturais entre a região do Prata e o todo da América hispânica, o desinteresse pelo passado colonial e indígena, e a ausência de uma unidade identitária em torno da revolução de maio¹⁹.

Sin embargo, la existencia de diversas alternativas de organización territorial y político-institucional, superpuestas con los conflictos facciosos, hacía difícil trazar un rumbo histórico irrecusable que tuviera por protagonista a alguna comunidad nacional precisa.²⁰

Dessa conclusão, o processo político de constituição dos Estados nacionais teve relação estreita com as fundações dos Institutos na região do Prata, onde havia uma querela em torno da escrita da história da região que opunha os grupos políticos no Prata.

Diante desses trabalhos, nossa pesquisa avançou nos seguintes pontos: constatamos que os sujeitos envolvidos com a fundação dos Institutos permaneceram em atividade depois que o IHGN teve suas atividades encerradas, portanto detalhamos um pouco dos estudos históricos empreendidos por esses sujeitos. Também constatamos que os sócios do IHGN

¹⁷ Entendemos por cultura histórica todas as formas de representação do passado, bem como a produção de sentido, significados e entendimento relacionados a tais representações.

¹⁸ No século XIX, a narração era o grande modelo explicativo que um historiador possuía para representar uma comunidade nacional. Os fatos e suas causas deveriam estar articulados em mesma trama, unindo passado, presente e futuro em um quadro geral e esquemático, essas constituíram as bases da história nacional de acordo com o paradigma romântico.

¹⁹ A revolução de maio corresponde a primeira etapa dos movimentos de Independência da região do Prata iniciada em maio de 1810.

²⁰ WASSERMAN, Fabio. *op. cit.* p.100.

construíram uma memória em torno da Revolução de maio, a qual identificava na Guerra Grande mais uma de suas etapas; por conseguinte eles atribuíram as glórias da revolução ao estado oriental do Uruguai, que havia sido uma província do Império do Brasil.

Por fim, durante a primeira metade do século XIX a participação de letrados estrangeiros no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro chama a atenção pela expressiva quantidade de livros, manuscritos, panfletos, objetos e correspondência trocados e presenteados pelos sócios da região do Prata. Portanto, concluímos que a relação de intercâmbio letrado e político expressado pelos rioplatenses com os brasileiros através dos Institutos que eles representavam²¹ são descendentes de uma prática antiquária dos Institutos, visto que realizar doações de materiais e trabalhos acadêmicos foi condição para exercer a sociabilidade acadêmica e organizar as fontes que serviriam aos seus propósitos.

Partindo dessa manifestação de sociabilidade, nosso trabalho teve por objetivo iluminar os bastidores da escrita da história no universo letrado dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil e da Região do Prata. Por uma sociabilidade intrínseca dos Institutos, os letrados brasileiros e rioplatenses²² estabeleceram uma relação de intercâmbio que revelou a circulação de identidades políticas das mais diversas sobre a região do Brasil e do Rio da Prata.

Diante dessa constatação, nossa análise se deteve na especificidade da correspondência passiva do Instituto brasileiro com seus sócios da margem do Prata, porque as cartas expressam os modos de fazer uma narrativa histórica a partir da representação de um lugar, ora da região do Prata, ora do Brasil. Segundo Michel Trebitsch, este tipo de carta é chamado de “correspondências intelectuais”, as quais possuem “um nível de linguagem e uma

²¹ O Instituto Histórico e Geográfico Nacional foi fundado em Montevidéu no ano de 1843 e Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata em Buenos Aires no ano de 1854. Ambos foram fundados por letrados argentinos e uruguayos e possuíam sócios brasileiros em seus quadros.

²² Utilizamos o termo rioplatense e Rio da Prata, porque no momento em que os estados nacionais não estavam construídos, pois a identidade com o lugar sobrepunha-se. Nesse sentido o Rio da Prata foi um catalizador das identidades da região. Ver CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

retórica específica, constituindo um tipo de texto permeado por outros textos”²³. Este mesmo autor divide essa correspondência em duas categorias:

A correspondência rede e a correspondência laboratório. A primeira seria a que desperta interesse mais por sua função que por seu conteúdo. É comparável a uma espécie de “relatório de ligação” entre os membros de um grupo organizado em torno de determinadas figuras centrais, com um objetivo comum, de caráter estético, científico ou ideológico. A segunda é vista como um modelo de amizade intelectual entre pares, unidos por preocupações comuns e que experimentam uma relação profunda e durável, não havendo figura central²⁴.

Dessa maneira, os remetentes evidenciaram um “relatório de ligação” entre os sócios brasileiros e platenses. Quanto ao texto das cartas, cabe ser ressaltado que as práticas culturais inerentes à escrita epistolar estão inscritas em padrões, os quais foram estudados a partir dos manuais de civilidade sobre a etiqueta escrituária, pois existem “prescrições técnicas que regulam a composição das cartas”,²⁵ segundo Alcir Pecóra.

Dois instrumentos de pesquisa foram elaborados para análise das correspondências. Utilizamos como base três manuais sobre escrita epistolar editados e estabelecidos por Emerson Tin e o Secretário Português, um manual de escrita institucional editado no século XVIII, mas largamente lido durante todo o século XIX. Segundo Emerson Tin, os manuais de um anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam e Justo Lúpsio são importantes para o estudo da arte de escrever cartas, porque eles foram elaborados em períodos de mudança da escrita desse gênero.²⁶ Procuramos também contemplar nesse instrumento de pesquisa algumas questões elencadas por Ângela de Castro Gomes acerca da pesquisa tendo as cartas como fontes:

²³ TREBITSCH, *apud*: GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si escrita da historia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, pp.163-193, p.165.

²⁴ *Idem*.p.166.

²⁵ PÉCORA, Alcir. “Velhos textos, crítica viva”. In: TIN, Emerson. *A arte de escrever cartas*. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2005. pp.11-17, p. 13.

²⁶ TIN, Emerson. *Op.cit.* p. 13.

Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais os seus objetivos? Qual seu ritmo e volume? Quais suas características como objeto material? Que assuntos/ temas envolvem? Como são exploradas em termos de vocabulário e linguagem?²⁷ .

A correspondência passiva que analisamos são majoritariamente suplicatórias e dedicatórias devido à função dos correspondentes em oferecer objetos, livros e manuscritos ao IHGB. Mas, em todas elas os sócios platenses pedem outro “presente” em troca. A maioria pede os números da *RIHGB* que faltavam à sua coleção. Ora a coleção mencionada era particular, ora era do Instituto ao qual pertenciam.

Enquanto esse primeiro instrumento de pesquisa enfocou os aspectos lingüísticos do gênero epistolar, outro coletou informações sobre o exílio, os trabalhos acadêmicos que estavam sendo realizados, os livros e os objetos que eram doados, as referências do Brasil e do IHGB, a avaliação que se tinha no calor dos acontecimentos no Prata, e sobretudo as referências sobre os Institutos da região do Prata.

Além disso, a conclusão dessa primeira etapa de pesquisa nos encaminhou para o cruzamento das informações com as seguintes fontes: as atas da reunião ordinária, os artigos da *RIHGB* e os relatórios anuais elaborados pelo segundo secretário do IHGB, bem como da identificação da correspondência ativa do IHGB nos arquivos estrangeiros. Estivemos trabalhando em Buenos Aires, para identificar a correspondência ativa, a resposta do IHGB para os sócios rioplatenses, já que na correspondência ativa o secretário anotou quando a correspondência havia sido respondida. Não identificamos nenhuma correspondência passiva nos arquivos da Argentina, o que não prejudicou a pesquisa uma vez que encontramos os mesmos assuntos na correspondência dos sócios platenses com seus compatriotas. De certa forma, as atividades de pesquisa e estudo que foram realizadas em Buenos Aires nos ajudaram a concluir a pesquisa de modo muito mais consistente.

²⁷ GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si escrita da historia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p.21.

O entrecruzamento das fontes do arquivo do IHGB com os arquivos da Argentina permitiu conformar o significado das práticas epistolares no contexto em que elas foram escritas e apreciadas, como também a recepção delas. Destacadamente, notamos que é por essa operação que evidenciou os debates, não – ditos e problemas vividos pelos sócios do IHGB; bem como as soluções que se impunham àquelas discussões. Por outro lado, tais verificações nos permitem não incorrer em anacronismo comum no estudo das idéias, como projetar debates e posições ideológicas que não pertenciam ao IHGB, no período de 1838-1852.

Mas a importância da correspondência que identificamos não se manifesta somente na articulação de identidade e alteridade: o mercado de doações dos sócios rioplatenses ao IHGB desnudava aos sócios do Brasil as políticas tangentes da região do Prata entre os anos do segundo governo Rosas (1835-1852).

Como os narradores da história da região do Prata e do Brasil eram ao mesmo tempo as lideranças políticas da margem de lá e de cá, não seremos demasiadamente enfadonhos ao repetir que a relação de intercâmbio dos letrados brasileiros e rioplatenses se insere na história das relações simbólicas de força daqueles que construíram os estados nacionais no Brasil, Argentina e Uruguai no século XIX. Nesse sentido Manoel Guimarães lembra que:

A historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que levou-a à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo.²⁸

²⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido”. *História em revista*, v.6, dez 2000. Pelotas: IBEP, 2000. p.7.

Por essa sugestão teórica, entende-se que as escritas e leituras da história veiculam um poder simbólico porque mantém uma relação interdependente com um código de poder²⁹ e os conflitos que acompanham seus escritores e leitores. Portanto, nosso olhar não pode perder de vista a investigação das querelas dos sócios em seus respectivos Institutos. Haja vista que os interesses que uniam os letrados acadêmicos não os impediu de entrarem em conflitos. Assim, os debates que acompanharam as reuniões das academias letradas retratam como havia espaço para discussão, ainda que todos seus sócios estivessem associados aos afazeres burocráticos do estado nacional.

Na esfera contemporânea, as grandes narrativas da história e da literatura enfrentam questionamentos radicais, pois a convivência com a diversidade cultural desnaturalizou algo que tínhamos como muito sólido: as identidades nacionais. Os novos olhares³⁰ que lançamos sobre o processo de formação das identidades nacionais salientam que elas precisam ser estudadas a partir do conceito de diferença³¹ a fim de que os estrangeiros possam ser incorporados à comunidade nacional, visto que vivemos num mundo globalizado onde povos de diferentes culturas transpõem as fronteiras nacionais com o fenômeno das migrações.

²⁹ As relações de poder que envolvem a cultura escrita é uma idéia sempre destacada por Roger Chartier. Cf. “O mundo como representação”. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.p.61-81. François Hartog também afirma que as identidades cunhadas pelas narrativas históricas são representações de uma comunidade e de seu mundo social, por essa característica elas sempre ocupam um lugar de poder. “el problema del poder estructura (al menos parcialmente) el espacio de la Historia: hay un código de poder”. HARTOG, François. “La Historia como representación”. *El espejo del Heródoto. Ensayo sobre la representación del otro*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.p.289-337. p.299.

³⁰ Desde a década de 60 do século XX, os historiadores têm investigado o processo que deu origem aos nacionalismos, principalmente por iniciativa dos trabalhos de Benedict Anderson e Eric Hobsbawm. Esses trabalhos tinham um interesse pela história política renovado, porque se comprometiam com a denúncia das violências simbólicas promovidas pelo estado nacional, tais como a restrição dos direitos políticos a uma determinada comunidade nacional, que foi habilmente forjada. Sobretudo, as narrativas que originaram os imperialismos e motivaram os horrores das Guerras Mundiais foram denunciadas. Na década de 80, o grupo pós-colonial aprofundou esses questionamentos, pois consideraram que a narrativa historiográfica do Estado-nação tem que ser despolarizada para que os estrangeiros à comunidade nacional possam emergir como sujeitos com igualdade de direitos dentro da esfera pública. Ver ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. e HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Para o Pós-colonialismo Cf. SAID, Eduard W. *Orientalismo: Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

³¹ Cf. HALL, Stuart. *Op.cit.*

A história tem um papel importante nesse debate atual, já que constituída como biografia da nação moderna ela abafou outros projetos de identidades coletivas. Como narrativa oficial dos estados nacionais, venceu uma história que representava uma comunidade política restrita a poucos atores sociais que dela participavam. Nesse processo que se consolidaram os elementos nacionais, também foram definidos os estrangeiros, haja vista que “a identidade não é *um*, mas *dois*. *Um e outro*. No começo existe o plural. É o princípio da escrita, da análise (*analysis*, divisão, decomposição) e da história. Ver-se-á que “um e outro” se invertem no jogo e no des-conhecido do “nem um nem outro.”³². Porque as identidades são definidas nesse jogo plural, podemos pensar que a história oficial de um estado nacional é também um “lugar de memória”³³ desse processo, por isso muitos historiadores têm explorado o estudo das culturas políticas através da história da historiografia³⁴.

Acompanhando a reflexão sobre a elaboração das culturas nacionais, refletimos sobre a experiência do tempo na qual elas foram elaboradas: o historicismo³⁵. Haja vista que nesse tempo o Estado-nação moderno se consolidou e junto com ele as identidades nacionais, nesse tempo a história ganhou autonomia como disciplina e o historiador tornou-se um profissional.

³² DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.p. 305.

³³ NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUCSP. N° 10, 1993.

³⁴ Nossa referência é o projeto *Dicionário Político y Social Iberoamericano. Conceptos políticos en la era da independências 1750-1850* coordenado por Javier Fernández reúne historiadores de nove países na América Latina, Portugal e Espanha. O objetivo desse projeto é investigar as transformações políticas do período das independências e da construção dos estados nacionais a partir da história conceitual. Pertencem a esse grupo os historiadores argentinos Fabio Wasserman e Noemí Goldman, e os historiadores brasileiros Valdeí Lopes de Araújo e João Paulo Pimenta, entre outros.

³⁵ Como profissionais do tempo, os historiadores tem sempre por objeto a investigação das “ações dos homens no tempo”(Marc Bloch). Portanto, insistimos que o tempo não se mede pela passagem dos anos, pois cada presente constrói uma relação com o passado e o futuro. Para investigar a experiência das sociedades em relação com o tempo dispomos de várias noções: Regime, topos ou cronótopos. Ver os trabalhos seguintes: HARTOG, François. *Régimes d'historicité: Présentisme et expériences du temps*, Paris, Editions du Seuil, 2003. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas de modernidade”. In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.p.9-32. Trabalhamos com a noção de François Hartog, regime de historicidade, que significa a modalidade de uma consciência de si de uma comunidade humana. Em nossa prática ela se mostrou mais operativa porque prevê a comparação de tipos de história diferente.

De tal modo que a história da consolidação do estado nacional é ao mesmo tempo a história da autonomia da nossa disciplina na esfera dos saberes³⁶.

Diante dessa memória disciplinar detalhamos porque o século XIX é identificado como o século da história. No final do século XVIII e início do XIX, o mundo letrado passou a identificar a existência de uma espécie de autoconsciência que comandaria as ações humanas. A chamada consciência histórica pertence a uma filosofia que deu origem ao conceito de História com H maiúsculo³⁷. Segundo Reinhart Koselleck, o processo de gestação da filosofia da história foi um fenômeno que acompanhou a maior parte dos escritos e discursos políticos do século XIX, definindo um modelo de interpretação evolutiva da história e da civilização através do conceito de progresso.

No tempo historicista escrever história equivalia a agir politicamente atendendo as demandas de um passado que era cheio de futuro, porém como a consciência histórica deveria ser exprimida como texto? Como se deveria escrever a história? Tais perguntas ocuparam o centro das reflexões dos letrados historicistas. Dizemos letrados historicistas, pois a diferenciação do historiador e do literato, da história e da literatura foi estabelecida dentro de um processo em que “as demandas peculiares à história e a poética delimitaram-se uma à outra atuando de maneira recíproca a fim de trazer a luz o sentido imanente de *Geschichte*”³⁸.

Dessa forma, a personificação do discurso passou a ser uma exigência tanto da narrativa

³⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido”. *História em revista*, v.6, dez 2000. Pelotas: IBEP, 2000.

³⁷ A mudança da relação do tempo experimentado na Modernidade teve estreita relação com a transformação do conceito de história. Reinhart Koselleck observou que o conceito que designava a história como acontecer, a *Geschichte*, foi sendo preferida ao conceito tradicional *Historie*, que significa a história como relato. Nos anos de 1760-1780, esses dois significados foram associados no uso de um neologismo, “*filosofia da história*”, significando a história como acontecer e como conhecimento do passado. Até então, o mundo letrado se referia a história no plural. As histórias possuíam uma função moral, pois sua narração e estudo servia para iluminar as ações dos homens no presente. No domínio da história como Mestra da Vida, o passado era importante porque fornecia exemplos para o presente, e o futuro era entendido como a redenção ao paraíso eterno. O tempo era estático, repetitivo e não se pensava em grandes e diferentes mudanças. A expectativa sobre o tempo começou a ser transformada pelas novas experiências que foram abertas com as revoluções modernas. Daí, os homens começaram a perceber que poderiam intervir não só nos contratos sociais estabelecidos pelas formas políticas, como também intervir no futuro de suas sociedades. Desse modo, o passado deixou de fornecer exemplos para presente, ele passou a conter os germens do futuro. KOSELLECK, Reinhart. *história / História*. Madrid: Editorial Trotta, 2004. p.27-153.

³⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Op.cit.*p.51

histórica quanto da poesia, justamente porque se acreditava que a História era a única capaz de trazer a luz os motivos reais das ações humanas. Portanto, podemos afirmar que a configuração da moderna escrita da história não foi uma passagem abrupta do modelo da história erudita para o modelo da história filosófica.

Então, a importância do *como se deveria escrever a história* não se esgota no seu contexto, ela ocupa um lugar central na genealogia dos conceitos e das práticas do historiador e da história. Entretanto, o fenômeno de separação dos conhecimentos em campos disciplinares foi um processo lento e acompanhado também por lutas simbólicas³⁹.

Por um lado tratamos das identidades políticas provenientes das narrativas históricas sobre o diferente, por outro vamos pelo caminho traçado pela história das sociabilidades letradas, e essa transcorre no universo das paixões pelos objetos culturais, sejam eles livros, manuscritos, medalhas, fósseis, objetos de arte, entre outros mais. Vamos invadir um tempo em que os lugares de exercício das letras ocorriam na esfera pública de instituições culturais, ou associações; como os homens das letras preferiam dizer; museus, arquivos, bibliotecas e academias letradas.

Os letrados oitocentistas dependiam muito de seus pares, seja para comentar seus textos até emprestar livros inéditos⁴⁰. Por isso, a prática epistolar entre os grupos letrados é de extrema importância para estudar seus trabalhos e como eles construíram suas escritas.

Portanto, a história que ora vamos narrar é também a história de uma amizade, entendida como predicado da dependência do outro no trabalho erudito, ou para interpretar de uma maneira mais sutil, de uma solidariedade de par que inseria os integrantes de um grupo letrado num mercado de bens, donde doar equivalia a oferecer outro objeto em troca. Numa espécie de economia do dom, se fossemos desenvolver nossa análise sob o arcabouço teórico

³⁹ BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.p.122-156.

⁴⁰ Naquele tempo, advertimos que inédito compreendia os textos manuscritos que ainda não haviam sido editados.

de Marcel Mauss⁴¹, todavia preferimos pensar com a economia das formas simbólicas de Pierre Bourdieu⁴², porque o mercado das letras que se configurou no cenário do nosso objeto constituiu campos disciplinares ainda que num largo período de tempo. História, Geografia e Estatística eram campos em formação nos Institutos Históricos e Geográficos americanos, entretanto já acumulavam grande capital simbólico dentro do exercício de poder do estado nacional. Observemos, pois, como esses mercadores das letras começaram a ocupar espaços privilegiados nas instituições que eles participavam.

No capítulo 1, caracterizamos a Querela de *Clio* e o contexto político da região do Prata, destacando as participações dos sócios que pertenceram ao IHGB. Mostramos como a experiência do exílio modificou as leituras dos argentinos exilados, e como eles transformaram suas escritas em instrumento político contra Rosas. Na querela de *Clio* a retórica da alteridade foi expressa na dicotomia civilização-barbárie para caracterizar os grupos políticos. Nesse sentido, Rosas e Pedro de Angelis também utilizaram dessa retórica e inverteram a classificação do bárbaro. Então, entendemos que nem sempre a relação expressa pela oposição corresponde a um discurso orientalista. Por fim, destacamos os aspectos da Querela de *Clio* no ano de fundação do IHGN.

No capítulo 2, investigamos as atividades que caracterizavam os Institutos Históricos e Geográficos. Descrevemos as atividades do IHGB e do IHGN, mostrando que eles eram herdeiros do Instituto Histórico de Paris. Revelamos como se deu a comunicação entre os sócios de um e outro Instituto para mostrar que a fundação do IHGN tem profunda relação com a Querela de *Clio*, pois o IHGN teve como principal missão celebrar as festas de maio. E

⁴¹ A economia do dom é caracterizada em grupos ou sociedades que os membros realizam trocas sem necessariamente receber algo no momento. Nesse caso, a reciprocidade é retribuída com outros tipos de serviços, ou bens, pois o valor não se relaciona à força de trabalho e sim ao valor do uso. É o chamado dom e contra dom. MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

⁴² Para o sociólogo francês o campo cultural funciona como um mercado, onde as relações de força também se orientam pela lei da oferta e da procura, porém o valor do capital corresponde ao acúmulo de lugares de poder dentro dos campos, os quais foram definidos por Bourdieu: social, cultural, econômico, simbólico e científico. Por isso ele constatou que os grupos que se mantêm no poder são aqueles que monopolizam e reproduzem entre si seus lugares e bens culturais. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. (org. Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.

no último sub-item mostramos como a *RIHGB* circulou na região do Prata e foi lida pelos rioplatenses como uma coleção de documentos do Brasil.

No capítulo 3, as escritas da história dos sócios rioplatenses que mais participaram do IHGB foram investigadas através dos trabalhos que eles doaram ao IHGB, por isso argumentamos que cada objeto doado pertencia a um projeto de escrita, possuía uma filosofia e um método. Verificamos então que todos os sócios eram colecionadores e utilizavam suas coleções para realizações de seus estudos históricos. Mas a principal descoberta foi com os estudos de Florencio Varela e Viladerbó que demonstraram ter estudado a historiografia ultramarina depositada na Biblioteca da Corte e reatualizaram o método de escrita da história realizado pelas *Décadas* para as interpretações da História da região do Prata.

CAPÍTULO 1

A QUERELA DE *CLIO* NA REGIÃO DO PRATA

Em tempos helênicos, os bons feitos políticos eram interpretados pela sociedade como uma inspiração de *Clio*. A musa da história e da criatividade foi também celebrada no campo dos poderes políticos porque se acreditava que a eloquência, aquela principal fiadora das relações políticas, também estava sob seus domínios⁴³. Em outro tempo bem distante dessa teogonia clássica, *Clio* iria concentrar os sentidos das ações políticas, e retornaria ao mundo dos homens vestindo o conceito de história do regime historicista.

Como estamos no final do túnel do tempo é fácil identificar como *Clio* foi importante em várias épocas, todavia não queremos correr o risco de olhar para o passado anacronicamente. Queremos lembrar que, organizada como uma disciplina no século XIX, a história ocupou a mesma função que o mito nas sociedades antigas⁴⁴, visto que é em forma de narrativa histórica que as comunidades expressaram e expressam a busca de suas origens.

Então, mesmo que cada época tenha engendrado uma especificidade para a escrita da história, vejamos *Clio* em sua imagem clássica, segurando um rolo de pergaminho, uma pena e passeando pelo mundo dos homens. A imagem de *Clio* representa (e inspira) parte da narrativa desse capítulo que busca responder nossas primeiras questões: Como ler a história do mundo letrado oitocentista visto que não temos acesso aos lugares de poder onde elas se hospedavam? E com quais objetivos elas foram escritas?

Com essas perguntas voltamos ao momento que os letrados rioplatenses começaram a participar do Instituto Brasileiro. Momento em que a vida política da região do Prata transcorria entre muitas querelas, nas quais *Clio* era acessada como a fonte de quase todos os discursos políticos. Pois, desde o momento da independência em 1810 até a organização

⁴³ HESÍODO. *Teogonia. A origem dos deuses*. Trad. J.A.A. Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.

⁴⁴ DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

centralizada da República Argentina em 1860, a vida política da região do Prata foi vivida de maneira intensa no campo de batalhas e na imprensa. Sem distinção de gênero, homens e mulheres letrados envolveram-se nos conflitos políticos que caracterizaram esses anos, apoiaram e abandonaram seus grupos políticos e projetos; fundaram e abortaram várias associações, jornais e exércitos em função dos acontecimentos que ocorriam de modo tão efervescente. Assim caro leitor, para ler os materiais doados ao Instituto brasileiro pelos letrados rioplatenses é preciso retratar a forma com que eles se envolveram na vida política de sua região, sobretudo deve ser relacionado o papel que a história adquiria dentro de suas querelas. A narrativa das próximas linhas aborda, pois, esses pontos.

1.1 O mundo de *Clio* e suas querelas na região do Prata

Para aqueles que viveram em campo de batalha e acompanharam o desenrolar de uma vida política com ares de liberdade frente à monarquia hispânica, a seqüência dos eventos transcorridos em maio de 1810 constituíram uma revolução de fato. Daí em diante, o conceito de revolução assumiu a função explicativa das transformações que ocorreram pós-independência. Então, a revolução de maio ou a “feliz revolução”⁴⁵ deu início à história com H maiúsculo da região do Prata, constituindo-se como o mito que deu origem aos estados nacionais platenses, segundo Fabio Wasserman⁴⁶. Portanto, quando lemos a palavra revolução nos discursos rioplatenses ela pode designar:

Entre otros, como sustantivo en que se objetivan sucesos o procesos; como un adjetivo que califica hechos, actores o una época; y en ocasiones, como un sujeto que interviene en el curso histórico.⁴⁷

⁴⁵ “feliz revolução” era um termo utilizado pela imprensa rioplatense para valorizar os aspectos positivos das transformações políticas, referência a revolução de maio de 1810. Ver: Wasserman, Fabio. “Revolución”. In: Noemí Goldman. *Lenguaje y revolución conceptos claves en el río de la plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008.p.159.

⁴⁶ WASSERMAN, Fabio. *Op.cit*[1].p.163.

⁴⁷ *Idem*. “Revolución”. In: Noemí Goldman.*Op.cit*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008.[2].p.159-160.

Diante da gama de sentidos atribuídos a revolução como um conceito histórico, as interpretações da história da região foram alteradas, logo *Clio* desempenhou um papel orientador, como em toda sociedade que se guiou a partir do historicismo. Cabe por assim dizer que como uma sociedade que se dirigia pelas glórias de uma revolução, as representações do passado foram elaboradas na relação com o evento de maio, inclusive os conflitos civis que ocorreram pós 1810.

Já na seqüência dos anos de 1830-1860, a observação das conseqüências de maio passou a ser encarada do ponto de vista das heranças negativas. Por conseguinte, os letrados rioplatenses entenderam que a revolução de maio desencadeou o desconhecimento das hierarquias, a desorganização das atividades econômicas e as transformações dos vínculos políticos e sociais. Enfim, todos esses fatores produziram uma visão de crise na sociedade platense⁴⁸.

Tais entendimentos sobre o presente dirigiram as elites rioplatenses a identificar o passado em torno de uma origem que nascera recentemente para aquela época. Então, se a revolução de maio despontara como uma marca salutar foi porque a sociedade platense se viu dentro de um tempo que hierarquizava o presente, como se ele existisse em si mesmo. Por essa reflexão qual a importância do passado nessa sociedade que valorizava mais o tempo presente dos acontecimentos revolucionários? Como lembra Guillermo Padilla:

*En una época “revolucionaria” se agudiza especialmente- hasta adquirir rasgos obsesivos- la pregunta por la identidad, realizada a partir de la diferencia con otras épocas e otros pueblos. A partir de ese momento la vuelta al pasado- al archivo, cuya etimología refiere-se al origen de todo- se hace recurrente, iniciándose o prosiguiéndose una narración que en las modernidades nacionales transcurre fundamentalmente en el espacio de la escritura.*⁴⁹

⁴⁸ WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

⁴⁹PADILLA, Guillermo Zermeño. *La cultura moderna de la Historia. Una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colégio de México, 2002.p.61-62.

Sob essa observação do comportamento social em época revolucionária, o passado se torna importante visto que preenche as novas identidades sociais com aspectos de uma nova origem. Então, antes a sociedade reconstituía suas origens através das narrativas orais, no tempo da construção dos estados nacionais a questão das origens já não “é o que se conta, mas a atividade multiforme e murmurante de produzir o texto, de produzir a sociedade como um texto”⁵⁰. Portanto, o arquivo junto com o passado que poderia ser encontrado nele transformam a origem em um saber escrito capaz de abrigar todas narrativas que tinham como fim produzir novas identidades.

A elaboração das identidades nacionais acompanhou o movimento de organização dos estados nacionais, sabemos que esse processo foi bastante longo nos países ibero-americanos. Então cabe destacar quais identidades circulavam antes dos movimentos de independência. Nesse passo, lembramos que o pacto político que regia a relação entre o rei e os povos estabeleceu instituições de participação na América hispânica como os *cabildos*, os quais estabeleceram as cidades provinciais. Por essa organização, as identidades pátrias se definiam onde se nascia, estabelecendo uma profunda relação com o local. Já ao que tangia as identidades inter-provinciais, todos pertenciam à grande pátria universal formada pela monarquia católica, da qual a monarquia hispânica foi a maior representante⁵¹.

Todavia, a acefalia do Império espanhol em 1807 desorganizou o pacto político, conseqüentemente as identidades. O que se seguiu ao vazio do trono foi a reunião de todos os reinos pela junta regente instalada em Cádiz no ano de 1812. Entretanto, a convivência de deputados peninsulares e americanos acentuou as diferenças políticas entre eles, haja vista que a constituição do Império hispânico concedia o direito dos reinos se autogovernarem na ausência do rei. Então, os americanos reivindicaram suas identidades pátrias para exercerem o autogoverno que lhes era competente, o qual estava prestes a ser centralizado pelos deputados

⁵⁰ *Idem*, p. 63

⁵¹ ANNINO, Antonio e GUERRA, François Xavier. *Inventando la nación*. Iberoamérica siglo XIX. México:Fondo de Cultura Económica, 2003.

peninsulares. Visto dessa perspectiva jurídica, os movimentos da independência na América hispânica foram consequência dos conflitos em torno da representatividade política, ao contrário do sentimento “protonacionalista”, como apontaram François Xavier Guerra e José Carlos Chiaramonte, entre outros historiadores⁵².

Ainda quanto o tema das identidades cabe mencionar, pois, um excerto de Guerra. “O problema da América Latina não é o das nacionalidades diferentes se constituindo em Estados, mas, sobretudo o problema de construir, a partir de uma mesma “nacionalidade” hispânica, nações separadas e diferentes.”⁵³. Por essa citação pode ser concluído que as identidades pátrias prevaleceram na cena política do período pós-revolucionário e fizeram parte das principais reivindicações políticas da sociedade rioplatense.

Logo após os eventos da independência em 1810, os discursos políticos profetizavam que a “feliz revolução” erradicaria as mazelas sociais, políticas e econômicas herdadas pela administração colonial. No bojo dessas reivindicações devemos considerar os papéis das associações socioeconômicas, mutualistas, de divertimento e maçônicas que foram fundadas em Buenos Aires entre os anos de 1829-1862. Segundo Pilar Gonzáles Bernaldo, os espaços de sociabilidade freqüentados pelas elites porteñas expressavam uma idéia de nação, a qual se conceituava a partir do exercício da sociabilidade⁵⁴. Dessa forma, a comunidade política era encarada como a união dos indivíduos–cidadãos que esperavam promover o bem-estar social. Nesse ponto, a autora pondera que a identidade nacional não pode ser considerada apenas como expressão de um estado nacional e consolidado, pois outros conceitos de nação circulavam na sociedade porteña e não devem ser desprezados.

⁵² ANNINO, Antonio e GUERRA, François. *Op.cit.* e CHIARAMONTE, José. *Op.cit.*

⁵³ GUERRA, François X. “A nação na América espanhola: a questão das origens”. *Revista Maracanã*. Rio de Janeiro: UERJ. 1999/2000. Ano I, nº1, p.11.

⁵⁴ GONZÁLES BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

Aqui Gonzáles Bernaldo se refere à tese de Chiaramonte, posto que ao mesmo tempo em que ele desconstruiu o anacronismo da idéia de proto-nacionalismo na região do Prata, ele enfatizou somente o estudo da identidade entendida como nacional⁵⁵.

Então, do ponto de vista da circulação de outras identidades, muitos historiadores da vida política da região do Prata concluem que tal permanência das identidades pátrias orientaram a organização independente das repúblicas provinciais, sobretudo porque a noção de federalismo reivindicada por elas exigia o respeito às autonomias locais⁵⁶. Nesse sentido, esses pontos podem ser interpretados como um dos motivos pelos quais a consolidação de uma instituição de caráter soberano sob as províncias não se consolidou no período pós-revolucionário como defende Marcela Ternavasio⁵⁷.

Diante desse quadro, as disputas entre os grupos políticos federais e unitários se referiam à direção do poder administrativo. Podemos dizer em linhas gerais que os federais defenderam o respeito das autonomias locais das províncias, enquanto os unitários desejaram consolidar instituições deliberativas comuns a todas as províncias que representasse e centralizasse as repúblicas provinciais. Assim, os conflitos que se estabeleceram em torno das formas de exercer a direção política acompanharam os projetos de identidade dos diferentes grupos políticos que assumiram o poder⁵⁸.

Durante os anos de 1810 até 1852, as assembléias constitucionais foram reunidas quatro vezes na região do Prata, das quais nenhum texto foi ratificado por todas as províncias independentes. Conforme uma dessas iniciativas constituintes havia sancionado em 1826, período em que o governo unitário exerceu a direção política sobre as repúblicas provinciais,

⁵⁵ Estamos nos referindo ao seguinte artigo de Pilar Gonzalez Bernaldo. "La identidad nacional" en el Río de la Plata post-colonial: continuidades y rupturas con el antiguo régimen. *Anuario del IEHS "Prof. Juan C. Grosso"*, n.12. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, p.109- 122, 1997.

⁵⁶ CHIARAMONTE, José Carlos. *Op.cit.*

⁵⁷ TERNAVASIO, Marcela. *Gobernar la revolución. Poderes en disputa en el Rio de la Plata*, 1810-1816. Buenos Aires: siglo veintiuno editores, 2007.

⁵⁸ GOLDMAN, Noemí. "Los orígenes del federalismo rioplatense (1820-1831)". In: GOLDMAN, Noemí. directora de tomo. *Nueva historia argentina, Revolución, República, Confederación* (1806-1852). 2ª edición. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.p.103-118.

a sala de representantes era formada por uma eleição direta, na qual os eleitos decidiam quem deveria ocupar o poder executivo. Os unitários organizaram o processo eleitoral em listas variadas de candidatos, por isso as eleições não desencadeavam dissidências políticas dentro dos grupos⁵⁹.

Em 1827, Bernardino Rivadavia, unitário e presidente constitucional, enfrentava muita resistência das províncias e dos seus representantes à constituição de 1826. Externamente, ele reconheceu a convenção de paz com o Brasil, na qual o Império brasileiro incorporava a banda oriental⁶⁰. A guerra perdida nos territórios orientais representava o fim do projeto artiguista de se criar naquela região repúblicas independentes. Todos esses fatores motivaram a renúncia de Rivadavia em 1827, acirrando as posições entre unitários e federais naquele momento. Logo, vários representantes sucederam-se até a dissolução da sala de representantes.

Quando Rosas assumiu a província de Buenos Aires em 1828, o processo eleitoral dos unitários foi modificado. O general substituiu as listas variadas pela lista única de candidatos, acirrando as disputas políticas entre os elegíveis dentro dos grupos políticos. Em 1835, as contendas entre eles entraram em ebulição quando a sala de representantes concedeu faculdades extraordinárias a Rosas. A unanimidade alcançada pelo caudilho nas eleições deixou muitos unitários fora da cena política, como também alguns federais doutrinários que se opuseram à lei de 1835⁶¹. A partir de então, a acumulação de poderes do caudilho não impediu que outras formas de exercício da cidadania fossem extintas, porque Rosas preservou o regime eleitoral de sufrágio universal e direto realizado nos estados provinciais. Mesmo sem

⁵⁹ TERNAVASIO, Marcela. "Hacia um régimen de unanimidad. Política y elecciones em Buenos Aires, 1828-1850". In: Hilda Sabato. *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México:Fondo de Cultura Económica, 1999.p.119-141.

⁶⁰ GOLDMAN, Noemí. *Op.cit.Ibidem*.

⁶¹ TERNAVASIO, Marcela. *Op.cit*.

uma constituição vigente, Rosas conseguiu que as repúblicas provinciais permanecessem conectadas consensualmente⁶².

Assim, o regime da “Confederação Argentina” organizada por Rosas não significou que a legalidade liberal estabelecida pelas lideranças do partido unitário fosse engessada, como afirmou a historiografia argentina positivista⁶³, nem que sua atuação política estivesse estruturada somente através da manipulação de suas milícias.

Em paralelo as discussões promovidas pelas disputas políticas entre Rosas e seus opositores, as elites rioplatenses esperavam promover o alargamento da participação social em outros espaços públicos como as sociedades literárias, clubes, cafés e associações culturais. Entre as discussões das associações porteñas e os projetos políticos constatam-se um eixo comum entre eles. Como pode ser observado nas reformas eleitorais do período rosista⁶⁴, nas campanhas abolicionistas e no ensino popular destinado as camadas pobres e as mulheres⁶⁵. Então, até 1860 nenhuma identidade nacional concisa prevaleceu na região do Prata, por sua vez esse pode ser um dos motivos que explique que não se tenha escrito uma história nacional, como argumentou Wasserman⁶⁶.

O leitor deve se perguntar como as questões levantadas nos espaços de sociabilidade ganharam foros públicos na região do Prata? A resposta é muito simples, resta saber que as pessoas que formavam as elites letradas e as elites políticas eram as mesmas. De tal sorte que esse histórico promoveu a imprensa e aquele que escreve, pois o clima de guerra imprimia a transformação constante das formas de exercício do poder, daí a imprensa acumulou a função de lugar de exercício político. Segundo Paula Alonso:

⁶² *Idem*.

⁶³ DEVOTO, Fernando. “Los historiadores positivistas argentinos: conjuntos e itinerários”. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p.42-67.

⁶⁴ TERNAVASIO, Marcela. “Hacia um régimen de unanimidad. Política y elecciones em Buenos Aires, 1828-1850”. In: Hilda Sabato. *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México:Fondo de Cultura Económica, 1999.p.119-141.

⁶⁵ GONZÁLES BERNALDO, Pilar. *Op.cit.*

⁶⁶ WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

Decir que esta prensa era política, de opinión o partidaria sería una redundancia. Aunque informara, ésta distaba de ser su meta. La prensa irrumpió con fuerza en América Latina con los conflictos políticos e ideológicos que rodearon la Independencia y continuó siendo a lo largo del siglo, y aún entrando en el siguiente, uno de los principales ámbitos de discusión pública y una de las principales formas de hacer política. Y aunque inevitablemente defraudados, muchos de quienes escribían afanosamente en ella depositaron en su existencia la esperanza que la discusión apaciguara las luchas persistentes⁶⁷.

Portanto, a partir dessa reflexão das formas de exercício político na região do Prata através da imprensa e do lugar destacado que foi ocupado pelos letrados é extremamente complexo diferenciar o que constituía uma escrita literária de um panfleto político e vice-versa. Por fim, cabe concluir que as interpretações sobre a história da região do Prata foram afetadas pelas dinâmicas das representações do poder político e de seus conflitos, por isso qualquer tentativa de compreender as representações do passado e da escrita da história não pode ser desprendida do estudo da história política.

Tal aprendizado nos levou a sistematizar uma chave de leitura para análise desse período. O que denominamos a querela de *Clio* serve para investigar a relação entre história e poder no meio dos debates que mobilizaram a opinião pública, uma vez que por uma extensão de sentido, entendemos que uma querela não significa só uma queixa, mas também uma contenda, debate e discussão.

Além disso, a palavra querela tem uma história na esfera das linguagens da região do Prata. Os sentidos atribuídos à palavra em questão guardam relação com um instrumento jurídico muito praticado em toda a América Ibérica desde a elaboração das ordenações filipinas em 1603 até meados do século XIX, quando as organizações dos estados nacionais reformaram os antigos códigos jurídicos⁶⁸ na América. Como era prevista nas ordenações, a

⁶⁷ ALONSO, Paula. *Construcciones impresas : Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2004. p.8.

⁶⁸ No Brasil o código de processo criminal de 1832 extinguiu grande parte das legislações Filipinas. As *devassas gerais, as devassas especiais, as querelas e as denúncias* foram eliminadas. Na região do Prata, especialmente no território da atual estado Argentino, a legislação colonial prevista pelas ordenações Filipinas e pelo conselho

querela equivalia a uma denúncia de alguns tipos de malefícios, podendo ser processada no foro crime se o malefício envolvesse lesões corporais, ocorrência de adultério e fuga de presos, ou no foro cível quando as queixas decorriam de falso testemunho, ameaças e calúnias⁶⁹. Os inimigos não podiam se acusar salvo se fosse comprovado que o antagonista fosse apóstata, ou desse falso testemunho. Sendo assim, os advogados das partes apresentavam as características morais do réu e do autor, como parte dos argumentos que pudessem promover a defesa e justificar o auto entre inimigos.

Assim vemos que a querela, como um processo, pertencia ao mundo cotidiano dos cidadãos que se viam envolvido em algum tipo de contenda na América Ibérica. Ainda podemos notar que quando qualificamos uma discussão como querela, retoma-se o significado de uma prática jurídica.

Na seqüência, passamos a tratar de como a querela de *Clio* na região do Prata se constituiu um instrumento de leitura nessa pesquisa. Para alguns estudiosos das ciências humanas, quando as reivindicações culturais se infiltram nas instâncias públicas e promovem a ampliação da cidadania através da mobilização dos intelectuais, logo o espaço acadêmico ganha não só mais leitores, como também foros públicos. E esse fenômeno atual tem causado as chamadas guerras culturais e ganhado reconhecimento de um evento político, cuja consequência é a ampliação do conceito de cultura, sobretudo⁷⁰.

Para Joan de Jean a *Querelle des Anciens et des Modernes* pode ser considerada a primeira guerra cultural dos tempos modernos. A primeira querela é uma nomenclatura que dá unidade ao conjunto das controvérsias literárias do ambiente acadêmico francês entre os anos

das Índias só foram substituídas em 1853 com a elaboração da Constituição Argentina, inspirada no livro de Juan Batista Alberdi *Organizacion de la Confederacion Argentina*. Segundo ele: “Cambiar el derecho de los vireyes, es desarmar á los tiranos, y no hay mas meio de acabar con ellos. El tirano es la obra, no la causa de la tiranía; nuestra tiranía económica es obra de nuestra legislacion de Carlos V y Felipe II, vigentes en nuestros instintos y practicas, á despecho de nuestras brillantes declaraciones de principios.” ALBERDI, Juan Batista. *Organizacion de la Confederacion Argentina*. 1858.p.404.

⁶⁹ LARA, Silvia Hunold. *Ordenações Filipinas por Portugal. Livro V*. São Paulo: Companhia das letras, 1999. p.383-396.

⁷⁰ DE JEAN, Joan. *Antigos contra Modernos. As Guerras Culturais e a construção de fin de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

de 1687-1715. A fonte da querela pode ser resumida no paralelismo que costumava ser atribuído a autores antigos e modernos, mas que hierarquizava os autores antigos e os indicava a serem imitados. A autoridade dessa hierarquia passou a ser questionada por alguns autores, que passaram a ser nomeados “modernos”. Não demorou muito para que o *front* de todas as artes estivesse organizado na oposição de antigos e modernos. Doravante, a querela os modernos reivindicaram a noção de progresso como o elemento que dava movimento aos marcos temporais, com a finalidade de legitimar os modernos em relação aos antigos. Charles Perrault, o autor moderno que mais polemizou o debate, expressou seu uso do termo moderno como uma série e deu sentido de marco temporal à noção de século.

No bojo dessas disputas, o choque com a historicidade foi um mandato incluso a essa primeira querela, visto que a certa altura do debate, os ditos modernos perceberam que com a passagem dos anos eles poderiam ser os futuros antigos. Se por um lado os letrados envolvidos com a *querelle*⁷¹ realizaram as primeiras sistematizações das noções do tempo em épocas balizadas por um ponto ápice e uma decadência, por outro eles criaram a interpretação negativa para o *fin de siecle*, o qual passou a ser caracterizado como o final de uma época de turbulências.

Por todas as partes que descrevemos aqui, consideramos que a região do Prata vivenciou uma espécie de querela, pois como lembra De Jean: “nestas horas como em nenhuma outra, a literatura torna-se matéria da história em vez de matéria da história literária, não é mais apenas atividade ou evento, mas evento *político*.”⁷² Assim, o exercício que fizemos de investigar o contexto da região do Prata do prisma de suas querelas, as quais tornaram as questões literárias matéria da vida política, se conclui com o lugar que *Clio* ocupou em todos os debates da querela.

⁷¹ Detalhes sobre os temas da querela podem ser encontrados em Antonio Edmilson M. Rodrigues. “A querela entre antigos e modernos: genealogia da modernidade”. In: RODRIGUES, Antonio Edmilson M. e FALCON, Francisco José Calazans. *Tempos modernos: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁷² DE JEAN, Joan. *Op.cit.* p.51.

O leitor se lembra da função que a revolução de maio ocupou na vida política. Agora vamos mostrar que esse *locus* privilegiado na vida pública da revolução foi introduzido mediante um livro que definiu os conceitos de revolução e contra-revolução: *Bosquejo de nuestra revolución desde el 25 de Mayo de 1810 hasta la apertura del Congreso Nacional* escrito em 1816 por Déan Gregório Funes. A história da primeira narrativa histórica sobre a revolução de maio começa em 1812, quando Bernardino Rivadavia pediu a Funes que escrevesse a história da revolução de maio. Ele descreveu os fatos que sucederam a revolução de maio através das memórias, biografias e autobiografias, e caracterizou a crise monárquica como a marca das causas que motivaram os protagonistas do processo. Por conseguinte, o que sucedeu a circulação do texto de Funes foi a sua vulgarização, segundo Wasserman constatou em vários textos sobre a revolução podem ser encontradas passagens que foram copiadas do texto de Funes, as quais atestam como as representações da revolução de maio sistematizadas pelo autor foram assimiladas pela sociedade rioplatense⁷³.

Ainda quanto à circulação expressiva da revolução de maio na sociedade rioplatense, deve ser mencionado o debate realizado no congresso constituinte em 1826, quando os deputados da assembléia queriam eleger e homenagear os heróis da revolução de maio e conceder uma pensão a eles. O projeto foi acompanhado de várias tentativas de reinterpretar a revolução. Desse modo, houve uma divisão da revolução de maio em etapas. O primeiro momento pertencia à crise da monarquia e a exploração colonial que desencadeou o processo de luta por uma nova ordem. No segundo momento, os protagonistas da revolução haviam agido conscientemente sobre seus rumos. Assim, o debate inaugurado no congresso serviu para expor as identidades provinciais e as suas reivindicações, sobretudo deu destaque à participação ativa dos generais das províncias no processo revolucionário, por isso surgiram várias tentativas de interpretação do evento de maio e biografias dos generais⁷⁴.

⁷³ WASSERMAN, Fabio. *Op.cit*[1]. p.169.

⁷⁴ WASSERMAN, Fabio. *Op.cit* [1].

Em resumo, o que denominamos a Querela de *Clio* se refere ao conjunto de disputas sobre o discurso histórico da região do Prata, visto que o monopólio sobre as imagens da revolução de maio diferenciava os grupos políticos, causava embates entre eles, pois cada um queria reservar para si um lugar ao “Sol de Maio”. Por sua vez, a controvérsia de *Clio* criava hierarquias do conceito de civilização da região e multiplicava as identidades da revolução de maio, porque entre os legados da Revolução, os grupos políticos esperavam que a região alcançasse o patamar das sociedades civilizadas. Portanto, todos os letrados esperavam interpretar os acontecimentos políticos vividos após 1810 dentro de um quadro civilizador⁷⁵.

1.2. Rosas e a civilização dos argentinos exilados

A esta altura da nossa narrativa, provavelmente, o leitor realizou uma analogia entre a Revolução de maio com a Revolução francesa, ainda mais se o leitor tiver ido à Buenos Aires e cruzado o obelisco da Avenida Córdoba com a vinte cinco de maio, e passeado por tantos outros espaços na capital bonaerense que imitam lugares parisienses. Porém, os aspectos sociais desses eventos foram completamente distintos no tempo e nas condições históricas, então a Revolução de maio e a Francesa se assemelham porque ocupam os mesmos lugares no imaginário da Argentina e da França, ou seja, representam uma nova origem para a comunidade nacional desses países. Vamos partir dessas assimetrias, para narrar o papel protagonista de Juan Manuel de Rosas na Querela de *Clio*, pois ele representa para história argentina, quase que o mesmo que Napoleão para a história francesa.

Amado por uns e odiado por outros, desde a primeira passagem como governador da província de Buenos Aires em 1828, Rosas constituía um enigma na vida política da região do Prata, como resumiu Jorge Myers:

⁷⁵ *Idem*.p.161.

Las interpretaciones de esa sombra y del movimiento que alguna vez animó han sido en consecuencia muy diversas, desde aquellas que lo consideraron un simple objeto de perplejidad o un jeroglífico casi indescifrable-mudo testigo de una realidad que se sentía enteramente ajena y perimida- hasta esas otras que creyeron ver en él una fuerza activa que no cesaba de operar sobre la realidad argentina del presente, o un instrumento ideológico cuya eficacia se suponía debía residir en su habilidad para descifrar el enigma del pasado argentino⁷⁶.

Mediante o balanço historiográfico de Myers, pode ser inferido que o período que Rosas exerceu a direção política das províncias ele proferiu um discurso ambíguo, porque ele assumia um propósito de restauração da ordem ao mesmo tempo que promovia o pacto federalista consensual. Se para muitos o pragmatismo rosista foi motivado por suas expectativas centralizadoras, Myers assegura que “*el federalismo de Rosas se basaba en una concepción de la política que era pragmática e circunstancial por excelencia*”⁷⁷.

Não obstante as ambigüidades ideológicas, para a gente comum, entre eles os soldados, os agricultores, os homens e as mulheres pobres que viviam em Buenos Aires, Rosas foi aquele que garantiu o bem estar social tão esperado pelas expectativas revolucionárias. Se comparado aos estados europeus, Rosas foi menos agressivo e garantiu o exercício da cidadania para a gente comum através da manutenção e da expansão do processo eleitoral, como constatou Ricardo Salvatore⁷⁸. Visto dessa perspectiva por que Rosas é sempre lembrado como um ditador?

Depois de 1835, ele passou a governar com os direitos extraordinários e fechou a Assembléia de representantes. Além disso, conduziu uma espécie de expurgo político de seus opositores. Tais atitudes serviram de fonte aos ataques de seus opositores para demonstrar que Rosas não preservou os direitos dos cidadãos. Nesse contexto, a cena pública delatava aqueles

⁷⁶ MYERS, Jorge. *Orden y virtud, el discurso republicano en el regimen rosista*. 2ª edición. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002. p.13.

⁷⁷ *Idem*. p.97.

⁷⁸ SALVATORE, Ricardo. “Consolidación del régimen rosista (1835-1852)”. In: Noemí Goldman directora de tomo, *Nueva historia argentina, Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. 2ª edición. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005. p.323-365.p.327.

se opunha a Rosas, como os unitários, e aqueles que o apoiavam como os letrados românticos. A geração de 1837 era formada pelos jovens da Universidade de Buenos Aires e que freqüentavam as reuniões literárias realizada pelo livreiro Marcos Sastre. Eles se atribuíam a tarefa de civilizar os povos da região através da Associação de maio. Diferentemente dos unitários, a maioria dessa geração romântica chegou a acreditar que Rosas seria o político que realizaria o progresso da região, mas abandonaram a pátria e deixaram de apoiar o caudilho quando ele passou a censurar a imprensa e as associações literárias na década de 1840⁷⁹.

Nesse quadro, a Querela de *Clio* passou a ter como querelantes os apoiadores e os opositores de Rosas, desses a maioria partiu para o exílio. É preciso compreender essa etapa porque os sócios da região do Prata que participaram do IHGB pertenceram a esse grupo. Na seqüência dessa migração, as diferenças que separavam a geração de 1837 dos unitários foram diluídas, porque a vida política longe da pátria era praticada através da imprensa que pode ser chamada de anti-rosista.

Se por um lado, os argentinos exilados apresentam homogeneidade em suas posições políticas, por outro seus projetos políticos para a nação do futuro foram pensadas de maneiras distintas. Por exemplo, Sarmiento, exilado no Chile, acreditava que a ampliação da instrução pública primária seria responsável por instruir os povos e prevenir a eleição de caudilhos. Por sua vez, Esteban Echeverria também acreditava na instrução como redenção da nação, mas deu ênfase ao estudo da história da revolução de maio. Já Florencio Varela e Gutiérrez acreditavam nos investimentos das atividades econômicas, como o sistema de manufaturas que Varela observou em Londres em 1843, assim através do *Comércio del Plata* eles expressavam a idéia de que o desenvolvimento das atividades urbanas livraria a região da “ameaça dos pampas”. Em linhas muito gerais descrevemos as diferenças de projetos entre os argentinos exilados.

⁷⁹ WEINBERG, Félix. *El salón literario de 1837*. Buenos Aires, Hachette, 1977.

Independentemente desses projetos de futuro para a nação rioplatense, um objetivo maior unia os argentinos emigrados: derrotar o general Rosas, pois além deles serem contra os atos políticos que lhe foram imputados, só com o afastamento de Rosas de Buenos Aires, os exilados voltariam ao lar que deixaram para trás. Assim, tem ficado muito claro que a experiência do exílio dos argentinos emigrados acentuou as querelas do Prata, porque eles foram pulverizando suas controvérsias nos países que o acolhiam. Em vista do caráter relevante que o exílio possui para a história da América do Sul, tentamos periodizá-lo:

1. De cidadãos a emigrados. 1829-1842. Nesse primeiro marco se encontram os motivos pelos quais os rioplatenses emigraram. Identificamos duas fases de emigração: a primeira coincide com o primeiro governo Rosas, 1829-1832, e a segunda, 1840-1842, compreende a fase do terror rosista, quando ele perseguiu todos seus opositores⁸⁰. Primeiro os unitários saíram, pois o general alterou o código eleitoral e os impediu de elegerem-se. Outros unitários foram simplesmente destituídos dos cargos que ocupavam. Em 1840, os integrantes da chamada geração de 1837: Domingos F. Sarmiento, Juan Batista Alberdi, Vicente Fidel López, Juan María Guitérrez, Esteban Echeverría, José Marmol foram desterrados, visto que se opuseram à reeleição de Rosas com poderes extraordinários. Por esse mesmo motivo membros do partido federal exilaram-se também.

2. De emigrados a viajantes, os lugares de passagem. 1842-1845. Sem poder viver em sua pátria, os emigrados argentinos fixaram residência nas regiões vizinhas à Confederação Argentina. Os lugares de exílio foram Chile, Uruguai, Bolívia e o Brasil. A cidade de Montevideú foi a que mais recebeu os emigrados, pois Frutuoso Rivera⁸¹, líder do partido colorado, acolheu os proscritos com o fim de incorporá-los às atividades burocráticas da

⁸⁰ GOLDMAN, Noemí. “cronología”. *Lenguaje y revolución conceptos claves en el río de la plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008. p.199.

⁸¹ A região que deu origem ao Uruguai pertencia ao Império brasileiro como província Cisplatina. Em 1828, os orientais declararam sua independência e tanto o Império como as Repúblicas provinciais se comprometeram a preservar sua soberania. Em 1830, Frutuoso Rivera foi eleito presidente da República Oriental do Uruguai. A rivalidade política entre Rivera e Juan Antonio Lavalleja deu origem aos grupos políticos colorados e blancos. Ver PIMENTA, João Paulo. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese Doutorado USP, 2004. E FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

República Oriental do Uruguai. O início dos conflitos que marcaram a guerra grande (1839-1852)⁸² deu início ao que vamos chamar de “exílio de passagem”⁸³, porque nesses anos os emigrados viveram em peregrinações. Eles viajaram a Europa e outros países da América para realizarem trabalhos letrados ou fugiram dos conflitos políticos nos quais se envolveram nos países que os receberam. A revolta da farroupilha declarada em 1835 também desencadeou outro problema entre os emigrados rioplatenses, haja vista que o coronel Bento Gonçalves, líder dos farrapos, se uniu a Rosas e Lavalleja, por isso muitos emigrados preferiram se estabelecer no Rio de Janeiro e não na província de São Pedro. Como foi o caso de Bernardino Rivadavia e Gutiérrez que saíram da província de São Pedro e emigrou de novo, o primeiro para a corte do Rio de Janeiro e o segundo para o Chile. Diante desse panorama está caracterizada a relação das alianças e conflitos políticos com a circulação dos emigrados.

3. *A passagem pelo Brasil, de emigrado-viajante a Sudamericano 1845-1852.* O ano de 1845 pôs fim à revolta da farroupilha e a um ciclo de conflitos internos no Império brasileiro⁸⁴, ao mesmo tempo ela sinalizou aos emigrados rioplatenses a expectativa de que uma aliança com o Império poderia por fim ao governo Rosas e na Guerra Grande. Essa possibilidade passou a ser uma tendência entre o grupo emigrado por motivo das dissidências que ocorreram entre eles e o governo de Montevideú. Desde 1846, Andrés Lamas ocupava o gabinete da fazenda e a chefia da polícia no Uruguai, desse modo ele controlava grande parte da resistência montevideana na guerra grande. Após sucessivas batalhas perdidas, o general Paz e Melchor Pacheco y Obes se desentenderam com o presidente em exercício de Montevideú, Joaquim Suarez, por conseguinte eles foram banidos do Uruguai e se exilaram na cidade do Rio de

⁸² Os conflitos que estenderam durante esses anos tiveram início em 1838, quando o presidente blanco Manoel Oribe foi deposto por Rivera e um exército formado pelos emigrados argentinos. Por sua vez, Rosas apoiou Oribe e instalou em Cerrito um governo de resistência. A cidade de Montevideú permaneceu sitiada e a região em guerra durante todos esses anos. LYNCH, John. “As repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai”. BETHELL, LESLIE. *História da América Latina: da independência até 1870*. Volume 3. São Paulo: Edusp. 2001. p. 658.

⁸³ Noção que foi nomeada por Pascal Payen em conferência oral “Os intelectuais na cidade, dos Antigos aos Modernos, do exílio ao engajamento”, a ser publicada. Em 05 de setembro de 2008.

⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *O Teatro de Sombras. A política Imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Janeiro. Em 1847 para completar esse cerco, Suarez enviou Andrés Lamas para a corte do Rio, como ministro plenipotenciário, a fim de aplacar sua liderança política junto aos emigrados, já que Lamas abrigou e mantinha grande parte dos emigrados argentinos⁸⁵. Entre 1841-1844, Bernardino Rivadavia atraiu os emigrados argentinos para a cidade do Rio, entre 1848-1852, Andrés Lamas exerceria esse papel. Assim, o último período trata da reunião dos emigrados rioplatenses no Brasil e às atividades diplomáticas que Andrés Lamas exerceu junto com o Visconde do Uruguai e o general José Justo Urquiza, pois foram esses atores os responsáveis por organizar a batalha que deu origem à deposição do general Rosas, a batalha de Monte Caseros em 1852⁸⁶. Neste ano os emigrados puderam retornar a região do Prata.

Tenha este quadro em mente leitor, pois nas próximas linhas vamos descrever mais detidamente a experiência do exílio dos argentinos emigrados no período que antecedeu a fundação do IHGN.

Nos fins da década de 30 do século XIX, os irmãos Juan Cruz Varela e Florencio expulsados por Rosas, foram acolhidos pela família do advogado oriental, Pedro Berro. Nesse tempo, a República Oriental do Uruguai era conduzida pelo General Rivera do partido colorado. Manuel Oribe o sucedeu, mas após seu primeiro mandato ele rompeu com o grupo colorado, daí em 1838 ele prendeu todos os colorados e os argentinos exilados que ocupavam cargos burocráticos. Os conflitos que se sucederam expulsaram Oribe da cidade de Montevidéu, e uma junta colorada assumiu o governo e realizou novas eleições, do qual Joaquim Suarez saiu vencedor. Por sua vez, em 1839 Oribe recebeu apoio de Rosas e instalou em Cerrito outra República. Os conflitos entre os dois governos no estado oriental caracterizam a chamada Guerra Grande (1834-1852)⁸⁷.

Desse ponto dos acontecimentos, o envolvimento de Rosas gerou um mal estar entre os argentinos exilados que viviam em Montevidéu. Em 1839, Gutiérrez, Echeverria, General

⁸⁵ YABEN, Jacinto. *Biografias argentinas e sudamericanas*. Buenos Aires: editorial Metropolis.1939. p.1-30.

⁸⁶ Ver novamente FERREIRA, Gabriela Nunes.*op.cit.*

⁸⁷ LYNCH, John. *Op.cit.*

Paz, Pacheco y Obes, entre outros formaram uma comissão representada por Florencio Varela. Tal comissão se reuniu e entrou em contato com o General Rivera para formar um exército conjunto de orientais e argentinos exilados. De logo, os generais Paz e Obes lideraram os exércitos orientais nos *fronts*. Por conseguinte, os argentinos que se juntaram a esse exército adquiriam a imagem de exilados, ainda que muitos não tivessem sido exilados. Pode ser deduzido que os argentinos exilados pelo sistema rosista compuseram uma comunidade política com *status* de segunda pátria até voltarem ao lar em 1852.

Dessa dedução cabe fazer uma pergunta importante: como essa pátria exilada conviveu com a pátria oriental na cidade de Montevideú? Como as identidades nacionais da Argentina e Uruguai só foram estabelecidas depois de 1860, antes disso permaneceram os sentimentos de identificação com a região banhada pelo Rio da Prata. Portanto, as identidades regionais favoreciam os vínculos entre os orientais e os argentinos exilados.

De outro modo, a identidade regional passou a se ligar aos sucessos da Revolução de maio. No interior da convivência com os argentinos exilados, a representação de maio passou a marcar também a origem em Montevideú, pois a presença dos argentinos exilados na capital oriental coincide com o período de consolidação da soberania da República oriental.

A organização do estado oriental foi concomitante a época que Rosas expurgavam seus opositores, dos quais a maioria era formada pelos homens letrados. Portanto, Montevideú foi um pólo de atração dos argentinos exilados não só porque era uma pátria de inspiração republicana, como também, porque ela oferecia postos remunerados que poderiam prover de recursos os exilados. Assim, o conjunto de interesses que se acomodaram nas relações entre os orientais colorados e os argentinos exilados propiciou o compartilhamento da revolução de maio como origem em terras orientais. A apropriação do discurso revolucionário de maio pela direção colorada marcou a fundação do IHGN e será detalhada por nós no segundo capítulo.

Por ora, vamos retomar as interpretações da revolução de maio na altura desses acontecimentos que acabamos de narrar. A revolução de maio foi a chave explicativa utilizada pelos discursos políticos da região do Prata que designava todas as transformações sociais e políticas que ocorreram pós 1810, por conseguinte maio passou a ser a fonte de toda legitimidade “revolucionária”.

Quando Rosas assumiu em 1835, era vigente em toda a esfera pública a interpretação de que uma crise política havia tomado a região do Prata, e que os conflitos entre os grupos políticos impedia o bem estar da comunidade civil. Nesse contexto, Rosas e seus propagandistas circularam uma nova versão para a etapa pós-revolucionária, a qual pode ser resumida no argumento de que as heranças da revolução de maio foram traídas pelos seus sucessores. Nesse passo, a imprensa rosista acusava os unitários de terem causado a anarquia na região, sobretudo, ela acusava esse grupo de terem sido dirigidos pelos interesses das nações estrangeiras. De tal modo que a imagem de Rosas significasse a restauração da ordem que a região viveu antes da crise monárquica.

Ao manifestar-se como defensor da federação das Repúblicas provinciais e da ordem do antigo período colonial, o discurso rosista não só atacava os unitários exilados como ameaçava todos os estados vizinhos à Confederação Argentina, como o Paraguai e o Uruguai. Por sua vez a circulação do discurso ambíguo de Rosas foi recebido pelos argentinos exilados como uma retomada da organização colonial, dessa forma Rosas também passou a ser identificado por eles como o traidor da revolução, um legítimo contra-revolucionário.

Por todas essas interpretações de Rosas que circulavam na região do Prata, cada batalha da guerra grande suscitava uma gama de artigos e panfletos dos propagandistas opositores de Rosas, de tal modo que a derrota do caudilho em terras orientais significaria não só a soberania da República oriental dos colorados como também a vitória dos argentinos exilados.

Em conclusão desse item, pode ser dito que nos anos de 1839-1852, a Querela de *Clio* se expandiu até a região oriental e as expectativas para os argentinos exilados transformaram as batalhas da Guerra Grande em uma nova etapa da Revolução de maio e seu desfecho estava todo concentrado na derrota de Rosas. Por isso, vale a pena leitor aproximar nossa lente para observar a Querela de *Clio* entre esses anos, entretanto as controvérsias foram inúmeras, por isso resolvemos focalizar o ano de 1843.

1.2.1. Clássicos ou românticos? Quem mais se inspirava pela musa?

Em junho de 1843, Rosas encarregou Pedro de Angelis de editar um periódico o *Archivo Americano y Espiritu de la prensa del mundo*. A finalidade desse jornal era defender o governo rosista da propaganda dos argentinos exilados, por isso os artigos dos periódicos foram editados em vários idiomas para circular não só na região do Prata, mas em todos os lugares por onde passavam os proscritos. Abaixo pode ser observada a capa do periódico:

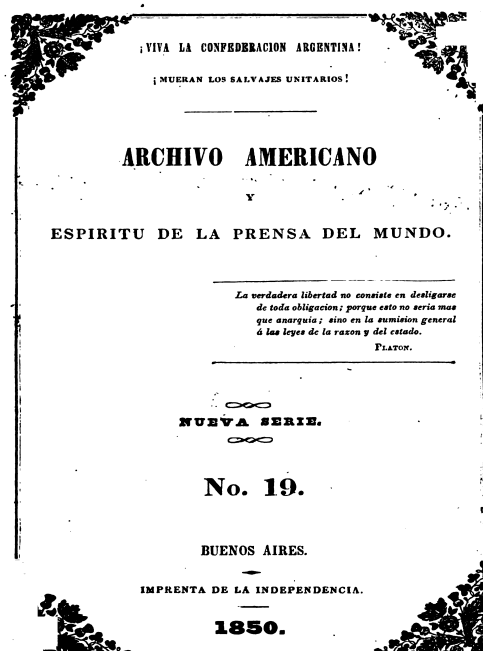


Figura 1. Capa do periódico *Archivo Americano e espiritu de la prensa del mundo*. Buenos Aires Imprenta de la Independencia. 1843-1851. 2ª edição 1850.

A epígrafe corrobora a função do periódico que passava a representar a posição oficial do governo, assim na maioria das vezes foram publicados cópia dos atos políticos da província de Buenos Aires, como os discursos de Rosas e algumas leis. Segunda a pesquisa de Josefa Sabor, Rosas foi o verdadeiro editor desse periódico, já que ele decidia desde o conteúdo dos artigos até apresentação gráfica, sendo Pedro de Angelis um mero redator de Rosas. A partir dos assuntos que circularam no *Archivo*, José Rivera Indarte e Florencio Varela foram os que mais querelaram e rebateram os artigos publicados, através dos periódicos *El Nacional* e *Comercio del Plata*.

A leitura dos textos dessa época sinaliza como a caracterização dos atores a partir da dicotomia civilização-barbárie era uma espécie de lugar comum tanto nos discursos de Rosas, quanto de seus opositores. Porém, nós leitores contemporâneos, temos mais contato com *Facundo* de Sarmiento, por isso lemos a dicotomia de somente um dos lados da querela. Então leitor veja no excerto abaixo como Rosas e Pedro de Angelis também manipulavam tal retórica:

Extrañarán algunos de los que lleguen a nuestras playas el título de salvajes que acostumbramos dar a los Unitarios, y que ya se ha identificado con su nombre. Al verlos tan compuestos y estirados-*Estos non son salvajes*, dirán sin duda; y mayor debe ser su sorpresa, cuando les oyen hablar de una nueva obra de Jorge Sand, o del último poema de Lamartine; porque es preciso saber que estos caballeros nada quieren con los clásicos y solo se ocupan de románticos.⁸⁸

Vamos chamar atenção para o primeiro ponto desse discurso pela pergunta inicial que a retórica incita: quem são os selvagens? Pedro de Angelis começa instruindo o leitor do artigo a desconfiar do seu olho, pois a princípio os unitários se vestiam muito bem e dominavam o repositório comum de uma cultura letrada. Logo, pelas imagens dos unitários ficaria difícil convencer o leitor que eles eram selvagens, por isso Pedro de Angelis

⁸⁸ “El general Rosas y los Salvajes Unitarios: Artículo primero”. In: **Archivo Americano y espíritu de la prensa del mundo**, numero 3, 30/06/1843, p.13-15. *Apud*: MYERS. *Op. cit.* p.194.

deslegitima a autoridade do olho e do ouvido, porque para atingir seu objetivo o leitor deverá desconfiar do que vê e escuta; e acreditar no argumento subliminar de que a aparência não revela a essência.

Em seguida, Pedro de Angelis dispara o seu ataque de que os unitários não lêem os clássicos. A acusação vai ser seguida da idéia de que os unitários lêem os românticos, por isso eles “ardem nas paixões”, logo eles foram responsáveis de terem causado a anarquia da região. Fica muito claro nesse artigo o desenvolvimento analógico entre a República das letras aberta para as idéias românticas com a República política solícita para a desordem, como pode ser observado em mais esse trecho: “*Son hombres que viven de impresiones, según su fraseología, y sea talvez, el motivo que los haya decidido volverse anarquistas*”⁸⁹. Por fim, a caracterização de anárquico faz menção ao exercício político dos argentinos exilados fora das instâncias legítimas de participação política que eram promovidas por Juan Manuel de Rosas.

A retórica desse artigo pode ser denominada como uma retórica da alteridade porque caracteriza o outro, os unitários, como o selvagem, e por detrás das características negativas surgem os elementos positivos que representam Rosas e sua atuação política como representante da civilização e da ordem. Assim, o período rivadaviano, e a imagem de Bernardino Rivadavia será o outro sempre aludido no discurso do propagandista de Rosas. Nos artigos que se seguiram a esse, Pedro de Angelis descreveu o histórico dos fatos que caracterizaram a passagem de Rivadavia como governador de Buenos Aires. Vamos observar agora como Florencio Varela respondeu a esses artigos:

D. Bernardino Rivadavia y sus amigos políticos han sido el blanco principal de esa acusación [de la traición de la revolución] – unas de las más insidiosas calumnias que el odio de partido ha levantado, para mejor acreditar-la, sobre una base de verdad de desnaturalizando-a indignamente.⁹⁰

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ Varela, Florencio. “Apuntes para la historia futura de la Independencia de América Española”. Publicados no Comércio del Plata. *Apud*: VARELA, Florencio. *Rosas y su gobierno*. Clasicos Argentinos. Volume II. Buenos Aires: Editor M. Gleizer. 1927. p.188.p197.

O artigo *Apuntes para la historia futura de la Independencia de América Española* descreveu a atuação de Rivadavia e Manuel de Sarratea na negociação que fizeram com Carlos IV em 1815, que ratificava a independência da região. Aqui o advogado Varela se colocou na posição de defender Rivadavia e seu grupo das acusações de Rosas, porém sua estratégia discursiva foi diferente daquela manipulada por Pedro de Angelis, nesses *apuntes* ele usou a escrita da história e o papel de Rivadavia para defendê-lo da acusação de traidor da Revolução de maio. E assim, seu artigo usa o documento inédito como prova dos fatos que já ocorreram, mas mobilizado por uma querela do presente.

Como vimos nessas réplicas da querela de *Clio*, Pedro de Angelis representava a imprensa rosista e também, nesse ano ele foi acusado de realizar saques do Arquivo General de Buenos Aires e na biblioteca pública por José Rivera Indarte. “*En este sentido, la mala fama de De Angelis irá in crescendo entre los románticos. A tal punto que llegarán a designarlo como el máximo responsable de la sigilosa y paulatina expropiación de la biblioteca pública, a favor de la suya personal.*”⁹¹. No *Archivo americano*, De Angelis respondeu a essa acusação com outra, e publicou documentos que acusavam Indarte de ter roubado livros na Biblioteca da Universidade de Buenos Aires, as jóias e a coroa da virgem da igreja de Mercedes⁹².

Calúnias, acusações, réplicas e trélicas caracterizaram a cena política desse ano da Querela de *Clio*. Portanto, o leitor pode ver como as questões políticas estavam inflamadas pelas questões que deveriam ficar restritas aos salões literários, aos Institutos Históricos e Geográficos. A circulação de livros, suas leituras e as interpretações sobre o destino e a história da região do Prata, movimentavam as expectativas de todos aqueles que escreviam, liam, faziam política e guerra na região do Prata.

⁹¹BATTICUORE, Graciela. “lectores, autores y propietarios. Las bibliotecas románticas en Argentina.”.Disponível em: <http://caminhosdoromance.iel.unicamp.br>. Acesso em: 17 de outubro de 2008.s.p

⁹² SABOR, Josefa Emilia. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina: ensayo bio-bibliográfico*. Buenos Aires: Solar, 1995.p.111.

1.3. Civilização e barbárie um discurso orientalista?

Nas linhas anteriores o leitor foi informado do modo como Rosas e Pedro de Angelis caracterizaram também os unitários e os argentinos exilados de selvagens. Assim a função do *Archivo americano* foi replicar a edição de *Civilización y Barbárie*, título original de *Facundo*⁹³ escrito por Sarmiento em 1842. A biografia do caudilho Facundo Quiroga, aliado de Rosas foi formulada por Sarmiento para caracterizar o tipo social que o pampa argentino formava. Posto isso, Rosas se dirigia a Sarmiento e aos seus opositores acusando-os de serem os “verdadeiros” sujeitos da barbárie. Assim vemos que uma das retóricas da *Querela de Clio* foi a dicotomia entre civilização e barbárie.

A oposição entre civilização e barbárie pelo grupo exilado baseava-se na idéia de que a pátria precisava ser reconstruída pela *urbe*, a cidade letrada, uma vez que a nação como lugar-natureza estava associada ao caudilho Rosas, o grande alvo de críticas desse grupo. Portanto, a escolha da revolução de maio, como o marco fundador da região para

o projeto dos românticos argentinos não é uma volta a uma origem imutável, nem querem construí-la. É a tentativa de transformar o claro começo histórico que estão elaborando e constituindo em sua luta contra Rosas em uma origem de uma nova pátria, surgida da intelectualização dos males que a afetam, para constituir os bens que a salvarão. É um projeto de futuro, procurando no passado os erros que têm que ser corrigidos.⁹⁴

Por essa citação fica caracterizado que a luta contra Rosas se converteu em uma nova etapa revolucionária, a qual esteve associada a um novo entendimento de nação do futuro. Assim, independente dos lados que se opunham na querela, o destino da “nação civilizada”

⁹³ Ver Domingos Faustino Sarmiento. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Trad. Aldyr Garcia Schelee. Porto Alegre: Ed. Universidade.UFRGS. EDIPUCRS, 1996. O título original era somente *Civilización y barbárie*.

⁹⁴ Afirma Adriana Amante em: O estrangeiro muito romântico – a literatura dos escritores românticos argentinos exilados no Brasil. In: SANTOS, Luis e PEREIRA, Maria. *Trocas culturais na América Latina*. Belo Horizonte: Pós - lit/ FALE / UFMG, 2000. p.151-163. p. 156.

constituía um objetivo comum, logo se entende porque os discursos políticos de letrados rosistas e exilados exploraram ao máximo a oposição civilização-barbárie.

Desse ponto pode-se concluir que a crise política dos rioplatenses foi mobilizada entre aqueles que apoiavam ou não Rosas, e a guerra discursiva foi elaborada tendo a dicotomia civilização - barbárie, como principal modelo de retórica. Porém, aquela técnica narrativa não foi utilizada para se referir as caracterizações políticas somente, ela também constituiu o prisma interpretativo das culturas estrangeiras que acolhiam os exilados. Por essa característica, muitos autores têm trabalhado com o estudo da episteme orientalista para análise das narrativas da geração romântica argentina.

Quanto ao orientalismo, deve ser lembrada a tese de Edward Said, a qual chegou à máxima de que a representação de culturas estrangeiras como inferior caracterizou culturalmente o oriente como uma construção do ocidente. O orientalismo define-se, então, por um tipo de poder intelectual que nasceu no cenário europeu como um discurso que tinha por fim projetar os países europeus numa relação dominante com o resto do mundo. Por isso, Said afirma que o oriente na formação discursiva orientalista é muito mais uma idéia literária que um lugar⁹⁵, com as palavras do autor “O oriente parece então ser não uma extensão ilimitada além do mundo europeu conhecido, mas em vez disso um campo fechado, um palco teatral anexo a Europa.”⁹⁶. Said também afirma que durante o século XIX, o orientalismo tornou-se um campo de estudos que se utilizava principalmente dos procedimentos filológicos, visto que a gramática comparativa construía os parâmetros narrativos da representação oriental, “raramente esse comparativismo é descritivo; com mais frequência, é avaliativo e expositório”⁹⁷.

⁹⁵ SAID, Edward W. *Orientalismo: Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p.52.

⁹⁶ *Idem*. p.73.

⁹⁷ *Idem*. p.157.

Diante da exposição do conjunto de significados que constituem o orientalismo, é plausível considerar que a imagem dos caudilhos, como a representação da barbárie, pode ser considerada um discurso orientalista da região do Prata, pois ela retrata um tipo social de modo inferior. Mas, vale destacar que esse discurso pertence a um segmento social das elites rioplatenses, principalmente, aqueles que formaram a geração romântica, aquela educada no centro da cidade letrada bonaerense, para quem os povos do pampa pertenciam à outra cultura. É muito curioso perceber como que antes da construção da cultura forjada pela comunidade nacional, os grupos sociais constituíam em seu interior hábitos distintos como se fossem estrangeiros um para o outro.

Quem mais desenvolve esse panorama teórico para os estudos da geração romântica argentina é Adriana Amante, tendo por foco as representações do Brasil nos textos do poeta peregrino José Marmol. Conclui essa autora que o Brasil atraiu os emigrados argentinos por sua natureza exótica, sempre representada como lugar do sublime. Assim, sua tese defende que a escrita dos exilados românticos celebrou a idéia de que o Brasil era o oriente americano, por reunir o exotismo oriental como predicado de sua natureza e diversidade étnica. Mesmo vivendo em um país monárquico, os emigrados não deixaram de “reconhecer certos progressos de um país cujo desenvolvimento é produto direto de ‘*su monarquia representativa, la más democrática del mundo*’.”⁹⁸ Logo, o caráter constitucional e a exuberância tropical do Brasil fizeram com que “na representação peregrina da comunidade imaginada pelos exilados por causa do sistema de Rosas, o Brasil é um lugar de encontro (possível): um ponto na cartografia da fuga.”⁹⁹ Em nossa pesquisa leitor, ficou muito claro que o IHGB foi o pólo de reunião dos argentinos exilados, e o leitor vai ter oportunidade de acompanhar o desdobramento desse argumento no capítulo três.

⁹⁸ AMANTE, Adriana. *Op.cit.*p.154.

⁹⁹ *Idem.*

Nesse caso, porque o Império brasileiro acolheu os argentinos exilados, ele passou a ser considerado um lugar de encontro. Se durante os primeiros tempos da independência a retórica civilização-barbárie costumava ser atribuída à oposição Monarquia–República pelos representantes políticos do Império e das Repúblicas platinas, ela passa a ser diluída entre aqueles rioplatenses que passaram pelo Brasil. Então, a partir de 1835 até 1852, as imagens da monarquia brasileira começaram a ser modificadas entre os rioplatenses que passavam pelo Brasil. Até que em 1852, com a participação dos exércitos brasileiros na guerra que derrotou Rosas, o Brasil é elevado à grande aliado daqueles que vão se proclamar os heróis da derrota da barbárie representada pela caída de Rosas¹⁰⁰. Como mostra o trabalho de Maria Elisa Mader, Domingos Faustino Sarmiento e o Visconde do Uruguai pensavam suas nações a partir dos mesmos marcos civilizadores. Tanto que imagens de Sarmiento sobre a monarquia brasileira são modificadas em 1852 quando ele veio ao Brasil e foi condecorado pelo Imperador Pedro II por sua participação na batalha de Monte Caseros¹⁰¹.

Mais uma vez leitor, estamos querendo iluminar a relação entre escrita e exílio como uma marca epistemológica na história intelectual da América Latina. Como já prognosticava o famoso escritor argentino e também exilado Júlio Córtaza: “Virá o dia em que as histórias da literatura latinoamericana comportarão um capítulo exclusivamente dedicado à literatura do exílio.”¹⁰². Se por um lado existem inúmeros trabalhos sobre a experiência mais recente do exílio dos intelectuais latinoamericanos¹⁰³, contudo o mesmo não pode ser contado para o

¹⁰⁰ WASSERMAN, Fabio. *Op.cit* [2].

¹⁰¹ MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

¹⁰² BRANCHER, Ana; SOUZA, Fábio. “Políticas na exterioridade - notas sobre o exílio de escritores latinoamericanos”. *Esboços* (UFSC), v. 20, p. 205-221, 2008.p.205.

¹⁰³ BRANCHER, Ana; SOUZA, Fábio. *Op.cit.* p.213. ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*; VIDAL, Paloma. *A História em seus restos: Literatura e exílio no Conesul*. São Paulo: Annablume, 2004.

caso dos letrados rioplatenses dos oitocentos¹⁰⁴. Nesse sentido nosso trabalho pretende também contribuir com esse tema.

Sobretudo leitor, nosso trabalho tematiza a escrita da história, por isso queremos lembrar que na genealogia da cultura escrita a dicotomia civilização-bárbarie aparece utilizada de maneira escrita naquela é considerada a primeira narrativa histórica de Heródoto. Como mostrou o trabalho de François Hartog, a identificação de Heródoto como o primeiro historiador é consequência da autoridade que os textos clássicos adquiriam nos tempos modernos, visto que outras narrativas históricas orais circulavam na sociedade antes Heródoto. O tema de Heródoto pode ser resumido ligeiramente na caracterização dos hoplitas como bárbaros, povos não gregos, que serviam para caracterizar a cultura grega pela inversão descritiva. A técnica narrativa da caracterização invertida do outro, como um reflexo do espelho da cultura daquele que narra foi definida por Hartog como retórica da alteridade. Em *O espelho de Heródoto*, ele denominou como retórica da alteridade¹⁰⁵ a estrutura narrativa de um relato que possui um modo específico para fazer ver o outro, outra cultura e outro lugar. Essa retórica marcou a primeira narrativa histórica de Heródoto, e continua sendo ainda uma marca da escrita etnográfica. Como o narrador faz seu leitor ver o que ele descreve? A origem dessa legitimidade é fabricada no texto a partir de quatro formas de enunciar: Eu vi, eu ouvi, eu digo, eu escrevo¹⁰⁶. Todas essas formas de fazer a narrativa histórica estão de alguma forma concretizada no método da autópsia, do olhar que investiga. Do mesmo modo que a identidade historiadora de um ser ex - patriado é definida pelo nome e pela sua cidade.

¹⁰⁴ Podemos perceber esse silêncio através de um levantamento bibliográfico, mas também ao visualizar o índice da coleção *História de los intelectuales en América Latina*, no V. Tema: Exilios, peregrinajes y nuevas figuras del intelectual, todos os trabalhos se concentram nos anos do século XX. Apenas o trabalho de Ana María Stiven, investiga a experiência do exílio no oitocentos. Cf. ALTAMIRANO, Carlos(dir.). *História de los intelectuales en América Latina*.1º volumen. Jorge Myers(editor). *La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: KATZ editores, 2008.

¹⁰⁵ A construção de uma narrativa sobre essa chave de escrita trabalha com os seguintes instrumentos de leitura: diferença e inversão, comparação e a analogia, A medida do Thôma que se refere aos elementos fantásticos, traduzir, nomear e classificar, descrever: ver e fazer ver e o terceiro excluído. HARTOG, François. *El espejo del Heródoto. Ensayo sobre la representación del otro*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002. p.205-242.

¹⁰⁶ *Idem*.p.206.

Quando consideramos que a experiência do exílio pelos letrados rioplatenses funcionou como um filtro para à interpretação de seu mundo, destacamos que a narrativa de um historiador exilado remete a representação do mundo sob o estilo da epopéia e da tragédia segundo François Hartog. Comparando com as narrativas dos escritores da geração romântica que se exilaram, eles expressaram em seus discursos um mundo dividido entre duas forças: a liberdade dos lugares que os recebiam e a tirania de Rosas. Assim, no exílio eles interpretaram um fim trágico para a Revolução de maio, se ela continuasse sendo conduzida por Rosas, como Facundo que é a narrativa de uma tragédia.

O leitor deve pensar que cogitar a idéia de que os românticos exilados passaram a escrever utilizando o modelo clássico de Heródoto seria um grande engano do nosso olhar historiador, pois Pedro de Angelis não denunciou em 1843 os românticos porque eles nada queriam com os clássicos? Apesar das tuas desconfianças, caro leitor estamos sim desenvolvendo essa hipótese.

Em primeiro lugar, ressaltamos que as identidades nacionais foram expressas nos marcos civilizatórios, porque essa era uma tradição importante da escrita da história conforme o modelo iluminista, mesmo que tenham sido as idéias românticas que ajudaram a construir as identidades nacionais, diferentes modelos conviveram entre os letrados, porém os letrados rioplatenses da geração romântica passaram pela experiência irreduzível do exílio, por conseguinte a relação desses letrados com suas formas de escrita se modificaram bastante.

Elias Palti vem constatando que a ambigüidade do discurso rosista e suas ações que motivaram o exílio da geração romântica causaram uma crise de inteligibilidade para esses letrados. Segundo as leituras dos românticos, a crise política instaurada por Rosas contradizia as leis do processo revolucionário, as quais promoveriam o bem-estar social da região. A partir de 1835, porém, a geração romântica não acreditava que Rosas construiria um futuro positivo. Por isso, Palti enfatiza que a caracterização de Rosas como bárbaro significa um

“horizonte de expectativas que foi frustrado”¹⁰⁷. Desse ponto, o autor defende que durante os anos do exílio, os letrados românticos deslizaram das referências românticas para a iluminista.

A partir desse trabalho pode ser inferido que a crise política da região operou uma mudança daquelas idéias que dirigiam as interpretações do presente pelos letrados. Então, o principal tema das narrativas da geração romântica passou a ser Rosas e seus enigmas, tal qual uma narrativa típica da escrita da história do período iluminista. Então, o modelo romântico que identificava na nação, como singular coletivo¹⁰⁸, o sujeito por excelência da narrativa histórica foi abandonado, porque o destino dessa nação estava sacramentado na luta que esses letrados empreendiam contra Rosas.

O trabalho de Elias Palti corrobora e acrescenta elementos explicativos à tese de Fabio Wasserman, de que a comunidade política não era considerada sujeito de uma narrativa histórica. Então, para o autor isso se explica pela indefinição dos poderes políticos da região do Prata, logo a ausência de uma história nacional não significou a inexistência de uma representação do passado. Assim sua tese defende que entre os anos de 1830-1860, a representação do passado da região do Prata esteve fundada no evento da Revolução de maio.

Definido o passado por essa representação, o nome historiador caberia somente a *“quien escribiera sobre una persona o hecho preciso: el “historiador de su padre”, “el historiador de nuestra revolución”*“. Vale decir, un letrado que en forma circunstancial escribe sobre el pasado sin que se le reconozca especificidad alguna a esa tarea”¹⁰⁹. A essa interpretação sobre a identidade historiadora se junta um argumento de que o discurso sobre o passado ainda não era monopólio do historiador, portanto não haveria diferença entre o literato e o historiador.

¹⁰⁷ PALTÍ, Elias. “Rosas como enigma. La génesis de la fórmula “civilización y barbarie”. In: MYERS, Jorge; BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus (orgs.). *Resonancias románticas: ensayos sobre historia de la cultura argentina 1820-1890*. Buenos Aires: Eudeba, 2005. p.76.

¹⁰⁸ KOSELLECK, Reinhart. *história / História*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

¹⁰⁹ WASSERMAN, Fabio. *Op.cit.* [1]p.76

Então, ficou para nós a seguinte questão: como toda a raiz do discurso histórico na região do Prata se referia à Revolução de maio, qual a diferença que marcava as identidades dos escritores rioplatenses, já que todos escreviam sobre o tema da revolução de maio e suas escritas eram consideradas narrativas históricas? Se fizermos uma ponte com o trabalho de Adriana Amante, vamos perceber que o exílio dos emigrados inaugurou uma nova identidade para os homens das letras, pois a autora identificou que os exilados passaram a escrever com base na tradição de escritores desterrados ou viajantes como Byron, Chateaubriand, Homero, Virgílio, Delacroix e Lamartine¹¹⁰. Portanto, a mudança da identidade dos homens das letras exige uma investigação da identidade historiadora pela especificidade da narrativa dos exilados. Mas essa já é uma questão que vamos desenvolver em outros estudos.

Para concluir, queremos fazer uma reflexão sobre a recepção da *Querela de Clio* no IHGB, visto que Valentin Alsina, Pedro de Angelis, Juan María Gutiérrez, Domingos Faustino Sarmiento, Florêncio Varela, Andrés Lamas, Teodoro Miguel Viladerbó e Alejandro Magariños y Cervantes foram admitidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre os anos de 1838-1860. Como a participação no Instituto Brasileiro requeria a doação dos trabalhos que seus sócios realizavam, identificamos uma relação de intercâmbio letrado e político expresso pelos rioplatenses com os brasileiros através dos Institutos que eles representavam. Observamos que as escritas dos sócios rioplatenses era dominada por uma reflexão sobre os acontecimentos contemporâneos da região do Prata, nesse sentido suas narrativas diferenciavam-se quanto às interpretações do destino da vida política posterior a 1810, marco da independência da região. A exceção de Pedro de Angelis, que trabalhava como editor do governo Rosas, os outros sócios fizeram oposição ao general através de seus panfletos¹¹¹. Mensuramos que o volume dos textos dos sócios anti-rosista foi maior que a

¹¹⁰ AMANTE, Adriana. "Brasil: el oriente de América". In: BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus & MYERS, Jorge.(compiladores). *Resonancias románticas ensayos sobre historia de la cultura argentina (1820-1890)*. Buenos Aires:EUDEBA, 2005. p.181-198. p.182

¹¹¹ Cf. ALONSO, Paula. *Op.cit.*

emissão de Pedro de Angelis, por conseguinte a imagem da região do Prata circulada no IHGB foi confundida com a figura de Rosas, representado como bárbaro e inconstitucional.

Desde que começamos nossa pesquisa chegamos a cogitar a hipótese de que as referências da região do Prata utilizada pelos letrados brasileiro no IHGB se reverteram em um discurso orientalista, porque sabe-se que os manuais escolares de História do Brasil reproduziram a identidade política da monarquia brasileira como pólo irradiador da civilização na América por contraposição às “bárbaras repúblicas platinas”, como verificou Francisca Azevedo e Manoel Guimarães¹¹². Nem mesmo com a proclamação da República em 1889, os manuais de história do Brasil abandonaram a antiga forma de representar as repúblicas platinas como bárbaras e embora o manual de História do Brasil de Joaquim Manuel de Macedo tivesse sido substituído pelo de João Ribeiro ele “não abandona as imagens da violência e da barbárie como constitutivas destas populações, sem ordem política firmada, “verdadeiros feudos militares nas mãos de tiranos.”¹¹³.

Na década de 1920, o caleidoscópio de imagens da América no Brasil adquire outro conjunto de representações, pois o IHGB iniciou nessa época um programa que pretendia reescrever a identidade do Brasil na América e não só a herança européia, a fim de acentuar os aspectos semelhantes do Brasil com seus vizinhos. Como observou Lúcia Guimarães no Congresso Internacional de História da América “os intelectuais do Instituto Histórico incorporavam, finalmente, o Brasil no Novo Mundo.”¹¹⁴.

Todavia, passamos a desconsiderar que as representações das repúblicas platenses, que circularam no Brasil pertenceram à episteme orientalista, e vamos explicar ao leitor o por que. Segundo Said mais que um discurso que caracteriza o outro como inferior, o orientalismo

¹¹² AZEVEDO, Francisca N. & GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Imagens em confronto: as representações no Impériobrasileiro sobre as repúblicas platinas na Segunda metade do século XIX”. In: BRASIL, *A visão do outro: seminário Brasil - Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p.331-350.p.345.

¹¹³ AZEVEDO, Francisca. & GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Op.cit.* p.347.

¹¹⁴ GUIMARÃES, Lúcia. “Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Congresso Internacional de História da América”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n. 20, 1997.p.8.

se constitui como um campo de estudos autônomos, por isso ele descreve em seu trabalho as várias instituições inglesas e francesas que foram criadas com esse fim.

Em paralelo, os nossos estudos sobre o IHGB, como formação dos campos de saberes, identificaram que havia um interesse na região do Prata, tanto que a biblioteca do IHGB possuía uma coleção sobre essa região, porém o que foi constatado é que esse interesse foi construído pelos sócios rioplatenses. Portanto, a sociabilidade exercida no IHGB tem relação com a formação das alianças diplomáticas que foram estabelecidas entre o Império e os líderes das resistências rosista. Ao contrário do que afirma boa parte da historiografia, a projeção influente do Império do Brasil na pacificação da região do Prata foi exercida em conjunto com os rioplatenses tais, como Andrés Lamas.

As sociabilidades dos rioplatenses que pertenceram ao IHGB com os brasileiros envolveram alianças políticas e econômicas, visto que Lamas foi sócio do Barão de Mauá na companhia de telégrafo, no estabelecimento do Banco da Província de Buenos Aires. Logo, os vínculos tramados entre essas elites nos levar a supor que após 1852, o Império brasileiro não exerceu uma dominação na região, mas uma espécie de pacto com aqueles rioplatenses que viriam a assumir os lugares de poder nas novas instituições administrativas fundadas pós a caída de Rosas. Como já afirmou João Paulo Pimenta:

aos olhos dessa mesma elite, os espaços políticos hispano-americanos sediados nas áreas rurais e demais províncias que não as antigas sedes políticas – Buenos Aires e também Montevideú – eram, em qualquer das hipóteses, focos muito mais temíveis do que estes (agora) portadores de projetos centralizadores. Essa imagem, retrabalhada para a realidade brasileira – na qual o Rio de Janeiro seria o centro político organizador de todo o resto do conjunto do Império- solidificava uma solidariedade internacional entre membros destas elites que, opostas à “barbárie” (= dissidência política), sobrepunha-se a qualquer eventual animosidade calcada na diferença entre regimes monárquicos e republicanos¹¹⁵.

Nesse sentido, supomos que as representações da região do Prata veiculadas pelos manuais escolares no Brasil são resultado de uma leitura dos escritores brasileiros das escritas

¹¹⁵ PIMENTA, João Paulo. PIMENTA, João Paulo. “A fundação dos Institutos histórico-geográficos na intersecção das historiografias nacionais de Brasil, Uruguai e Argentina”. In: *Anais XIX Simpósio Nacional de História* - ANPUH, Belo Horizonte, julho de 1997, pp1-14..p.7.

da Querela de *Clio*, que passaram a confundir a região do Prata com a representação do Rosas. Por exemplo, citamos Joaquim Manoel de Macedo, que escreveu o primeiro manual de história do Brasil na época em que era secretário perpétuo do IHGB, o cargo do IHGB que realizava o contato com os argentinos exilados através da sociabilidade intrínseca aos Institutos.

Dessa análise, concluimos que a retórica da alteridade veiculada nos discursos dos grupos políticos na região do Prata e no Brasil, nem sempre pertencia a um discurso orientalista. Também, arrematamos os discursos da monarquia brasileira sobre a região do Prata também pertencem a tradição da escrita da história como espelho. Mais que isso, supomos que as alteridades criadas pelas imagens das repúblicas platenses nos discursos que caracterizaram a identidade da monarquia brasileira esconderam as alianças entre os membros das elites políticas do Brasil com os argentinos exilados travadas, sobretudo, no diálogo dos Institutos históricos do Brasil com a região do Prata. É sobre as práticas acadêmicas dos Institutos Históricos e Geográficos que vamos tratar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

No capítulo anterior apresentamos o panorama das relações políticas e culturais dos letrados rioplatenses, sobretudo destacamos a experiência do exílio político ou de passagem, um traço comum a quase todos os letrados que participaram do estabelecimento do Instituto de Montevideú. Em seguida, narramos como a Querela de *Clio* no Prata promoveu a inflamação dos debates e a mudança de idéias daqueles letrados que ocupavam lugares destacados na cena pública. Por sua vez, a identificação das querelas é fundamental para despolarizar as identidades que os exilados veicularam sobre Rosas e os habitantes do interior do Prata, e também das imagens que Rosas e seus periodistas veicularam dos seus opositores.

Por isso, como num jogo de espelho, os rioplatenses comprometidos em derrotar Rosas refletiram suas escritas anti-rosista no Brasil quando participaram ativamente das atividades do IHGB. Assim que a Querela de *Clio* da região do Prata foi transportada para o Brasil nos anos de 1838-1852. A partir dessa constatação, o nosso trabalho se concentrou em investigar a elaboração da escrita da história em meio as tensões e os diálogos inerentes a essa querela entre os letrados do Brasil e da região do Prata, como uma das conseqüências da Querela de *Clio* no Brasil, contudo os diálogos entre os Institutos sugere uma agenda de pesquisa mais aprofundada no campo das relações exteriores¹¹⁶.

Nesse capítulo, então, caro leitor, coube a nós descrever as práticas acadêmicas que promoveram o diálogo e a circulação das identidades do Brasil e da região do Prata no IHGB e no IHGN. E aqui não nos será possível fugir ao exercício comparativo das formas de escrita da história das margens de cá e de lá. Daí leitor, nosso olhar de historiador deixou de ser

¹¹⁶ Sugerimos que a partir das relações traçadas em nossa pesquisa se abre um campo de possibilidade para os estudos comparados entre Império e as Repúblicas do Prata, privilegiando sobretudo as alianças políticas, visto que os letrados que prefiguram o intercâmbio dos Institutos ocuparam postos importantes na consolidação do estado nacional no Brasil e na Região do Prata.

sujeito e passou a ser também objeto, porque como os letrados que estudamos, também estamos diante do desafio de fazer ver através da nossa narrativa as práticas acadêmicas de um tempo que não é o nosso, e de uma cultura que já é outra.

Para seguir nessa dupla análise, lembramos a tese do antropólogo Marshal Shalins, a qual afirma que o passado também é outra cultura¹¹⁷. Da mesma forma que Edward Said, acredita que os estudos sobre o outro podem desenvolver métodos que impeçam o pesquisador tornar sua narrativa um discurso orientalista¹¹⁸. Tomando essas noções como perspectivas, tentamos iluminar os momentos de debate e diálogo dos Institutos Históricos e Geográficos, onde nenhuns dos discursos estavam exercendo o monopólio, como fizemos no capítulo anterior. Talvez tenha sido esse percurso metodológico que nos conduziu a questionar a idéia de que o IHGB tenha sido o predecessor do IHGN, nesse sentido descobrimos que as semelhanças entre um e outro são característica de uma tradição da escrita da história que se revelou compartilhada em ambas as regiões.

2.1. Os Institutos Históricos e Geográficos e a sociabilidade das repúblicas das letras

Em 2008, o IHGB comemorou seu aniversário de cento e setenta anos. Nessa ocasião, a reunião ordinária que se repete desde 1838 foi aberta de modo comemorativo. O prédio novo situado à Rua do Passeio no bairro da Lapa, defronte ao aterro do Flamengo, mistura no presente vários tempos passado do Brasil. Atualmente seus corredores exibem retratos de barões, baronesas, viscondes, viscondessas, reis, rainhas e príncipes, todos espiam os novos leitores e sócios que freqüentam o arquivo e a biblioteca do Instituto. E mais olhares nos guardavam na sala de reunião, dentro do museu do Instituto. Nela o carpete vermelho daquela sala avisava a preciosidade dos objetos que abrigava: porcelana, muitos Debret, bustos e

¹¹⁷ SAHLINS, Marshal. *Ilhas da história*. Tradutor: Barbara Sette. Rio de Janeiro. Editora: Jorge Zahar, 1990.

¹¹⁸ SAID, Edward. *Op.cit.*

pinturas. A maioria dos objetos da sala pertenceu à D. Pedro II, segundo os sócios do Instituto foi o mais ilustre membro. Também nos chamaram atenção os bustos esculpidos em mármore de carrara, estavam ali os fundadores; Januário da Cunha Barbosa e Raimundo da Cunha Matos, ao lado de D. João VI, Pedro II, mas um era especial aos nossos olhos. Ao lado de um retrato de Pedro II, se encontrava o grande busto de Bartolomé Mitre já em sua idade avançada. As imagens de Mitre e Pedro II foram dispostas de modo que seus olhares mirassem a sala de reuniões, onde atrás da mesa central estava a pintura original da coroação de Pedro I que o pintor-historiador Araújo Porto-Alegre não teve tempo de terminar.

Logo, a sessão teve início e o presidente do Instituto, presidente de honra descendente da dinastia dos Bragança, a secretária e outros respectivos ministros diplomáticos de Portugal ocuparam seus lugares na mesa, porque também se comemorava o bicentenário da chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro. Todos os presentes, vestidos de traje passeio completo, tomaram seus lugares. Em meio ao público de adultos que assistiam a reunião, jovens se destacavam. E atrás de mim, falantes de língua espanhola tomavam notas dos discursos pronunciados na reunião, certamente para dar notícia daquele evento em suas respectivas academias congêneres.

Claro que essa reunião causou um estranhamento em mim. Certamente, eu fui uma estrangeira naquele ambiente. Mesmo tendo nascido no Brasil, minha formação no curso universitário de história foi realizada em universidades federais, onde não havia quadros nos corredores, nem bustos, nenhuma imagem. Os saberes e as práticas se restringiam às aulas expositivas dos professores, às discussões dos grupos de pesquisa e ao silencioso estudo na biblioteca ou arquivo, onde eu mantinha o olho grudado nos livros e a mão certa na escrita. Com certeza, os intelectuais que freqüentam o Instituto também possuem esses mesmos *habitus* que eu, contudo pertencer a uma instituição como aquela é operacionalizar a escrita com outras sensibilidades, certamente que sim eu refleti.

Atualmente, os Institutos e as universidades convivem de maneira harmônica, nem de longe lembram as disputas entre eles, quando os cursos universitários de história e ciências sociais foram instituídos na década de 1930 e 1940¹¹⁹. Naquela época, os novos professores desses cursos criticaram bastante as atividades dos Institutos. O campo intelectual brasileiro absorvera a crítica da primeira geração dos *Annales* ao trabalho antiquário, uma vez que em torno dessa revista francesa, os historiadores deram início a um trabalho que consolidaria um papel destacado a disciplina histórica. Eram os tempos do historiador profissional e da história afirmada como a grande origem da ciência social. Sobretudo, a legitimação disciplinar foi proposta pelos *Annales* a partir de uma nova metodologia que tinha por instrumento a pesquisa serial e quantitativa, até então típicos métodos dos sociólogos. Assim, esse novo procedimento deveria substituir o método experimental e dedutivo, segundo esse grupo de historiadores. No Brasil, a recepção das idéias proposta pelos *Annales* foi facilitada pela passagem de historiadores como Fernand Braudel, o qual foi professor no curso de História da Universidade de São Paulo. A respeito desse panorama, a crônica *Apologia da História* de Sérgio Buarque de Holanda escrita 1950 e publicada no jornal carioca **Folha da manhã** revela um pouco desse momento da tensão entre a história escrita nas universidades e aquela escrita nos Institutos Históricos.

Nessa época, Sérgio Buarque de Holanda atuava mais como professor universitário, especificamente era professor de História econômica na escola de sociologia e política, ministrando também história social e política do Brasil. Posteriormente, em 1955 ele assumiria a cátedra de História da civilização brasileira na Universidade de São Paulo.

A sua menção direta ao livro *Apologia da história* de Marc Bloch no título da crônica ressaltava a importância dos estudos históricos empreendido pelos *Annales* e dos manuais que orientassem o *mister* do historiador profissional. Sérgio comentou o diálogo de Marc Bloch

¹¹⁹ Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. “Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História do Rio de Janeiro”. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p.139-161.

com Henri Pirenne, em uma viagem a Suécia, uma das passagens do livro mais citada. Nela Pirenne declara que “se fosse um antiquário, só me interessariam as coisas velhas. Mas sou um historiador.”¹²⁰ Esta passagem é citada duas vezes na crônica, denunciando sua ação de encerrar de vez a associação entre história e tradição antiquária. Não obstante, a citação de Bloch foi acrescentada à máxima de Goethe de que: “escrever história é desembaraçar-se do passado”.¹²¹

A associação entre a citação de Goethe e a de Henri Pirenne realizada no mesmo contexto tem por objetivo demonstrar que o bom historiador não se comporta como um antiquário, o qual representava aquele que adorava o passado, fortalecendo o argumento do texto de que a história como uma ciência social se alimentava também do tempo presente. Diante das repetições desse argumento, a crítica de Sérgio tinha por detrás as disputas pelo monopólio da identidade do historiador e da disciplina histórica. Ele termina a crônica assim:

Um estudioso do Segundo Reinado que se fez monarquista, animado de um falso sentimento de coerência, ou o pesquisador das antigas corporações de misteres que, movido por escrúpulo semelhante julga discernir na restauração pura e simples destes Institutos a panacéia capaz de resolver, para sempre, todos os desequilíbrios sociais e econômicos da atualidade, obedecem muitas vezes sem o saber a, a ponto de vista essencialmente anti-histórico.¹²²

O autor referia-se aos Institutos Históricos e seus estudiosos como aqueles espíritos que buscavam a verdade absoluta no passado engessado, como num ato de restauração. Então, cabe concluir que diante das disputas pelo capital simbólico entre os professores universitários e os sócios dos Institutos históricos verificados, vemos que a autonomia disciplinar da história foi estabelecida muito posterior a iniciativa da fundação do IHGB em 1838. Então, por mais que os Institutos Históricos e Geográficos representem a origem epistemológica das disciplinas que constituem os cursos universitários, o processo de

¹²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Apologia da história”. São Paulo, **Folha da Manhã**, 18 de julho de 1950
In: Marcos Costa. *Para uma nova história*. Textos de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p.108.

¹²¹ *Idem*. p.107.

¹²² *Idem*.p.110.

autonomia disciplinar do discurso histórico só se completou em 1940. E como lemos na crônica de Sérgio Buarque de Holanda esse também foi um processo cheio de querelas.

Face a essa característica, no século XIX os Institutos não formaram campos disciplinares autônomos, porque os saberes interagiam de maneira complementar e não dentro de uma esfera demarcada. Cabe considerar, pois, que os estudos dos Institutos Históricos e Geográficos reportam-se tanto à História do estabelecimento disciplinar das Ciências no século XIX quanto de uma tradição de academias ilustradas de uma sociedade de Corte¹²³, contexto do antiquariado tão criticado por Sérgio Buarque de Holanda na crônica que descrevemos.

Nesse caso, os letrados que participavam dos Institutos pertencem a uma época anterior a especialização do trabalho intelectual. O homem das letras é uma expressão que designava aqueles que viviam da palavra, tinham uma noção de conhecimento ampla que abarcava o domínio de diversos saberes. Podem ser identificados como letrados *polistor* ou polígrafos. A reunião desses letrados constituía um mundo que eles chamavam de República das letras¹²⁴.

Por outro lado, os Institutos Históricos e Geográficos foram instituições amparadas pelo mecenato do Estado, por isso seus trabalhos eram dirigidos para construir e celebrar a comunidade nacional que despontava como uma nova identidade nos tempos modernos. Assim, o sentido pragmático e as funções políticas permearam boa parte das práticas acadêmicas dessas associações. Ao contrário do entendimento profissional, a escrita da história era entendida como um esforço coletivo de todos os letrados e na reunião de vários saberes sobre o passado. Por essa característica considera-se a tese de Manoel Salgado Guimarães, de que os Institutos Históricos e Geográficos devem ser compreendidos como

¹²³ Para a idéia dos traços semelhantes dos Institutos às academias ilustradas como na sociedade de corte Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

¹²⁴ GRAFTON, Anthony. *Bring out your dead*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

uma instituição entre o amadorismo e o profissionalismo¹²⁵. Interpretá-los dessa maneira significa conciliar o momento de transformação dos ramos do conhecimento junto ao processo de consolidação de uma identidade nacional.

Nesse tema constitui um ponto pacífico afirmar que a interação entre o Estado nacional e os membros dos Institutos marcou os lugares de poder que monopolizaram a identidade nacional sobre os outros projetos de identidade que circulavam na sociedade em vários grupos sociais. Mesmo que houvesse outras formas de veicular e produzir os projetos identitários na cena pública, como a imprensa, os Institutos se constituem muito mais como lugar de exercício desse monopólio que por dar autonomia aos campos da História, Geografia, Estatística e Etnografia.

Tendo em vista as origens epistemológicas da disciplina que permanecem ativas no ambiente das associações culturais, o estranhamento diante da reunião comemorativa do IHGB foi consequência do choque de um olhar disciplinado pela Universidade com outras formas de elaborar a escrita da história. Então, concluí que a constituição da história como uma disciplina fez com que abandonássemos outros conceitos, formas de escrever e ler história. No rastro da nossa própria disciplina, descobrir esses outros significados e escritas se revela importante para uma prática historiadora marcada pela ética da responsabilidade¹²⁶.

Nesse passo o IHGB, por ser uma instituição longeva, foi o principal lugar de memória nacional no Brasil¹²⁷, tanto que através de seus arquivos e bibliotecas ele monopolizou as interpretações do Brasil até a criação dos cursos universitários de história. Na região do Prata, a fundação do IHGN e do IHGRP não tiveram a mesma longevidade, por isso os historiadores

¹²⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre amadorismo e Profissionalismo: as tensões na prática histórica do século XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 184-200.

¹²⁶ JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

¹²⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. *RIHGB*, 156(388), 1995.

explicam que a efemeridade dessas instituições se devem aos conflitos civis e a falta de um patrocínio do estado¹²⁸.

Ao que tange a longevidade das atividades, a comparação entre o IHGB e os Institutos do Prata já foi bastante anacrônica, porque se interpretavam tais instituições apenas do ponto de vista de suas continuidades e não das rupturas. Logo, os Institutos devem ser observados a partir de seus propósitos na época em que funcionaram como já alertou Wasserman¹²⁹.

Nessa medida, se queremos trazer para primeiro plano os diálogos entre esses Institutos de maneira comparada, buscando uma visão mais ampla, temos que pensar nas seguintes questões: em primeiro lugar, a independência do Brasil foi um processo tão conturbado quanto o da região do Prata, pois em 1822 somente as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo havia aderido ao movimento. Dentre todas as revoltas que ebuliram até 1845, o Império brasileiro também não conseguiu definir uma identidade nacional antes de 1860.

Nesse passo, queremos lembrar alguns trabalhos recentes sobre a “questão nacional” na historiografia brasileira. O debate historiográfico sobre o estado nacional esteve concentrado na oposição entre a descentralização defendida pelas elites provinciais e a centralização defendida pelas elites do Rio de Janeiro. Em consequência, os historiadores brasileiros interpretaram de maneira consensual que a vigência do regime monárquico significou o fim do projeto federalista constitucionalizado com o ato adicional de 1834. Trabalhos recentes têm questionado a unidade monárquica construída pela “historiografia Saquarema”, como Evaldo Cabral de Mello nomeou a historiografia nacional do Brasil¹³⁰. Os estudos renovados da independência e das elites provinciais nas partes do Império mostraram

¹²⁸ Afirram: PIVEL DEVOTO, Juan E. “El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845)”. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Tomo XI, 1934-35, p.179-216. LEVENE, Ricardo. *Op.cit.*, WASSERMAN, Fabio. *Op.cit.*[1], PIMENTA, João Paulo. *Op.cit.*

¹²⁹ Segundo o autor os Institutos são interpretados como a sombra das instituições que o sucederam. WASSERMAN, Fabio. *Op.cit* [1],p.90.

¹³⁰ MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

que o processo de separação política assumiu várias facetas, muito delas de reivindicação federalista e republicana, como o caso de Pernambuco¹³¹.

Nessa mesma corrente de análise, Mirian Dolhnikoff enfocou as trajetórias políticas das elites provinciais das regiões de São Paulo, Pernambuco e São Pedro desde o período regencial, revelando que tais elites constituíram-se como elites políticas nas decisões tomadas nas assembléias provinciais e câmara dos deputados. A autora mostra como a reivindicação federalista das províncias não foi incompatível com a organização monárquica, e defende que se consolidou um pacto federativo no Brasil monárquico¹³².

Com base nesse revisionismo, João Paulo Pimenta e István Jancsó fizeram um balanço historiográfico para apontar como o mito de origens consolidado pelos construtores do estado brasileiro permanece na historiografia brasileira. Então, os autores questionaram a idéia de que estado e nação foram processos firmado ao mesmo tempo, mostrando que as identidades regionais se sobrepujam à identidade nacional proposta pelas elites da corte do Rio de Janeiro. Eles concluem mostrando as várias identidades do “ser brasileiro”, na época da independência, e sugerem pontos de semelhanças entre a história da construção do estado brasileiro com os estados platinos¹³³.

Em segundo lugar, resta saber que a regularidade das atividades do Instituto brasileiro não significou que todos seus estatutos fossem cumpridos. Por exemplo, o comprometimento com a instrução pública foi um dos pontos esquecidos pelos sócios do grêmio, além do que a

¹³¹ A intenção desse debate é deslocar o foco para a atuação de outras regiões a fim de investigar outros atores sociais e seus projetos políticos para a constituição do estado brasileiro. Desse modo permanecem sendo importante os trabalhos clássicos de BARMAN, Roderick. *Brazil, The forging of a nation (1798-1852)*. Stanford:Stanford University Press, 1988. CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem. A elite política imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 e *O Teatro de Sombras. A política Imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. e MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 2004.

¹³² DOLHNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

¹³³ JANCÓS, István & PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175. p.135-136.

história nacional escrita por Varnhagem foi uma iniciativa autoral amparada pelo imperador e realizada de maneira independente do IHGB.

Por todos esses pontos queremos argumentar que se por um lado a proteção do estado brasileiro financiou uma série de atividades do Instituto, sobretudo a edição da revista, o IHGB não foi o único responsável pela solidificação da identidade nacional no Brasil. Esse processo foi mais amplo e esteve acompanhado de outras iniciativas do estado em relação às políticas de instrução pública, que foram um dos pilares da direção política dos Saquaremas durante a década de 1840 até 1860¹³⁴.

Então, a revisão da idéia da unidade consensual que é atribuída ao processo de consolidação da identidade nacional no Brasil é uma tendência que aproxima o processo de construção do estado no Brasil com os estados da região do Prata. Outra revisão constata que mesmo com as atividades encerradas, os membros do IHGN divulgaram uma identidade da região do Prata e promoveram grande parte das atividades que constavam nos estatutos. Essa descoberta de nossa pesquisa ficará mais clara nas próximas linhas, caro leitor.

2.1.1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado com a função de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.”¹³⁵. Seu projeto de criação foi proposto pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e Raimundo da Cunha Matos na reunião da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que semelhante a outras associações instituídas na época, visava à centralização do Estado. Logo, o Instituto

¹³⁴ Ver MATOS, Ilmar. *Op.cit.*

¹³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op.cit.* p.90.

congregava em seu seio o círculo letrado do Império, que para Lilia Schwarcz demonstra a interação entre o Instituto e o Estado:

Assim, analisando o perfil dos 27 sócios fundadores, nota-se que, entre eles, 22 ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do Estado. Os exemplos são inúmeros, a começar pelo primeiro presidente do IHGB, José Feliciano Fernandes Pinheiro (visconde de São Leopoldo), que acumulava os cargos de conselheiro e senador do Estado, ou cônio Januário da Cunha Barboza, primeiro secretário do Instituto e um dos responsáveis por sua idealização, também “pregador imperial e cronista do Império”. Como esses outros casos poderiam ser elencados entre vogais do Supremo Tribunal de justiça, procuradores, desembargadores e chefe da secretaria dos negócios do Império formando um conjunto que mais se assemelhava a uma sociedade de corte.¹³⁶

A interação entre o Instituto e o Estado, também endossada pelo patronato do Imperador D. Pedro II, é um dos fatores que conduziu Lúcia Guimarães ao argumento de que o IHGB produziu Memória em detrimento da História, ao menos até 1852, quando os estatutos foram reformulados. Por conseguinte, essa fase tem sido reconhecida como o início da profissionalização de seus quadros, seja porque o Instituto passou a admitir os indivíduos de mérito intelectual e não somente pelos laços sociais, seja pela viabilização de estudos sobre arqueologia, etnografia e lingüística. Em sua tese, a autora também destaca que o IHGB foi o responsável por solidificar e celebrar a memória nacional do Brasil, posto que a coleta de fontes e a divulgação delas foi uma das atividades sempre priorizadas por seus membros¹³⁷.

Não obstante, além da composição dos membros do Instituto e das características que demarcam a produção histórica do IHGB é preciso balizar, também, a semelhança do Instituto às academias ilustradas. Em uma já mencionada correlação com o modelo da sociedade de corte conforme Lilia Schwarcz. Assim, o IHGB apresenta fortes vínculos com o Instituto Histórico de Paris numa dúplici correlação que é definida por Manoel Guimarães como a marca de uma:

¹³⁶ *Idem* p.101-102.

¹³⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, 156(388), 1995.

leitura da história empreendida pelo IHGB, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo.¹³⁸

O pressuposto orientador desse projeto civilizatório corresponde à definição identitária forjada pelos círculos letrados do Império, que identificaram no negro e no índio os obstáculos internos ao progresso do novo país. Como afirma Ilmar Mattos, com os pés na América e a cabeça na Europa, o Império brasileiro conciliaria ordem e civilização como os ideais necessários para forjar a identidade de um Império e seu monarca. Nesse passo, a representação política do Império como pólo irradiador da “civilização nos trópicos”, foi uma forma de integrar o Estado brasileiro no rol das “nações civilizadas”¹³⁹. Parece ser o compromisso com a criação dessa identidade a gênese dos trabalhos do IHGB, pois o Instituto se constitui como um espaço onde a cultura histórica foi um instrumento para a configuração política do Estado brasileiro, característica, também, da formação dos estados nacionais modernos.

Por esse caráter, o IHGB sempre se preocupou em incorporar os homens das letras que residiam nas províncias, porque a intenção do Instituto era escrever a história nacional a várias mãos. Ainda mais que a reunião dos letrados nas províncias do Brasil exibia os elementos locais, aqueles que dariam luz à idéia de cor local que os sócios do IHGB pretendiam congregar na autobiografia da nação.

Quando os estatutos foram reformulados em 1852, o Instituto abriu a possibilidade de que as províncias fundassem Institutos semelhantes, mas unido a matriz na corte. Tal como atesta os historiadores¹⁴⁰ essa iniciativa representava uma tentativa de unir as identidades provinciais à identidade nacional, além de centralizar as escritas produzidas em outras partes do Império.

¹³⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro: **estudos históricos**. n.º.1.1988.p.5-27. p.9.

¹³⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 2004.

¹⁴⁰ GUIMARÃES, Lúcia. *Op.cit.*; GUIMARÃES, Manoel S. *Op.cit.* e PIMENTA, João Paulo. *Op.cit.*

Desse modo, por detrás das disputas pelos elementos que iriam compor a identidade nacional se encontram as divergências sobre os métodos de escrita. Manoel Guimarães evidenciou uma série de modos de escrever a história que estavam em discussão no IHGB para os sócios fundadores. Para Januário da Cunha Barbosa, o IHGB deveria regular a coleta de maior número de fontes sobre o passado do Brasil. Sua proposta era buscar corografias, memórias pátrias entre outros registros que revelassem a geografia do país e iluminassem os fatos memoráveis da história do Brasil. Já para Rodrigo Pontes de Souza e Silva, o melhor meio de construir as fontes era o trabalho exaustivo nos arquivos nacionais e estrangeiros, como também as expedições científicas. Por fim, Raimundo da Cunha Matos entendia que a construção da cronologia da história do Brasil era um método indispensável para a escrita da história, contudo para ele essa cronologia só seria completa se utilizasse tanto documentos escritos quanto objetos, nesse ponto Cunha Matos realizou uma ampliação do que se constituía uma fonte legítima¹⁴¹.

Ligeiramente resumidas aqui, todas essas propostas circulavam no IHGB e incendiavam os debates das reuniões. Por isso, Guimarães concluiu que os letrados do IHGB travaram um intenso debate em torno dos modos de fabricar a história do Brasil mediante a contraposição de vários métodos e noções de fontes. Também, o autor afirma que a discussão não foi desprovida de orientações filosóficas, mas que a matriz romântica do Instituto dividia espaços com as idéias iluministas, portanto os letrados:

reatualizaram as demandas de uma história universal, como história da civilização, mas ao mesmo tempo precisavam recorrer a cor local como estratégia necessária para a escrita de uma história que se pretende nacional, e por isso mesmo específica e singular.¹⁴²

A conclusão de Guimarães sobre a tensão “entre as luzes e o romantismo” perfila-se ao lado das análises de Arno Wehling, o qual identificou um mesmo conflito entre a idéia de

¹⁴¹ GUIMARÃES, Manoel S. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo (org). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.93-123.

¹⁴² *Idem*.p.118-119.

sistema e de processo nas interpretações do passado do Brasil. Como sistema, o IHGB considerava que a história do Brasil era descendente da história ibérica, assim o Visconde de São Leopoldo identificou as origens do IHGB nas antigas academias ilustradas dos setecentos, os renascidos e os esquecidos. De modo que as linhas de continuidade entre o Brasil e Portugal salientavam os aspectos positivos da colonização.

Diante dessa leitura contínua, os letrados deslizavam para uma interpretação processual quando eles teciam críticas ao sistema colonial português e reconheciam os elementos de mudança entre o passado colonial e o período pós-independência¹⁴³. Em conclusão, tensão entre as rupturas e continuidades, crítica ou elogio à colonização acirravam os debates no grêmio brasileiro.

Em 1840, o Instituto lançou um concurso com o tema: “Modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil”. O ganhador do concurso foi o naturalista Von Martius. Em linhas gerais sua dissertação pode ser resumida no estudo do passado das três raças que compunha a sociedade brasileira: a raça portuguesa, indígena e africana. De tal modo que se estabelecessem as linhas de desenvolvimento dessa composição, pois no passado dessas raças seriam encontrados os fios condutores da história do Brasil, segundo o naturalista¹⁴⁴. Nessa mesma perspectiva filosófica, o historiador brasileiro deveria encontrar a ligação entre a história do Brasil e a história universal. Talvez resida nesse tópico filosófico da proposta de Martius uma das razões pela qual a dissertação de Henri Jules Wallenstein tenha sido reprovada. Já que a comissão de história do IHGB julgou que sua dissertação não destacava a tendência universal do futuro da nação brasileira, porque propunha o modelo das Décadas para a escrita da história do Brasil¹⁴⁵.

¹⁴³ WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.41.

¹⁴⁴ MARTIUS, Karl Friedrich Von. “Como se deve escrever a história do Brasil.” *RIHGB*, nº 6, 1844.

¹⁴⁵ WALLENSTEIN, Henri Jules. “Memória sobre o melhor plano de escrever a história antiga e moderna do Brasil”. *RIHGB*, nº 45, v. 54.p.159-160,1882.

Desde então, a dissertação do naturalista servirá como guia para os letrados brasileiros. E de um modo mais amplo, a “casa da memória nacional” afirmou mais o estudo das comunidades indígenas no que julgava a imagem do Brasil. Por isso, em 1852 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro será também etnográfico, tal ampliação desse saber é identificada por muitos historiadores como a origem do campo etnográfico no Brasil¹⁴⁶.

Em torno do passado indígena, os letrados brasileiros acreditavam encontrar o elo perdido do presente, pois os povos indígenas eram vistos como a população brasileira em decadência. Por conseguinte, de acordo com a teoria das três etapas do desenvolvimento das comunidades primitivas, em voga na época, a condição mais baixa do estado civilizatório dos índios foi interpretada como a expectativa da realização do progresso social, que elevaria a sociedade brasileira ao estágio mais alto na hierarquia do desenvolvimento humano.

Vista dessa perspectiva, sob o viés romântico, a interpretação do Brasil através do passado das comunidades indígenas foi também uma explicação pelo método da inversão. Portanto, a retórica da alteridade ao mesmo tempo da nacionalidade¹⁴⁷ foi utilizada pelos letrados brasileiros para lidar com os problemas epistemológicos que a realidade social da época impunha à esperada construção de uma sociedade civilizada e de sua narrativa histórica.

Em relação aos indígenas, Kaori Kodama constatou que o lugar privilegiado que eles ocuparam nas representações do Brasil não se converteram em políticas de assistência durante o período monárquico¹⁴⁸. Nesse passo, o mesmo panorama pode ser observado em relação aos escravos africanos. Como o Império passou a sofrer severas imposições da monarquia inglesa por manter a escravidão, as elites brasileiras forjaram uma explicação para a permanência do

¹⁴⁶ KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Etnográfico brasileiro (1840-1860)*. Tese de Doutorado. Puc-Rio, 2005. TURIM, Rodrigo. “A ‘obscura história’ indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)”, In: Manoel Luiz Salgado Guimarães (org), *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2006, p. 86-113.

¹⁴⁷ A retórica da nacionalidade é um termo cunhado por CEZAR, Temístocles. *L’écriture de l’histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagem*. Paris, EHESS. Tese de Doutorado, 2 tomos, 2002, 636p.

¹⁴⁸ KODAMA, Kaori. *Op.cit.*

comércio de escravos baseada numa inversão, também. No mesmo ano de 1843, na reunião pública da Assembléia de deputados, o político Bernardo Pereira de Vasconcelos declarou que manter a escravidão no Brasil era preciso porque a “África civiliza a América”. Nessa frase, encontramos um entendimento de civilização como a medida da interferência da ação humana na natureza, que se caracteriza pela força de trabalho no sentido atribuído pelos fisiocratas.

No que se refere ao esse significado de civilização que circulava na esfera discursiva do Brasil, o sentido pode ser explicado com a marca do trabalho escravo que era realizado no Brasil. Nesse sentido, Ilmar Matos explica que a manutenção da escravidão pelo “ Império escravocrata” correspondia a uma expansão interna dos dirigentes do estado brasileiro:

entenda-se, todavia, que levar a cabo esta dupla expansão não significa apenas e nem principalmente obter uma submissão, e sim proceder a uma incorporação, a qual se apresentava, nos termos da proposta iluminista, como a difusão de uma civilização¹⁴⁹.

Por todos esses aspectos, pode ser afirmado que até 1852 as interpretações sobre o Brasil e seu passado ainda eram motivos de grandes querelas, ainda que a publicação do primeiro volume da história geral da civilização brasileira de Adolfo Varnhagem já exibisse uma síntese da identidade nacional em 1852.

2.1.2. O Instituto Histórico e Geográfico Nacional

O IHGN foi fundado em 1843, quando os orientais Andrés Lamas e Teodoro Viladerbó enviaram um projeto inicial para ser amparado pela República oriental em Montevideú. A associação, que se reunia para celebrar no teatro do comércio e em ocasiões ordinárias na sala da Biblioteca Nacional, durou somente até o ano de 1844. Todos os vestígios que denunciam sua existência se encontram nos artigos e estatutos que foram

¹⁴⁹ MATOS, Ilmar. *Op.cit.* p.100.

publicados no jornal *El nacional*, além dos documentos reunidos por Lamas, o qual pretendia escrever a história dessa instituição. Partindo das constatações dos historiadores Ricardo Levene, Pivel de Devoto, Fernando Devoto, Fabio Wasserman e João Paulo Pimenta, entende-se que o IHGN não sobreviveu aos conflitos políticos e a falta de financiamento do estado. Então, qual importância essa instituição na elaboração das identidades políticas da região do Prata e do estado oriental do Uruguai ?

A partir das práticas acadêmicas do IHGN, podemos afirmar que, embora o Instituto não tenha realizado a escrita da história nacional, seus sócios foram responsáveis por organizar a celebração do aniversário da Revolução de maio e competir com as representações de Rosas sobre a história da região do Prata. Desse modo, a finalidade principal do Instituto era monopolizar e divulgar as identidades da região do Prata proposta pela versão da propaganda anti-rosista.

Nesses termos, o Instituto de Montevideú chegou a realizar pesquisas para reunir documentos históricos, entre outros esforços, para organizar o Arquivo da nação, contudo, seus sócios estiveram comprometidos muito mais com o tempo presente que com o passado. Todavia, isso não significava que o passado possuísse menos importância, ao contrário, o pretérito evento de maio se fazia presente em todo o cotidiano dos sócios, uma vez que esse evento era a estrela guia dos seus esforços atuais.

Então, vamos relembrar a movimentada Querela de *Clio* desde que Pedro de Angelis se juntou a Rosas em 1840. Eles circularam vários periódicos que publicavam documentos históricos e promoviam a interpretação de que Rosas fosse o restaurador dos legítimos propósitos de maio. Logo, todas as ações de Rosas foram interpretadas pelos membros do IHGN como uma grande ameaça, principalmente porque eles desconfiavam que Pedro de Angelis saqueava os arquivos de Buenos Aires.

Dentro desse quadro, quando Lamas escreveu o projeto de criação do Instituto para ser aprovado pelo governo oriental, ele argumentou que a principal função do Instituto seria a de:

*reunir toda clase de Libros, Memorias, Manuscritos, Mapas, Dibujos ó pinturas de trajes y costumbres, Medallas, retratos, autógrafos y otros objetos relativos a la Historia, á la Geografía, y á la Estadística de la América del Sur, así antigua como moderna; dando sempre preferente atención al Río de la Plata, y especialísima al territorio de la República.*¹⁵⁰

Por esse propósito que corresponde ao 12º artigo do estatuto, pode ser notado que a proposta de criar um estabelecimento que centralizasse o maior número de objetos para o estudo da região do Prata era tanto uma necessidade de conservar o passado com o mesmo temor que o regime do presentismo¹⁵¹, quando a sociedade entende que tudo deve ser conservado pelo simples medo de que os vestígios sejam destruídos. Entretanto, o medo de perder os objetos foi uma reação ao horizonte de expectativa frustrado pela direção rosista. Como pode ser notado na fala de Lamas:

*El Instituto Historico-Geografico, es un bello pensamiento, cuya ejecución completa y concienzuda, dará fama a la nación, estimulará el cultivo de la ciencia, nos libertará de la dependencia en que estamos de los trabajos de extrangeros en cosas que son de nuestro país.*¹⁵²

Por esse discurso de Lamas nota-se as muitas expectativas de consolidar o sentimento da nação, que sobretudo significava uma apropriação da escrita pelos letrados rioplatenses. Por isso, o discurso de Lamas contém uma crítica velada aos trabalhos estrangeiros sobre a região. Certamente, que Lamas pensava em outros estrangeiros além de Pedro de Angelis.

¹⁵⁰ Estatutos do IHGN, p.188. In: PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op.cit.*

¹⁵¹ Para Hartog já vivenciamos um terceiro regime marcado pela queda do Muro de Berlim no qual creditou-se a incerteza ao futuro e ao passado, uma vez que a sociedade perdeu a consciência de determinação, essa nova crise na relação com tempo delimita o que o autor chamou de presentismo. Cf. HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

¹⁵² **El Nacional**, Montevideo, mayo 25 de 1843. trecho transcrito em PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op.Cit.* p.187

Portanto, o estabelecimento de Montevideu deveria promover trabalhos sobre a região do Prata de seus “letrados patriotas”¹⁵³.

A defesa de uma história nacional escrita por mãos pátrias também foi reivindicada por Januário da Cunha Barbosa no discurso de abertura da reunião do IHGB em 1838. Da mesma forma, os Institutos buscavam interagir com o processo que defenderia a soberania dos estados que financiava suas atividades, reivindicando a chamada cor local como pré-requisito para legitimar uma nação imaginada.

Nesse sentido, os fundadores do IHGN já previam que o Instituto precisava organizar o arquivo nacional, conservar os livros da biblioteca, mas também elaborar coleções. Vamos ler abaixo como Lamas e Viladerbó arquitetavam a coleção da região do Prata:

*Tal colección, que como nosotros la concebimos, será tal vez unica en las nuevas repúblicas americanas, salvará, tal vez, sin duda, de una ruina inminente y terminante muchos documentos preciosos, y los conservará en un solo cuerpo, metódicamente organizados, de manera que los estudios que se emprendan nuestra historia en cualq^{er} tiempo puedan faciles ser completos y provechosos. Sin tal colección será publicada y si esto no alcanzamos, al menos oraganizarla en los Archivos del Instituto para que todos puedan consultar la verdadera historia del pais*¹⁵⁴

Nesse excerto, é interessante notar como a tarefa de escrita da história no século XIX está acompanhada da organização de arquivos e de sua organização. Ainda nessa mesma citação, Lamas e Viladerbó afirmavam que a coleção publicada por eles seria única porque reuniria os documentos em só corpo, entre as repúblicas da região. E a *Colección* de Pedro de Angelis editada entre os anos de 1836-1837, que todos os sócios do IHGN possuíam em suas bibliotecas, porque ela não foi citada na classe das publicações documentais da região? A

¹⁵³ Durante o século o XIX, a herança revolucionária foi disputada por todos os grupos políticos, por isso as conseqüências da revolução contaminaram toda a esfera política e mobilizaram o circuito letrado. O que para Jorge Myers “dio origen a una categoría particular de escritor público: el letrado patriota”. In: MYERS, Jorge. “El letrado patriota: los hombres de letras hispanoamericanos en la encrucijada del colapso del imperio español en América”. In: ALTAMIRANO, Carlos(dir.). *História de los intelectuales en América Latina*. 1º volumen. Jorge Myers(editor). *La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: KATZ editores, 2008. pp.121-144.p 121.

¹⁵⁴ Estatutos do IHGN, p.188. In: PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op.cit.*

coleção de Pedro de Angelis foi descartada pela consideração implícita de que De Angelis não conseguiu organizar a verdadeira história. Subtendem-se mais uma vez, a crítica aos trabalhos realizados pelos estrangeiros.

Mas para atender a essas demandas e exercer o monopólio das identidades da Revolução de maio, os sócios do IHGN deveriam “*reunir en tiempo oportuno, publicar haciendo frente á los gastos de tal empresa, la colección de materiales hoy dispersos y sepultados en varios archivos pub.^{cos} y particulares.*”¹⁵⁵.

Agora passamos a tratar da relação dos sócios com os materiais dos arquivos particulares. Segundo os estatutos, o IHGN podia recebê-los em doação ou comprá-los. Entretanto, as práticas de aquisição do Instituto que conseguimos acompanhar foram realizadas de maneira conturbada e com tentativas de saques. Essas atitudes não foram punidas porque o presidente do Instituto, Andrés Lamas, também era o chefe da polícia da cidade de Montevideú. Maria Luisa Ylla de Platero, escreveu a Lamas em 16 de agosto de 1843 descrevendo a ele como os seus agentes se comportaram em sua casa:

A consecuencia de lo que V. S acaba de exponerme, y en obsequio de la pura verdad no trepido em declarar, que en ocasion de la pesquisa que V. s tuvo a bien mandar hacer em los papeles de mi Casa, no solamente los Agentes de VS. no han cometido ninguna violència me persona ni ninguna de mi família, pero no han faltado tampoco a las reglas de las mas estuca urbanidad, ni he sido estraído objecto alguno a excepcion de una pórcion de Cartas de las que me han sido devuelto algunas por orden de V. S.¹⁵⁶

Como pode ser notado, Lamas mandava seus agentes para realizar pesquisas utilizando sua função pública para coagir as famílias mais antigas de Montevideú a disponibilizarem seus papéis para consulta e realização de cópia. Quando não os extraviava, embora não foi o caso de Maria Luisa. Mas foi o que aconteceu com Frederico Baez¹⁵⁷, que em 18 de abril de

¹⁵⁵ *Idem.*

¹⁵⁶ AGN, colección Andrés Lamas, legajo 2645.

¹⁵⁷ AGN, colección Andrés Lamas, legajo 2646.

1844 pediu a Lamas que obrigasse Magariños Cervantes, sócio do IHGN, a devolver os papéis que havia extraviado de sua casa.

Vemos assim que na Querela de *Clio* todos foram heróis ou bandidos, como Lamas e seu grupo acusou Pedro de Angelis de extraviar documentos, eles também conheciam formas ilegítimas de apropriar-se desses objetos. Da mesma forma, que as posições políticas dos sócios do IHGN facilitavam o acesso aos documentos particulares.

Não obstante os estudos que deveriam ser desenvolvidos pelos sócios do IHGN, o estado oriental argüiu algumas funções burocráticas para o estabelecimento. Nos estatutos previa-se que o governo criaria uma Mesa de Estatística que funcionaria independente das reuniões do grêmio, uma vez que todos consideravam que o trabalho de arrecadação de rendas por parte do estado seria mais bem realizado através dos estudos estatísticos¹⁵⁸. Ora os sócios se referem aos estudos estatísticos como mais utilitários, ora como apenas um acessório da história e da geografia.

Ainda em relação às atividades do estado, era exigido que os sócios do Instituto devessem fiscalizar o *Archivo* general e a comissão Topográfica do estado. Portanto, o Instituto adquiriu competências reguladoras tanto ao que tangia a organização das atividades culturais do estado oriental, como dos seus espaços de leitura como o *Archivo* e a Biblioteca Nacional, onde seria depositado todo o material reunido pelos sócios.

Passamos a tratar agora da estrutura do IHGN. Quanto aos sócios eles se dividiam em sócios fundadores, sócios de número e os sócios correspondentes. O único número limitado era o de sócios fundadores, oito no início. Andrés Lamas e Teodoro Miguel Viladerbó foram presidente e secretário do Instituto respectivamente. Entre outros fundadores estavam: D. Melchor Pacheco y Obes, Manuel Herrera y Obes, Candido Juanicó, Florencio Varela, Fermín Ferreira, José Rivera Indarte. Esses sócios elegeram por votação outros sócios de número: D.

¹⁵⁸ Estatutos do IHGN, p.188. In: PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op.cit.*

Santiago Vazquez, Bartolomè Mitre, Francisco Araucho, Juliàn Alvarez, Eduardo Acevedo, Bernardo Berro, Juan Francisco Giro e D. Lorenzo Batle¹⁵⁹. Também, foram criadas três comissões, História, Geografia e Estatística.

Curiosamente, a iniciativa amparada pelo estado oriental se compôs com muitos argentinos exilados entre os sócios fundadores como Varela, Mitre, Indarte, os irmãos Obes. Todavia, nem todos os sócios orientais aceitavam a composição variada do Instituto. Em agosto de 1845, o sócio fundador Francisco Araucho afastou-se das atividades do IHGN. Em sua carta ao presidente Lamas ele se justificava: “*como le hice, renunciar al de pertenecer-le desde que vi su heterogenea composición.*”¹⁶⁰.

O protesto de Francisco Araucho, já denota um desdobramento da querela de *Clio* no território uruguaio e no conjunto de motivos pelos quais o IHGN foi fundado, pois a presença dos argentinos exilados no rol de fundadores do IHGN direcionava os interesses do grupo em promover os estudos da América do Sul. Portanto, a identidade a ser confeccionada por esse Instituto pertencia a vínculos transcendentais a região oriental. Mas o leitor deve se perguntar que evento poderia unir a história da região de Prata de uma maneira que excedia as pátrias locais de orientais e argentinos? Ora, mas é claro que em tempos de ameaça a soberania do partido colorado no Uruguai, a idéia de que a Revolução de maio havia sido um evento marcante para todas as Repúblicas *sudamericanas* era compartilhada por todos os fundadores do IHGN. O discurso abaixo pode ser mais elucidativo:

En Mayo de 1810 surgió el grande pensamiento de la Independencia Americana. El gèrmen del progreso politico é intelectual de los americanos brotó bajo el maginifico Sol de ese dia y no hay República de este continente que no deba reendirle singulares y ecselsos homenages. Pero esta como otras fiestas patrias, no se ha celebrar entre lo estrépito y los azares de la guerra y cuando el pueblo está sobre la muralla haciendo frente a hordas con que el tirano Rosas mancha nuestro territorio. [...] Pero en un pueblo que no solo en gloriosos combates ha emancipado la tierra sino también su

¹⁵⁹ Nem todos esses sócios foram admitidos na data da fundação, mas escolhidos depois pelo grupo.

¹⁶⁰ Documento 24, publicado por PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op.Cit.* p.216.

*inteligencia, que se gobierna no por la fuerza salvaje, sino por los dictados de la razon ilustrada*¹⁶¹

O trecho transcrito pertence ao discurso do presidente Suarez na celebração das “fiestas mayas” em Montevideú no ano de 1843. A celebração dos eventos de maio no Uruguai denunciava claramente a intenção da direção colorada de inscrever a banda oriental no processo revolucionário de maio, a fim de elaborar um discurso que legitimasse a organização republicana do estado oriental do Uruguai.

A independência no Uruguai esteve ligada ao processo revolucionário das repúblicas provinciais. Em 1810, os povos orientais estavam divididos entre aqueles que reconheciam a legitimidade dinástica de Fernando VII e os que apoiavam Artigas na separação política da região. Mas, em 1816 a coroa portuguesa invadiu a região, abafando o projeto de se criar uma República sob domínio de Buenos Aires. Por sua vez, o Império brasileiro só reconheceu a independência do Uruguai mediante acordo com as repúblicas provinciais em 1826, depois de muitos conflitos¹⁶².

Em 1834 a Guerra Grande ameaçava a soberania do Uruguai mais uma vez. Desse modo, a iniciativa de se criar uma instituição de estudos históricos, geográficos e estatísticos em um momento que a República do Uruguai estava ameaçada por Rosas, equivalia a uma tentativa de “enfim, construir eruditamente uma visão sobre a nação uruguaia”, segundo João Paulo Pimenta¹⁶³. Nesse sentido, Andrés Lamas o presidente do IHGN entendia

*que la creación del Instituto , en momentos como los actuales, será para muchos un objeto de solaz para el espíritu agitado por las duras escenas de las guerras, y para todos una prueba de las miras civilizadoras del Gobierno, que se empeña en echar fundamentos de grandes edificios sociales, cuando todo conspira a minar los elementos de la sociedad.*¹⁶⁴

¹⁶¹ Decreto do governo Suarez que anunciava a organização das *fiestas mayas* em 1843. publicado em PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op. Cit.* p.191.

¹⁶² PIMENTA, João Paulo. *Op. cit.*

¹⁶³ *Ibidem.* p.5.

¹⁶⁴ Documento 4. Discurso de Andrés Lamas ao governo publicado em PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op. Cit.* p.184.

No conjunto das produções discursivas do período de resistência rosista, o IHGN estava destinado a exercer o papel que as associações exerciam no quadro das transformações sociais, as quais a revolução de maio deveria inaugurar, visto que os letrados uruguaios entendiam que sua pátria estivesse envolvida com o processo revolucionário da região do Prata iniciado em maio de 1810. Como pode ser notado, o IHGN deveria guardar os monumentos e as lembranças do evento de maio: “*decreta en él la creación de aquel. Gran Establecim.¹⁶⁵, depósito delos recuerdos y monumentos, delas hazañas y glorias que ilustraron la Causa dela Independencia de estas Regiones.*”¹⁶⁵.

A expectativa que o IHGN consolidasse uma versão ampliada da Revolução de Maio, não só identificar a guerra grande como uma de suas etapas, mas também que abarcasse a soberania do estado oriental, revestia o Instituto de legitimação. Por sua vez, a forma mais celebrada pelos letrados de rememorar os eventos de maio era a realização de certames poéticos e a realização das festas maias¹⁶⁶. Aqui leitor, temos a primeira resposta a nossa pergunta inicial, pois o IHGN passou a coordenar as comemorações do aniversário da revolução de maio. Como mostrou os trabalhos de Lúcia Guimarães, celebrar e comemorar os eventos nacionais foram uma das principais atribuições dos Institutos para consolidar a memória nacional.

A relação entre os propósitos do IHGN e a comemoração da revolução de maio é ainda mais clara, quando observamos que a sessão inaugural do IHGN realizou-se no dia 25 de maio de 1843. Embora o projeto do Instituto estivesse sendo elaborado desde o início desse ano, o dia escolhido pelo governo e pelo grupo fundador foi programado para coincidir com as celebrações das festas de maio: “*El primer día de estas fiestas el Instituto Histórico y*

¹⁶⁵ *Idem.Ibidem.p.185-186.*

¹⁶⁶ A importância das festas maias na construção dos estados nacionais na região do Prata foi amplamente demonstrada na tese de GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado Argentino. Buenos Aires entre o movimento de maio e a queda de Rivadavia.* Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1999.

geográfico[sic] hará su solemne apertura.”¹⁶⁷. Não só o dia da reunião do IHGN coincidia com a abertura das festas como a maioria dos sócios fundadores foi designada para compor a comissão que organizaria as celebrações:

*Artigo 2. Una comisión compuesta de los Sres. D. Julián Álvarez, D. Joaquim Sangra, D. Andrés Lamas, D. Florencio Varela y D. Manuel Herrera y Obes queda encargada de hacer el programa de estas fiestas y de realizarlas después de aprobado pelo el Gobierno; como también de llevar á efecto los artículos de este de este decreto poniéndose de acuerdo con la autoridad Superior.”*¹⁶⁸[grifo nosso].

Essa mesma comissão realizou um concurso sobre “*la mejor composición literaria, en honor das glorias patrias, y de la actual heroica defensa de la República*”¹⁶⁹. Portanto, a celebração da festa de maio e a participação dos sócios do IHGN em sua organização denunciavam o compromisso com a memória de maio nas atividades do Instituto. Constitui ponto pacífico de que a memória possui funções instrutivas para aqueles que a constroem, ela ainda serve para que a comunidade se recorde ou esqueça algum evento ou indivíduo¹⁷⁰.

A memória de maio elaborada pelos sócios do IHGN era reelaborada junto com os acontecimentos do sítio de Montevideu e os eventos da Guerra Grande. Vamos acompanhar o discurso de Lamas ao convocar os letrados para o certame poético do 33º aniversário da revolução de Maio.

V. es considerado en nuestro país como uno sólo favoritos de las musas que con mas fortuna hace escuchar sus armonías, y el jefe Político le ha incluido en el muy reducido número de personas à quineas convida a cantas el pensamiento de la Revolución Americana en el próximo 25 de Mayo, aniversario de su magnifica aparición. Vea V. de ligar aquella idea gigante con o mello sublime de prosperidad y libertad que sostenemos; vea V. de confundir bajo sus antecedentes á los ministros del despotismo regio y colonial y à los reyes del espanto y bárbaro tirano Rosas que quiero concitar el despotismo nascido desee mandato de su ropaje aristocrático y mintiéndolo a la asaura de los habitantes de lo Pampa.¹⁷¹

¹⁶⁷ Decreto do governo Suarez que anunciava a organização das *fiestas mayas* em 1843. publicado em PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op. Cit.* p.192.

¹⁶⁸ *Idem.* p.191.

¹⁶⁹ *Idem.*

¹⁷⁰ NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**. São Paulo: PUCSP. Nº 10, 1993.

¹⁷¹ AGN, colección Andrés Lamas, legajo 2645.

A primeira observação a ser feita refere-se aos modos de celebrar a memória de maio: cantar. A escolha pela escrita poética é mais um traço comum aos sócios do IHGN. A segunda observação é a associação histórica de Rosas com os antigos ministros, do tempo colonial que foram caracterizados como déspotas. Dessa forma, a representação do general aos aspectos negativos do tempo colonial reatualizava a luta contra General como uma segunda revolução de maio, difundindo a idéia de que a derrotar Rosas era o mesmo que fazer triunfar novamente o movimento revolucionário. Assim Rivera Indarte respondeu a Lamas:

He recibido la carta de V. S de fecha de los en que mo convida a cantar las glorias de Mayo de 1810, en su próximo aniversario, asociando ese grandioso pensamiento al que guía nuestros esfuerzos actuales el despotismo retrogrado y brutal de Rosas.¹⁷²

Ou como nas palavras de Mitre:

He hecho todo lo posible para llenar el programa del Sr. Jefe Político, enlazando el pasado y el presente de nuestra Revolución, u me mejor recompensa será el haberlo conseguido. Conforme a la indicación que V. hace dijo para leer mi composición al Sr. Miembro Fundador del Instituto Don Cándido Juanicó, si el se presta gustoso este encargo.

Leitor, pode ter parecido enfadonho o argumento sempre repetido de que o IHGN difundiu as interpretações da Revolução de maio elaboradas pelos letrados que mobilizavam a propaganda anti-rosista. Podemos resumir os motivos, primeiro porque a maioria de seus sócios eram argentinos exilados pelo sistema rosista, segundo porque os dirigentes colorados a frente da República de Montevideú acreditavam que a celebração de maio como mito de origem oriental reforçava a soberania do estado uruguaio, no momento de ameaça dos exércitos de Oribe e Rosas.

Destas linhas podemos concluir que através do Instituto os uruguaios e os argentinos exilados pretendiam erigir um arquivo, editar uma coleção e criar as condições necessárias

¹⁷² *Idem.*

para que eles cultivassem os estudos sobre a região, mas também empreender uma resistência a Rosas e aplicarem seus estudos na reforma social da região.

Logo, o compromisso do IHGN estava marcado na seguinte expectativa de seus sócios: *“reunira en un foco de ilustración los datos importantes para la geografía é historia del país que se conservan dispersos, con peligro de desaparecer, y el oriental que se sienta con el talento y vigor necesario para escribir la Historia de su Patria. [grifo nosso]”*¹⁷³.

No discurso de Lamas que transcrevemos, o talento representava o saber para relatar, e o vigor a ação política. Dessa maneira, ele proferia um tipo de discurso filosófico sobre a história que se tornou comum a partir do século XVIII com o surgimento da filosofia da história. Na Europa desse período, o conceito História passou a incorporar o sentido dos acontecimentos e tornou-se um sujeito histórico dela mesma.¹⁷⁴

Lamas afirmava nessa época que *“las asociones son el gran motor de los progresos del siglo: ellas dan nombre á las más preciosas conquistas de la civilización contemporanea y la que propongo á la ilustrada consideración de V. E., creo hace mucho tiempo, que es una necesidad nacional bajo diversos aspectos.”*¹⁷⁵. O reconhecimento por parte de Lamas e do governo que financiava o IHGN de que os estudos históricos e geográficos estavam comprometidos com a ação contemporânea estava expressa na importância dada por eles ao estudo da estatística e da geografia:

16.º§4 *Hacer, en memorias ó discursos, aplicaciones de los conocimientos geográficos y de los datos estadísticos, á las necesidades y mejoras del Comercio, de la Navegación, de la Industria y de la Administración de la República.*¹⁷⁶

Portanto, o que concluímos é que grande parte da linguagem dos sócios do IHGN expressava-se como história filosófica. Nesse sentido, a fundação do IHGN carregava a função de preservar a soberania da República oriental do Uruguai no período da guerra grande

¹⁷³ *El Nacional*, Montevideo, mayo 25 de 1843. trecho transcrito em PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op.Cit.* p.187

¹⁷⁴ KOSELLECK, Reinhart. *história / História*. Madrid: Editorial Trotta, 2004. p.27-153.

¹⁷⁵ PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op.Cit.* p.184

¹⁷⁶ artigo 16, parágrafo 4º dos Estatutos do IHGN, p.188. In: PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op.cit.*

declarada por Rosas e Oribe em 1843, pois a consideração de que o caudilho era o restaurador do jugo colonial pelos sócios do IHGN tornava a guerra grande parte do processo revolucionário de maio. Dessa forma, o IHGN promoveu a criação da memória de que o Uruguai pertencia ao processo revolucionário de maio, elaborando coleções, erigindo arquivo e estudos que legitimariam os marcos territoriais do estado oriental.

Por conseguinte, as atividades do Instituto ofereceriam obstáculos ao expansionismo rosista, logo, os sócios do IHGN esperavam que o Instituto fosse um foco de resistência a Rosas. Mas nem só o pragmatismo orientou as atividades dos sócios do IHGN, curiosamente chegamos à conclusão de que eles perseguiram as propostas do Instituto, mesmo quando ele não mais funcionava. No capítulo 3, o leitor vai acompanhar a agenda de pesquisa que foi iniciada por Florencio Varela e terminada por Viladerbó, bem como qual foi o gênero mais usado por eles para escrever uma história com talento e com vigor. Mas, a seguir, investigaremos como os rio-platenses interagiram com o IHGB, antes e depois da fundação do IHGN em 1843.

2.2. Os momentos de diálogo entre IHGN e o IHGB

O “espírito associativo” entre os sócios e as instituições congêneres foi uma característica dos Institutos Históricos e Geográficos. Na sessão de dois de julho de 1843, foram postas em discussão a proposta de um regulamento para o IHGN, as relações com o estrangeiro e a eleição de sócios correspondentes.

En la oportunidad de dar este paso desde ahora insitió lo bastante Sor. Presid.^{te}; en lo que fue apoyado por el S^{or}. Varela, quién fue de parecer, que la primera medida que debía tomarse, era dirigir-se oficialmente a las Sociedades Históricas y geográficas de las otras Naciones, por ser ellas las que pueden suministrar al Instituto los conocimientos que pueda necesitar en el curso de sus tareas, é investigaciones, á cuyo fin se les podrá dirigir una Circular, en a que se incluya una copia de las Bases del Instituto. [...]

*Después de lo que se resolvió llevar á efecto la indicación del S^{or}. Varela, quedando encargada la mesa de redacción y remisión de la Circular.*¹⁷⁷

Nessa ocasião foram eleitos como sócios honorários D. Bernardino Rivadavia y D. José de San Martín, os quais eram considerados os heróis da revolução de maio. Como sócios correspondentes foram eleitos em ordem de citação: “*Vizconde de S. Leopoldo, Presidente del Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro, Canónigo Januario da Cunha Barboza, secret^o perpetuo de dicho Instituto , José Silvestre Rebello, miembro del mismo, Baron Inprinier, Presid.^{te} de la Sociedad geográfica de París. Michaud, Presid.^{te} del Instituto Histórico de París.*”¹⁷⁸.

Com essas nomeações, eles afirmavam a vontade de interagir com as comunidades letradas das regiões europeias e americanas. “*Por supuesto que dicho contacto no solo legitimaba la existencia de estas asociaciones, sino también la de sus socios, quienes gustaban ser reconocidos como corresponsales de tan prestigiosos centros*”¹⁷⁹.

Nesse sentido tínhamos por consolidado a idéia de que o IHGB serviu de modelo para o IHGN, contudo mediante o diálogo dos sócios fundadores foi descoberta a correlação com o Instituto Histórico de Paris, o qual congregava boa parte dos letrados do IHGN e do IHGB. Portanto, o Instituto parisiense serviu de inspiração ao IHGN e ao IHGB do mesmo modo¹⁸⁰.

Em carta de Viladerbó a Andrés Lamas na época em que elaboravam os estatutos do IHGN ele pediu que Lamas fosse “*entregar los papeles míos que Vd. Tiene referentes al Instituto histórico, y a la Sociedad Etnológica, y los tomos de las obras dramáticas de Schiller, si nos los necesitase*”¹⁸¹. Por sua vez, Florencio Varela também dá indícios dessa ligação quando em 1844 escreve ao cônego Januário da Cunha Barbosa: “*Recibí um Diploma*

¹⁷⁷ *Idem.* p.205

¹⁷⁸ *Idem.* p.206.

¹⁷⁹ WASSERMAN, Fabio. *Op.Cit* [1]. p.85.

¹⁸⁰ A relação entre o IHGB e o Instituto Histórico de Paris foi investigada por Manoel. S. Guimarães em “*Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*”. Rio de Janeiro: *estudos históricos*. n.º.1.1988.p.5-27.

¹⁸¹ PIVEL DEVOTO, Juan E.*Op.cit.*p.183.

*de socio corresponsal del Instituto Histórico de Francia. Sé que llegó nuestro excelente amigo el D. Michaud le encargo de ver a V. por mi.”*¹⁸².

Diante dessas interações, ser amante das letras e dos estudos forjava a existência de uma comunidade letrada formada por letrados do velho e do novo mundo. Por isso, no ambiente das academias “savantes”, a importância de cada sócio estava representada na medida da sua relação com os demais letrados. Nesse sentido, a escolha dos letrados do Brasil e da Região do Prata por organizarem seus estudos em instituições como o Instituto Histórico de Paris atrelava as singularidades regionais à História Geral da civilização.

A pretensão universal desse pertencimento inerente aos Institutos Históricos e Geográficos fundados na América foi prevista pelo próprio Instituto de Paris, quando seus sócios chegaram a um consenso de que deveriam incorporar letrados estrangeiros¹⁸³:

Tendo sido fundado o Instituto Histórico com sentido geral de utilidade, a primeira condição de sua existência é de ter em todos os países membros que possam apoiar e incentivar seus esforços.¹⁸⁴

Mediante a incorporação dos letrados dos países estrangeiros, os sócios parisienses almejavam viabilizar uma grande história universal dotada da reunião de todas as histórias particulares. Assim, o Instituto de Paris não só manteve interesse na correspondência com o IHGB, como também com os sócios do IHGN, até mesmo porque os argentinos exilados possuíam estreita ligação com eminentes sócios do Instituto histórico de Paris. Da mesma forma que boa parte dos letrados franceses como Thierry e Alexandre Dumas tomaram parte da resistência rosista na Assembléia de Paris.

Portanto, consideramos que atribuir o IHGB como precursor dos Institutos do Prata é de certa forma ignorar a relação com o Instituto Histórico de Paris e avaliar que o Instituto

¹⁸² AIHGB, Lata 142, pasta 46.

¹⁸³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre amadorismo e Profissionalismo: as tensões na prática histórica do século XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 184-200.

¹⁸⁴ *L’Institut Historique etant fondé dans um bout general d’utilité, la première condition de son existence est d’avoir dans toutes les pays des membres qui appuient et secondent ses efforts.”Institut Historique de Paris. Procès Verbaux des Assemblées générales et du Conseil. 1834- 39. Bibliothèque de l’Arsenal. Cote MS 9185. Apud: Manoel Guimarães, Op.cit, p.192.*

brasileiro foi mais importante que os demais Institutos na América pela longevidade de suas atividades. Dessa forma, boa parte das semelhanças do IHGB com o IHGN pode ser também encontrada no Instituto parisiense, por isso acreditamos ser mais plausível investigar como a correspondência entre os Institutos foi estabelecida, ao contrário de identificar possíveis fluxos de influências entre um e outro.

Até mesmo porque tais letrados estavam inseridos em uma rede de circulação de saberes e práticas, onde podem ser encontrados *habitus* semelhantes, seja na Europa ou na América. Como exemplo, citamos a apreensão em organizar as ciências auxiliares a escrita da história, a qual foi preocupação comum a todos os Institutos. Nessa área o IHGN deu particular importância a Estatística. O IHGB chegou a tentar organizar uma comissão de Estatística, proposta por Januário da Cunha Barbosa no mesmo dia que ele noticiou ao grêmio a fundação do IHGN, talvez o cônego tivesse lido os estatutos do seu congêneres?

Seja como for, o IHGB e IHGN se exibiam como herdeiros de uma tradição iluminista ao serem filiados ao Instituto de Paris, com a finalidade de criar e divulgar suas histórias nacionais dentro da marcha da civilização. Conseqüentemente, não era inusitado que esses dois Institutos fossem correspondentes, diante de todas as diferenças e rivalidades que pudessem existir entre o Brasil e República Oriental. Estimávamos que Andrés Lamas fosse o responsável por essa ligação, porque esteve exilado na corte entre os anos de 1836-1838 e relatou ter participado das reuniões, porém Lamas só tornou-se sócio do IHGB em 1848. Então como a comunicação entre os Institutos foi efetuada?

Florencio Varela foi o primeiro sócio do IHGB entre os fundadores do IHGN, porque esteve de passagem no Brasil durante o ano de 1841-1842. Nessa época ele se tornou sócio correspondente do Instituto através da amizade que o ligava ao eminente Januário da Cunha Barbosa. A correspondência dos dois esclarece muitas interações entre as suas associações.

No mês de outubro de 1842, Florencio Varela decidiu retornar a Montevideú, apesar do cônego Januário da Cunha Barbosa o “*aconsejaba que no regresarse al Rio de La Plata*”¹⁸⁵. Nessa viagem, Varela e sua família naufragaram antes de chegar a Montevideú. Em carta ao cônego no mês de Janeiro de 1843, ele descrevia seus infortúnios e suplicava ao seu amigo que enviasse os livros que havia perdido, dos quais necessitava para terminar seu trabalho. Sobre a realidade que encontrara ele escreveu:

*he llegado aquí en momentos Sumamente dificiles para este pais. Pérdida completamente una [fl.2] batalla por el Presidente Rivera, el Ejército de Rosas, vencedor, se halla ya en temitorio de este Estado, y pronto Amenazará la Capital, que se defenderá muy bien. Esta situacion me coloca en posicion mui embarazada; y como todos somos hoi soldados, no me permite absolutamente ene parme en trabajo ninguno literario.*¹⁸⁶

A situação que Varela descreveu correspondia ao sítio instaurado em Montevideú. Suas palavras ao cônego resumiam o conflito que orientais e exilados argentinos vivenciaram durante a guerra grande. Ainda como soldados e sem tempo para produzir seus trabalhos literários, nessa mesma carta ele informava que

*Si nuestro estado político mejora, y tenemos estabilidad, verá V.^S formarse mui pronto aquí un Instituto Histórico, à semejanza del que tanto honra la capacidad de los literatos brasileros S. Entretanto, procuraremos hacer á ese los servicios que nos sea posible.*¹⁸⁷

Esse trecho poderia atestar que os rio-platenses buscaram aplicar o modelo institucional do IHGB, se não soubéssemos que os rio-platenses possuísem a mesma ligação que o IHGB com os Institutos parisienses. Cabe esclarecer que a *semejanza* que Varela se refere é o apoio financeiro do governo, do qual o Instituto brasileiro gozava. Como pode ser atestado no próprio relato do Januário da Cunha Barboza ao noticiar na 108ª sessão ordinária do IHGB em 20 de julho de 1843, cinco meses após aquele contato, que “escreve o sócio correspondente o Sr. D. Florencio Varella, noticiando haver-se alli instalado[Montevideú],

¹⁸⁵ AIHGB, coleção Instituto Histórico, lata 139, pasta 85.

¹⁸⁶ *Idem.*

¹⁸⁷ *Idem.*

sob os auspícios do governo, uma associação com o título de -Instituto Histórico e Geographico Nacional.”¹⁸⁸[grifo nosso].

A relação de Florencio Varela com o IHGB esclarece que obter o apoio do governo da República oriental do Uruguai para as atividades letradas do IHGN, como o IHGB também possuía do Império, era importante. Principalmente, para os letrados argentinos exilados que estavam comprometidos com a realização de seus projetos políticos, mesmo fora da pátria argentina. Portanto, a participação dos sócios do IHGN no IHGB não pode obscurecer a querela que dividia os grupos políticos na região do Prata e que como mostramos se relacionava com os propósitos do IHGN.

Por essa característica, a maioria dos letrados rio-platenses que passaram pelo Brasil se tornaram sócios do IHGB: são eles Alejandro Magariños, Valentim Alsina, Juan Maria Gutierrez e Domingos Sarmiento, mas foram Florencio Varela, Lamas e Teodoro Viladerbó que participaram ativamente das atividades do Instituto. Como vimos em outro ponto desse capítulo, os sócios do IHGN eram todos opositores a Rosas, dessa forma eles fizeram circular boa parte dos seus panfletos anti-rosista através do exercício de sócios correspondentes no IHGB, da mesma forma que Pedro de Angelis também fez circular a imprensa rosista, mas de uma maneira mais tímida que os exilados. Então, contando com os querelantes no rol de correspondentes, os sócios do IHGB conseguiram acompanhar a querela de *Clio* no Prata através de boa parte dos trabalhos impressos que foram doados para sua biblioteca.

Mas, o Instituto brasileiro não se tornou um público da querela do Prata só porque manteve a participação dos sócios do IHGN e de Pedro de Angelis, mas também pelos interesses diplomáticos que ligavam o Brasil e a região do Prata: a definição das fronteiras entre o Império e as Repúblicas. Desse ponto de vista, a interação entre sócios do Instituto

¹⁸⁸ *RIHGB*, 1843.2ª edição. Tomo 5. p.357

Histórico do Brasil e do Rio da Prata configurou o que João Paulo Pimenta chamou “de cooperação política e intelectual”¹⁸⁹.

Naquela época, todo o corpo diplomático do Império e da República oriental compunha os quadros do IHGB e do IHGN. Desse modo, os Institutos Históricos trabalharam juntos na definição dos contornos geográficos de seus Estados, seja institucionalmente ou através da atuação de sócios que pertenciam ao ministério dos negócios estrangeiros. Nesse sentido, em 1853, a questão das fronteiras Sul acendeu uma polêmica no IHGB, porque o sócio Joaquim Machado de Oliveira escreveu um longo artigo criticando o tratado final que definiu os limites com o Estado oriental. Para isso ele se baseou em todos os tratados que já tinham sido arquitetados. O sócio Duarte da Ponte Ribeiro, o ministro plenipotenciário mais influente na região do Prata, respondeu ao trabalho de Oliveira defendendo o traçado firmado. Por fim, o debate parece ter sido encerrado com o poeta Gonçalves Dias, o qual argüiu que o IHGB era uma instituição neutra e não deveria se intrometer em querelas políticas como essa¹⁹⁰.

Com certeza, a opinião de Gonçalves Dias não era única no grêmio brasileiro, contudo as vozes contrárias a interferências nas questões políticas e na manutenção dos vínculos com os letrados rioplatenses não foram graves o suficiente para abafar uma relação de intercâmbio de informações sobre a outra margem do Império. Portanto, por mais que os discursos oficiais dos Institutos pregassem uma suposta neutralidade política, os envolvimento dos seus sócios no aparelho burocrático do Estado e seus financiamentos fizeram que tais academias de saber fossem lugares de exercício diplomático.

Para concluir, foi observado que o IHGB congregava grande parte do grupo letrado do Rio da Prata envolvido com *Clio* e sua querela através da função dos sócios correspondentes,

¹⁸⁹ PIMENTA, João Paulo. “A fundação dos Institutos histórico-geográficos na intersecção das historiografias nacionais de Brasil, Uruguai e Argentina”. In: *Anais XIX Simpósio Nacional de História* - ANPUH, Belo Horizonte, julho de 1997, pp1-14. p.9.

¹⁹⁰ Os discursos desse debate constam na *RIHGB*, v.16, p.393-572. 1853.

da mesma forma que o IHGN também possuía sócios brasileiros. O IHGN possuía muitas semelhanças com o IHGB: para além de sócios em comum, o interesse pela preservação dos documentos, a organização do arquivo, a criação de uma memória nacional como atividades prioritárias. Entretanto, as semelhanças não escondem as diferenças. Os sócios do IHGN estavam comprometidos com as questões candentes no território das repúblicas, tanto que fizeram propaganda anti-rosista no Instituto brasileiro. Será que o IHGB que cerrava suas portas para a história dos acontecimentos contemporâneos no Brasil¹⁹¹, permaneceu apenas como público observador nessa querela?

Embora não possamos afirmar de maneira categórica, parece que havia muitas frestas nas portas do IHGB. No próximo capítulo, o leitor vai acompanhar o conjunto de ações que ligavam os letrados rioplatenses e o IHGB. Por detrás de cada participação, as demandas de *Clio* desnudam como o talento e o vigor fizeram parte da vida dos escritores de história dos Institutos Históricos e Geográficos, compartilhando as tensões em meio aos diálogos da margem de cá com a de lá.

2.2.1. A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como coleção

Como Habermas e outros autores já enfatizaram, a distância da casa, o espaço privado, para a rua, o espaço público, começou a ser estabelecida no século XIX¹⁹². Portanto, a criação de espaços públicos destinados à convenção dos saberes foi agrupando algumas funções desempenhadas pelos mercadores das letras, como os livreiros e os colecionadores. Tendo esse processo em vista, poderíamos pensar que os Institutos com suas bibliotecas e arquivos

¹⁹¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. *RIHGB*, 156(388), 1995.

¹⁹² HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2 ed. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

estariam menos dependentes dos mercadores. Um grande engano! Por detrás de toda biblioteca e arquivo se encontra uma história desse comércio peculiar.

Até onde observamos, os pedidos de empréstimos de livros pelos sócios rioplatenses, constatamos que eles foram atendidos, justamente porque também doavam algo para a biblioteca do IHGB, logo pode ser considerado que os Institutos e seus sócios correspondentes atuaram diversas vezes como livreiros. Ora! Que atuando assim eles se transformavam em mercadores das letras, não resta dúvida. Por isso, concluímos que a primeira realização dessa participação foi a constituição de parte da coleção que forma o arquivo e a biblioteca do IHGB, em troca das revistas do Instituto histórico, as quais compuseram parte das coleções dos sócios rioplatenses. Vamos observar em seguida o quadro de pedidos ao IHGB:

Data	Sócio	Pedido	Classificação
1841	Pedro de Angelis	Que o IHGB divulgue o seu prospecto da segunda edição <i>Documentos inéditos sobre las Provincias del Rio de La Plata</i>	-segunda serie de documentos publicados
1843	Florencio Varela	- <i>Os Annaes da Provincia de São Pedro</i> . Vizconde de São Leopoldo - <i>A memória sobre a vida e fatos de Alexandre de Guzmão</i> . - <i>As décadas</i> de João de Ramos - Os números até o 14 do Jornal do instituto histórico. - O relatório da sessão imperial.	-Livro - um documento publicado na RIHGB -Livro -Livro - Relatório
1844	Florencio Varela	- <i>Telegrafo</i> (emprestado ao cônego Januário) -o número 18 da revista -o número da revista sobre <i>Alexandre de Gusmão</i>	-periodico de Buenos Aires de 1801 -RIHGB
1844	Pedro de Angelis	-Os números 14,15, 16,18 da revista do IHGB	-RIHGB
1844	Florencio Varela	- o diploma de sócio correspondente do instituto	- Diploma
1845	Pedro de Angelis	-Os números 14,15, 16,18 da revista do IHGB	-RIHGB
1846	Pedro de Angelis	-Os números da revista até o número 27 - pede que o secretário diga se ele recebeu o manuscrito das fronteiras.	-RIHGB
1850	Andrés Lamas	-os números 15 e 16 da revista	-RIHGB

Diante dessa sistematização de alguns dos pedidos que os sócios rioplatenses fizeram ao IHGB destacam-se os volumes da *RIHGB*, principalmente o número 18, onde foi publicado uma memória sobre Alexandre de Gusmão, conhecido diretor da Real Academia Portuguesa de História e condutor do tratado de Madri que definia as fronteiras ibéricas na América. Conforme os estatutos do IHGB, todos os sócios possuíam o direito de receber os exemplares da revista, apesar dos atrasos devidos os volumes pedidos foram enviados.

Então, como os letrados rioplatenses leram a *RIHGB*? Que mais interessava nos artigos publicados? Parece que os volumes eram objeto de coleção para aqueles leitores. Vamos acompanhar alguns dos trechos das cartas:

Los num de la Revue “Trimensal”, que vous aves em la vonté de m’annoncer dans votre lettre du 29 mars dernier à la quelle j’ ai l’ honneur de répondre, ne m’ a pas été remis, et je ne sous pas à qui m adresser pou le réclamer. Puis que vous voules bien em offris votre coopération pour completer cette importante collection, je vous derais que il me manque le 1^{er} numéro, que je n’ ao jamais pu me procurer, malgré toutes les diligences de mon illustre [fl.1v] ami, M. Duarte da Ponte Riveira. Le Général Guido a en la vonté de me fourner le num. 27 ou i arrête la série de ceux qui sont em mo pouvoir.¹⁹³

Esse pedido foi feito por Pedro de Angelis em 1846, veja leitor como ele ressaltava a importância de obter todos os números da revista, porque ela era uma importante coleção. Em seguida vamos ler outro trecho de Florencio Varela:

Aprovechando de la bondadosa oferta de V. S a, me tomo la libertad de rogarte que me no hogo el servicio de procurar no el número de la Revista que contiene la carta de Alejandro de Gusmam sobre la Colonia de Sacramento, el cual perdí en mi naufragio. No puedo desgñar el no con exatiton, por que tengo encajonada esa parte de la colección; pero q me parece que es el no 6 Sr..¹⁹⁴

¹⁹³ AIHGB, Lata 142, pasta 79.

¹⁹⁴ AIHGB, Lata 180, documento 2.

Já esse trecho de Florencio Varela também atesta que seus volumes da *RIHGB* eram objetos de sua coleção. Também ele diz respeito ao que ele procurava encontrar na revista, um documento de Alexandre de Gusmão sobre a colônia de Sacramento, certamente para compor seus estudos sobre a demarcação das fronteiras.

A partir desses indícios nos perguntamos se a *RIHGB* foi lida como uma coleção de documentos pelos leitores das margens do rio do Prata? Segundo acompanhamos, Pedro de Angelis, Florencio Varela, Teodoro Viladerbó e Andrés Lamas se esforçaram em reunir em forma de coleção ou de *Décadas* os documentos que serviriam para a escrita da história da região do Prata. Será que os letrados do Brasil não projetaram também uma coleção de documentos antigos e modernos do Brasil? Quanto a essa pergunta não temos respostas, só nos resta cogitar que a *RIHGB* circulava também como uma coleção de documentos, e corrobora com essa idéia não só as leituras dos sócios rioplatenses que expomos aqui, mas também alguns diagnósticos de Lúcia Guimarães sobre os documentos que foram publicados na *RIHGB*.

Segundo Lúcia Guimarães, o número de documentos não contemporâneos publicados na *RIHGB* foi superior ao que ela nomeou como contribuição historiográfica, durante os anos de 1839-1889. Justamente no intervalo de anos de 1839-1849, o número de documentos publicados foi o mais expressivo da história da revista. A autora explica que essa proporção foi resultado da necessidade de reunir o maior número de fontes com a finalidade de propiciar as pesquisas a serem realizadas por seus sócios. Outro argumento se refere a ausência de normas acadêmicas na seleção de sócios. Por fim, o último ponto explicativo que compõe o cerne de sua tese¹⁹⁵, a saber, para Lúcia Guimarães o *IHGB* se consolidou como a casa da memória nacional porque as atividades de seus sócios priorizaram a necessidade de recordar os fatos memoráveis, por conseguinte criou um gigantesco acervo de memória de papel. O

¹⁹⁵ GUIMARÃES, Lúcia. *Op.cit.*,p..516.

centro dessa tese está marcado pelos estudos da questão Memória versus História, cujo debate se originou com os trabalhos de Pierre Nora e Maurice Halbwachs.

A partir dessa tese, podemos concluir que a *RIHGB* pode ter sido lida pelos sócios rioplatenses como uma coleção de documentos, que por sua vez colecionaram os números da revista. Todavia, entendemos que a história escrita como coleção poderia combinar erudição e filosofia, como será argumentado por nós em outra parte desse texto. Desse modo caberia entender os trabalhos históricos de intuito colecionista como memória? Parece que essa afirmação é problemática por demais, pois antes de respondê-la devem ser analisados todos os conceitos e as práticas de escrita dos letrados, dentro dos contextos em que se desenvolveram seus estudos. Nem sempre os historiadores têm acesso a todos os vestígios e indícios. Posto isso, essa questão parece continuar acesa no campo historiográfico.

CAPÍTULO 3

CORRESPONDENTES INUSITADOS? OS SÓCIOS RIO-PLATENSES E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

O que fabrica um indivíduo letrado quando escreve cartas? É inevitável não parafrasear Michel de Certeau em seu estilo e suas formulações conceituais sobre as artes de fazer quando tratamos de refletir sobre as formas de escrita. Por mais de dois mil anos, a correspondência foi o veículo no qual os ausentes tornavam-se presentes em muitas distâncias e muitos mundos. Ainda hoje a prática epistolar não foi perdida, mas ela circula sob outras formas e tecnologias, quando então passamos a comunicar por telefone e *email*.

Como as epístolas eram indispensáveis à comunicação, a partir do século XII, a arte de escrever cartas constituiu-se como campo de estudos. Sobre esta arte foram escritos muitos tratados para definir e prescrever seus elementos de composição. Erasmo de Rotterdam, autoridade em livros de civilidade, escreveu três tratados sobre o tema e, em um deles, afirmou a diligência que havia em estudar este gênero textual:

Alguns [claramente se refere a alguns humanistas] reclamam que não há qualquer “arte” de escrever cartas e riem do estudo diligente e da prática, mas se fabricar, moldar e forjar um vaso de barro requer arte, então certamente o discurso, a glória da razão humana, não pode existir sem arte.¹⁹⁶

A respeito dessa definição de Erasmo, a arte de escrever cartas podia ser compreendida como uma prática, como uma maneira de fazer. No manual citado, Erasmo pretendia prescrever o gênero epistolar conforme os exemplos de Cícero, Plínio e Sêneca, em virtude de serem considerados os modelos a serem imitados. O autor do *Elogio da loucura* foi

¹⁹⁶ TIN, Emerson. *A arte de escrever cartas*. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2005. p.52.

um estimulador da idéia de que as cartas deveriam compor o repertório da retórica, porém havia humanistas que não acreditavam que a epistolografia fosse uma arte, mesmo assim essa escrita foi ensinada nos cursos de arte retórica ou de gramática e difundida na forma de manuais de civilidade¹⁹⁷ até o século XIX. Através das circulações dos manuais epistolares sabemos, pois, que a epistolografia compunha a pedagogia das civilidades pela qual passava qualquer homem das letras no Ocidente, seja no centro Europeu ou nas Américas.

Depois dessa reflexão genealógica sobre a escrita das cartas, voltamos a nossa pergunta inicial já com algumas respostas. Ainda nos oitocentos, quando escrevia cartas, um indivíduo letrado educado no campo das humanidades fabricava uma comunicação em forma de diálogo. Nem mesmo as variações das formas de escrever cartas alteram sua condição característica de ser sempre um diálogo, segundo Emerson Tin: “de certo modo, essa definição da carta como diálogo, ou como partes de um diálogo, perpassará todas as artes epistolares”¹⁹⁸. Portanto, o que parece ser um diálogo formal e íntimo é fabricado com base em um gênero elaborado, como os diálogos antigos. Logo, o elemento definidor do tom discursivo das correspondências aproxima-se mais de uma conversa entre amigos que do discurso combatente do púlpito, pois ainda que não verse sobre assunto intimista, uma carta é sempre escrita no estilo cortês.

Em vista disto, o primeiro tratado sobre as regras da epistolografia, escrito por Démetrio em I a.C e I d.C., afirma que “a carta, de outra forma, é escrita e enviada a alguém, como se fosse um presente”¹⁹⁹. Encontramos assim uma ordem para o lugar das saudações, epítetos, temas, um quadro expositivo e conclusão. Além de gênero e diálogo, as correspondências não existem em si mesmas; elas pertencem a um alguém, o destinatário o

¹⁹⁷ Sobre o papel pedagógico dos manuais de civilidade na transformação e difusão dos comportamentos sociais e a papel de Erasmo de Rotterdam neste tipo de gênero ver Norbert Elias “A civilização como transformação do comportamento humano”. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.p.65-202.

¹⁹⁸ TIN, Emerson. *Op.cit.* p.18.

¹⁹⁹ *Idem.* p. 19.

qual ocupa a hierarquia de sentido do texto. Este alguém e sua relação com o eu que fabrica uma carta estão atravessados por uma relação de poder, sejam nas epístolas institucionais ou nas familiares.

Cada uma dessas reflexões permite entender que a prática epistolar possui uma relação com o conceito de alteridade, pois o eu que se deixa expressar nas linhas dialógicas de uma carta existe na percepção relacional do outro eu que é o destinatário, mas que não caracteriza um eu propriamente dito. Mas que é condição *sine qua nom*, porque cria um espaço social para que o eu se integre a um grupo, família ou instituição. Em outras palavras, o eu descrito nas correspondências estrutura-se na sua relação social. Ainda pensamos que esta relação dialógica das correspondências permite que o eu construa e expresse o elemento a conceituar sua identidade. Assim, chegamos a uma conclusão de que gênero textual, diálogo e identidade são elementos estruturais fabricados por um indivíduo letrado que escreve cartas.

Todas as características que acompanham uma carta foram as principais da relação de intercâmbio acadêmico entre os sócios brasileiros com os sócios da região do Prata entre os anos conflituosos da constituição dos Estados Nacionais. Através da correspondência pode ser revelado como se estabeleceram os diálogos entre esses letrados, como foram admitidos no IHGB e em que funções eles atuaram.

3.1. A correspondência pessoal como diálogo institucional

Atualmente qualquer tipo de instituição possui uma logomarca que a identifique, pode ser uma imagem, em escudo ou simplesmente um *slogan*. A finalidade de uma boa representação impõe a sociedade reconhecer a instituição como um corpo homogêneo. Todavia, toda instituição é formada pelas pessoas que a compõem, as quais também

representam seu nome. Porém, alguns membros destacam-se em seus ofícios e muitas vezes são reconhecidos como parte de uma instituição, ainda que não estejam representando-a.

Uma situação simples como essa serve para mostrar que ainda permanecem as misturas do espaço público e privado, visto que como o sujeito social ocupa vários papéis, que se confundem e se misturam. Se atualmente os espaços sociais são suscetíveis as tais interferências, imagine leitor como seria a vivência cotidiana das esferas públicas e privadas no oitocentos quando o espaço público nem mesmo havia se constituído²⁰⁰.

A partir dessa reflexão, queremos introduzir a relação entre os Institutos Históricos e Geográficos a partir das suas formas de diálogo com outras instituições. No século XIX, a correspondência era a única via de comunicação entre eles. Entretanto, quem escrevia a correspondência do Instituto era o secretário, que exercia outros cargos escriturários, uma vez que a ocupação no Instituto não era remunerada. Logo, o nome próprio que assinava a correspondência do Instituto ganhava uma notoriedade expressiva na República das Letras e certamente a instituição que representava também. Então, cabe concluir que as relações entre os Institutos foram mediadas pela correspondência escrita por seus secretários. Conseqüentemente, podemos identificar um diálogo institucional através da correspondência pessoal de seus membros e secretários.

Nesse passo, cabe ser observado o artigo dos primeiros estatutos do IHGB trata da correspondência com outras associações:

Art. 2º Procurará sustentar correspondências com sociedades estrangeiras de igual natureza; e se ramificará nas províncias do Impériopara mais fácil desempenho dos fins que se propõe.²⁰¹

O exame do estatuto citado revela que o campo relacional do IHGB seria mantido através da correspondência, essa tal correspondência era praticada através da eleição dos

²⁰⁰ HABERMAS, Jürgen. *Op.cit.*

²⁰¹ Extrato dos estatutos. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico brasileiro*, tomo 1, segunda edição, Rio de Janeiro: Typografia Universal Laemmert, 1856, p. 22.

sócios correspondentes. A essa categoria o IHGB exigiria a mesma idoneidade intelectual dos efetivos, ou a oferta de um presente de valor que se destinasse ao museu do Instituto. Enquanto os sócios efetivos somavam-se 25, o número de correspondentes era ilimitado. A atuação desses sócios fornecia uma gama de objetos culturais entremeados por correspondência. Tais “presentes”, como eles chamavam, seriam relatórios, livros, memórias... Uma série de objetos por eles considerados como fontes relevantes para a escrita da história. Em relação aos sócios correspondentes no IHGB, outra proposta foi aprovada e praticada no Instituto, embora não tenha sido registrada como um artigo nos estatutos.

Em 1839, o sócio honorário Ataíde Moncorvo propôs que todos os oficiais dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros do Império fossem incorporados ao Instituto na categoria de sócio correspondente. Essa proposta foi seguida de outra que admitia os presidentes das províncias do Brasil²⁰². Dessa efetiva inclusão, o IHGB ampliou bastante os sócios correspondentes, mas porque esses sócios seriam tão importantes para as atividades do Instituto?

Para Januário da Cunha Barbosa, a escrita da história nacional seria produto de um trabalho conjunto dos letrados. Partilhava dessa concepção o sócio honorário Rodrigo de Souza Pontes que sempre atestou a importância dos sócios correspondentes no trabalho do IHGB para reunir as fontes. Assim, por todos os meios que o Instituto dispunha para metodizar as fontes para a escrita da história nacional, as doações de seus sócios correspondentes brasileiros e estrangeiros devem ser destacadas, porque foi uma atuação que se inscrevia no objetivo de um modelo de escrita que se realizava em grupo.

A propósito, a participação dos sócios correspondentes e as doações desses presentes para o Instituto têm permanecido sem estudos aprofundados. Só recentemente, os estudos de

²⁰² *Idem.*

Lúcia Guimarães sobre os congressos históricos realizados pelo IHGB²⁰³ e de Manoel Guimarães sobre a correlação com outras instituições congêneres como a Sociedade dos Antiquários do Norte²⁰⁴, têm destacado a interações do IHGB com seus congêneres.

Ainda que o Instituto de Montevideu não tenha prosseguido suas atividades, a correspondência entre os sócios permaneceram ativas e revelam a relação institucional do IHGB com o IHGN. Interrogamos quais as atuações dos sócios rioplatenses no IHGB? Quais as demandas que eles competiam? A partir das respostas que sobressaíram na pesquisa, supomos que a relação dos sócios correspondentes da região do Prata como o IHGB expressa uma relação de intercâmbio.

Dentre as conseqüências, chamou atenção a possibilidade de que as trocas culturais entre dos rioplatenses com o IHGB tenham sido responsáveis por formar parte do acervo da biblioteca e do arquivo do Instituto. Corroboramos nossa hipótese a pesquisa de Francisca. Azevedo e Flávia Grecco, as quais indicam que o acervo do IHGB possui o maior número de fontes sobre a América Hispânica no Brasil:

Enquanto a maioria dos acervos do Rio de Janeiro é muito restrita em fontes sobre a história América espanhola – exceção feita ao arquivo do Itamaraty que contém ampla documentação sobre relações internacionais – o IHGB abriga ampla e variada quantidade de fontes histórica sobre os países hispano-americanos, provavelmente resultado de uma diplomacia pragmática que desde os meados do século XIX procurou incentivar o intercâmbio com outras instituições americanas e passou aceitar em seus quadros intelectuais de outros países do continente como os argentinos Ramon Carcano e Julio Fernandez e os uruguaios José Salgado e Lucas Ayrragaray.²⁰⁵

Ainda que essa hipótese não seja plausível, o estudo da participação dos sócios rioplatenses no IHGB mais que informar sobre os trabalhos da região do Prata que foram

²⁰³ GUIMARÃES, Lúcia. “Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, N° 20, 1997.

²⁰⁴ GUIMARÃES, Manoel. “Para reescrever o passado como História: IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte”. In: HEIZER, Alda e VIEIRA, Antônio Augusto Passos (orgs). *Ciência, civilização e Impérios nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

²⁰⁵ AZEVEDO, Francisca. & GRECCO, Flávia. “IHGB: importante centro de documentação sobre a América Espanhola”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, Vitória, N° 1, p. 10-16, 2002. p. 11.

divulgados no Brasil e do interesse do Instituto brasileiro naquela história, ele destacará a forma como um sócio correspondente poderia contribuir para os trabalhos do Instituto .

3.2. Pedro de Angelis e a escrita da história como a busca sistemática de documentos

Pedro de Angelis nasceu em Nápoles no ano de 1784, mas adotou a nacionalidade argentina em 1827 quando trocou Paris por Buenos Aires, a Europa pela América. Em 1826, ele foi convidado por Bernardino Rivadavia, então presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata, para que o ajudasse a implementar ações culturais com a finalidade de “civilizar os povos”. Nos anos posteriores à sua chegada no Prata, ele foi responsável por parte das publicações periódicas do partido unitário ao qual pertencia o então presidente. No ano de 1827, Rivadavia renunciou ao cargo e seguiram-se muitos embates políticos nas Repúblicas provinciais. Na altura de 1830, o líder do partido federal Juan Manuel de Rosas começou a tomar a liderança política da região. Desde então, De Angelis tentou aliar-se ao Império e mudar-se para o Brasil, mas acabou vendo suas tentativas frustradas. Logo, ele passou a escrever nos periódicos federais e em 1843 apoiou abertamente o regime rosista²⁰⁶.

Os trabalhos periódicos e os livros editados por Pedro de Angelis referem-se, principalmente, ao tema da história, geografia, etnografia e literatura da região do Prata. Sempre envolvido com as lideranças políticas da região, ele recolheu bastante material biográfico dos quais lhe renderam muitas publicações do gênero. Mas, sua figura controversa e seu pragmatismo político o passaram à posteridade como um homem sem convicções políticas sólidas, pois “havendo-se imiscuído com zelo indiscreto e mercenário às lutas

²⁰⁶ As informações biográficas utilizadas por nós nesse trabalho tomaram como referência a introdução de Jaime Cortesão *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. A tese de Eduardo Scheidt *Representações de nação por periodistas italianos na região platina (1827-1860)*. 2004. 330p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. E a biografia de Joaquim Manuel de Macedo. “Elogio biográfico Pedro de Angelis”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 22, 1859. SABOR, Josefa Emilia. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina: ensayo bio-bibliográfico*. Buenos Aires: Solar, 1995.

políticas, que no seu tempo com tão vivo estrépito incendiaram o Prata, ainda hoje em volta da sua memória se prolonga o choque de idéias e partidos antagônicos²⁰⁷. Seja como for, não nos interessa aqui julgar a trajetória de vida de Pedro de Angelis, sim analisar suas maneiras de escrever a história da região do Prata que conduziram sua participação no IHGB.

Quanto ao tema, temos notícia da relação de Pedro de Angelis com o Brasil no ano de 1837 por meio das cartas do cavaleiro Henri Jules de Wallenstein. A essa altura, Pedro de Angelis travou correspondência com o representante russo no Brasil, o qual já era seu conhecido nos tempos em que os dois atuaram como diplomatas no encontro que deu origem ao tratado da Santa Aliança em 1812. Aliás, Wallenstein²⁰⁸ participou ativamente dos movimentos que puseram fim na expansão napoleônica, lutando nas tropas de Lord Wellington, o qual expulsou o exército invasor da península ibérica.

Desse encontro restou o vínculo entre Wallenstein e De Angelis. Assim entre os anos de 1837-1840, o cavaleiro abasteceu a prática colecionista de Angelis fornecendo a lista de livros, que insistentemente, ele requeria em troca de informações sobre as movimentações políticas na região do Prata. Da mesma forma, em carta de 1838 o letrado napolitano pediu ao seu correspondente que conseguisse uma ocupação no Brasil para ele:

*J' avais conçu quelques espérances par le succès de votre médiation: je ne pouvais pas croire que la protection invoque par un homme de lettres auprès d' un gouvernement éclairé, et un travail qui contient des matériaux utiles pour son histoire, rencontrerait de la tiédeur et des obstacles. [...] Comme je me propose visiter le Brésil avant de retourner en Europe, je me mets dès à présent aux ordres de ce gouvernement pour lui en témoigner ma reconnaissance. Douze années de séjour dans ce pays, m'ont mis en état de faire application des idées que j'ai apportées d'Europe aux circonstances locales des nouvelles sociétés américaines*²⁰⁹. [grifo nosso]²¹⁰

²⁰⁷ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.p.13.

²⁰⁸ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. "As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961)". Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1993/126.pdf>>. Acesso em 20/11/2008.

²⁰⁹ Trad. De Jaime Cortesão. Op.cit. p. 25-26, e pode ser confrontando com o manuscrito original da seção de manuscritos da BN, notação: I-28, 16, 015 n° 008.

²¹⁰ Pedro de Angelis escrevia ora em espanhol, ora em francês, por isso optamos por não traduzir suas transcrições porque percebemos que sua opção pela língua denota os capitais simbólicos que compõem parte do discurso construído por ele. Verificamos que a escolha da língua é diferenciada em relação ao correspondente e, ao momento tempo, aos fatos ocorridos no tempo em que ele escreve.

Nesse trecho, Pedro de Angelis destaca a imagem do Imperador como um homem das letras, bem como um vassalo ele pede sua proteção a um governo esclarecido. E continua seu argumento de que sua presença na América como um letrado, o habilitou na tarefa de aplicar as idéias européias às novas sociedades americanas. Entretanto, no ano de 1838 D. Pedro II contava com treze anos e não participava das atividades do IHGB, fato que sucedeu em 1850 quando já possuía 22 anos. Segundo Lilia Moritz Schwarcz e Lúcia Guimarães²¹¹, o IHGB afirmou a imagem de um monarca cidadão e amante da ciência através da sua participação nas atividades do Instituto. Mas, na época em que Pedro de Angelis escreveu o IHGB não havia sido fundado, portanto a referência ao Imperador como homem das letras esta mais próxima das qualidades que um Imperador deveria ter, como no conceito de monarquia universal, que da imagem atribuída a ele posteriormente.

A esse pedido seguiu-se, pois, um interesse desse letrado em conhecer mais a região da única monarquia em funcionamento na América. Por isso suas aquisições bibliográficas arrolavam as primeiras narrativas históricas sobre o Brasil e periódicos do Rio de Janeiro que publicavam documentos. Sabemos dessas aquisições porque quem as efetuou foi Wallenstein.

Nem mesmo o discurso encomiástico de Pedro de Angelis convenceu o cavaleiro, muito menos as autoridades brasileiras. Mais outra mercê foi concedida ao editor da coleção do Prata. Wallenstein era reconhecido no Brasil pelas suas práticas eruditas, inclusive no concurso do IHGB sobre o programa de como deveria ser escrita a História do Brasil, sua dissertação concorreu com a de Von Martius. Por suposto, ele conseguiu que os membros do IHGB aceitassem Pedro de Angelis na categoria de sócio correspondente. A respeito de sua admissão no Instituto, Pedro de Angelis agradeceu: “*Je ne pus me vom témoger fonte ma*

²¹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Op.cit.*

reconnaissance pour la Corté que vom aves ene de m'annocer une resolution generense de l'Institut, dont vous êtes l'organe[...]"²¹².

Nessa época, De Angelis não estava ainda assinando seu nome sob os auspícios de Rosas, logo as atividades que desenvolvia como editor provia suas necessidades materiais e eruditas. Daí depreende-se seu ensejo de utilizar Wallenstein e o Instituto histórico como distribuidores de suas edições na corte do Rio de Janeiro.

Cabe informar ao leitor que no mundo das letras oitocentista, as edições eram de certa forma encomendadas. O editor munido do material a ser lançado distribuía os índices em forma de panfleto para adquirir seus leitores, que nesse estágio eram identificados como subscritores, aqueles que comprovam o livro de antemão. Assim, os exemplares editados já possuíam seus donos e destinatários antes mesmo de serem impressos.

Até o ano de 1844, as cartas que Pedro de Angelis endereçou ao IHGB foram acompanhadas de pedidos de subscrição pública a fim de conquistar mais leitores no Instituto. Em 23 de setembro de 1840, chegou ao Instituto por doação de seu editor um exemplar da *Coleccion de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Rio de la plata. Ilustrado con notas y disertaciones, publicado nos anos de 1836 -1837*. Sua obra sobre as províncias da região do Prata, como já a considerava De Angelis, foi trazida de Buenos Aires por José da Silva Lisboa. Na época, o encarregado de trazê-la era representante do Império em Buenos Aires e sócio fundador do IHGB. Logo, o leitor pode observar que o transportador da coleção era perfeitamente habilitado, conseqüentemente garantiu a chegada da coleção ao seu destino.

Ora, porque tamanho cuidado Pedro de Angelis tomou para enviar sua doação à biblioteca do Instituto ? As rotas marítimas que levavam à cidade de Buenos Aires estiveram

²¹² Transcrição nossa da correspondência endereçada ao Cônego Januário da Cunha Barbosa. Seção de Manuscritos da BN, notação I, 3, 11, 32.

bloqueadas entre os anos de 1838-1840²¹³, porque a França decretou um bloqueio ao porto de Buenos Aires para ameaçar Rosas na condução da Guerra Grande, apoiando indiretamente os exércitos colorados. Por sua vez, o bloqueio prejudicou parte das atividades eruditas de Pedro de Angelis, em carta ao IHGB informou que: “*El aislamiento, en que nos tiene el bloqueo francés, me ha privado hasta ahora del honor de ofrecer á la docta y benemerita corporacion de que V^d. es el órgano, un ejemplar de mi obra sobre las Provincias del Rio de la Plata*”.²¹⁴

Posto o obstáculo que Pedro de Angelis enfrentou para doar ao IHGB uma obra que com o correr dos anos lhe renderia méritos no circuito letrado, cabe destacar a classificação que o próprio editor faz de sua obra no quadro dos estudos americanos. Segundo Angelis:

*En la vasta superficie del continente americano son infinitos los puntos que se ocultan aun á las investigaciones de los sabios. No solo las provincias centrales del Brasil, sino las limítrofes de la Guayana, del Perú y del Paraguay, la región magallánica, no pocos trozos de la costa del Pacífico y casi todos los cursos de los grandes ríos que debían haber facilitado estos reconocimientos, forman un inmenso vacío en la geografía de América.*²¹⁵

O leitor pode concordar que o notório dessa introdução é o diagnóstico que ele faz da ausência de trabalhos geográficos nas partes citadas do continente americano. Também pode ser inferido que o juízo de Pedro de Angelis não deixa de ser acompanhado de uma sugestão, cuja necessidade de conhecer o continente americano poderia ser suprida pelas edições documentais. E, por conseguinte, renderia a esse mercador das letras muito trabalho como editor-livreiro. Com o passar dos anos, Pedro de Angelis projetou uma segunda edição da *Colección*, o leitor pode conferir a carta que ele envia ao IHGB em 1841, comentado sobre essa publicação:

²¹³ LEVENE, Ricardo. *Op. cit.*

²¹⁴ AIHGB, Lata 41, pasta 90.

²¹⁵ ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras y documentos relativos a la historia Antigua y Moderna de las Provincias del Rio de la Plata*. Ilustrado con notas y disertaciones por Pedro de Angelis. Buenos Aires: Imprenta del estado 1836-1837. Tomo 3. p.1.

Viva a federação!
 Buenos Aires, março de 1841,
 Sr. D. Tenho a honra de enviar-lhe o prospecto de uma segunda série de Documentos inéditos sobre as províncias do Rio da Prata, e espero de sua bondade que não me prive da satisfação de tê-lo entre os meus subscritores. Aproveito a ocasião para saudá-lo com o maior respeito e apreço. Pedro de Angelis.²¹⁶

Por esse prospecto enviado por ele era uma continuação da primeira coleção publicada em 1836, desta vez o número dos tomos eram oito tomos, sendo organizados da seguinte maneira:

Tomo I. Misiones de Chiquitos
 Tomo II. Tomo III. Demarcacion de límites de las antiguas posesiones españolas y portuguesas en América
 Tomo IV. Tomo V. Misiones del Paraguay.
 Tomo VI. Topografía é história de la region Magallánica.
 Tomo VII. Tomo VIII. Documentos oficiales e de gobierno²¹⁷

Por esse diálogo, De Angelis incorporou os territórios do Paraguai e da Bolívia. Curiosamente aqueles que subscrevessem poderiam retirá-la no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Tipografia J. E. S. Cabral, o mesmo impressor da *RIHGB*, porém essa edição nunca veio a ser impressa. Sendo esse projeto abortado, será que depois Pedro de Angelis projetou uma terceira edição de sua *Colección* sobre a terra *Brasilis*? Então, após observar os trabalhos históricos que Pedro de Angelis doou ao IHGB, caber refletir sobre a relação entre colecionismo e o trabalho de edição de documentos na escrita da história de Pedro de Angelis.

Nas coleções de Pedro de Angelis o índice sugeria que os documentos fossem organizados em ordem cronológica. Quanto aos episódios das narrativas documentais, foi tematizado o descobrimento da região, as atas capitulares de 1810, entre outras memórias, narrativas de viajantes e cronistas coloniais que tratavam da população, e mais ele juntou mapas e documentos estatísticos. Por um lado, a reunião de documentos variados sobre vários aspectos históricos, geográficos e estatísticos da região do prata pode ser considerada como

²¹⁶ Arquivo IHGB, lata 180, pasta 75. Tradução nossa do original.

²¹⁷ *Idem.* p.2-3.

uma noção imprecisa do que constituía um documento, como destacou Fabio Wasserman²¹⁸. Por outro, esta ordenação sistemática de objetos que revelam o passado é característica da incorporação das práticas antiquárias no campo científico.

Ademais, o leitor deve ser recordado que Pedro de Angelis nasceu em Nápoles, mesma cidade onde viveu Vico. Segundo constam as referências, Vico foi introduzido no mundo letrado oitocentista por iniciativa de Jules Michelet que traduziu a Ciência Nova para o francês em 1827. Por sua vez, foi o napolitano Pedro de Angelis quem apresentou os textos de Vico a Michelet²¹⁹. No mesmo ano que vinha à luz a edição francesa de Vico, Pedro de Angelis se mudou para Buenos Aires. Na capital portenha, o napolitano passou a se reunir com os letrados e freqüentou as reuniões literárias, nessa participação ele introduziu a leitura de Vico, que logo foi traduzido em espanhol.²²⁰

“Vico tinha preparado de algum modo o caminho para uma síntese entre a filosofia e a erudição”, segundo os estudos de Momigliano sobre a historiografia moderna²²¹. Então, como o autor da Ciência Nova, será que a combinação da crítica e a editoração textual aplicada à produção de uma escrita que se organizava pelo método experimental, pode ter conduzido Angelis a de alguma forma sintetizar erudição e filosofia na sua escrita? Essa pergunta implica considerar que os procedimentos filosóficos do quais tratam as *coleciones* não se referem aqueles que a nação é o sujeito que entrelaça o passado, o presente e o futuro da nação, num modelo tipo hegeliano, como já demonstrou a análise de Wasserman e Pimenta²²². E sim àqueles que organizam o desenvolvimento de uma sociedade em quadro civilizatório,

²¹⁸ Wasserman, Fabio. *Op.cit* [1].p.65.

²¹⁹ Com as palavras de Michelet em sua introdução da Ciência Nova: “ M. Le chevalier de Angelis, auteur de travaux inédits sur Vico, a bien voulu nous communiquer la plupart des ouvrages italiens que nous avons extraits ou cites; exemple trop rare de cette libéralité d’esprit que met tout en commun entre ceux quis’occupent des memes matieres. On ne peut reconnaître une bonté si desinteressée, mais rien n’en efface le Souvenir.”J. B. Vico, Principes de la philosophie de l’ histoire, traduits de la Scienza Nuova, precedes d’un discours sur le système et l’ avie de l’auteur, par Jules Michelet (Brussels, Adolphe Whalen, 1835). In: MERCADO, Juan Carlos. *Building a nation: The case of Echeverría* . Boston: University Press of America, 1996.

²²⁰ SABOR, Josefa Alberdi. *Op.cit*.

²²¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 85-117.p.112.

²²² Wasserman, Fabio. *Op.cit*; PIMENTA, João Paulo. *Op.cit*.

as quais segundo as concepções filosóficas propostas por Vico, Michelet e Ranke só poderiam ser identificadas através do trabalho de escavação documental de um arquivo.

Nesse sentido, vamos recordar o trabalho de Hayden White sobre os gêneros de escrita da história no século XIX, pois esse autor explica como o papel da ação humana no mundo proposta por Vico orientou Michelet a trabalhar com o enredo romanesco e o trabalho de arquivo. O também sócio do Instituto Histórico de Paris entendia que o restabelecimento da unidade da ação humana era o método coerente para captar o processo histórico. Portanto, o conceito de história em Michelet emerge como a ressurreição dos homens, e o historiador era aquele que efetuaría o renascimento da verdade dos mortos, posto que ele dava voz ao passado através da sua narrativa e no trabalho dos arquivos. Vemos assim que a história romanesca de Michelet dava a mesma importância ao trabalho rigoroso do historiador nos arquivos, como Ranke²²³.

Agora que sabemos que a retórica testemunhal dos mortos evocada pelos documentos é também uma característica importante das filosofias que orientavam a escrita da história no século XIX, posto que a pronúncia do historiador *eu li* no arquivo possuía o mesmo valor do *eu ouvi*, ou *eu vi*. Vamos ler um trecho da dissertação de Pedro de Angelis em um dos documentos que editou na *Colección* :

Entre muchos filósofos, que sometían las sociedades a sus teorías, había muy pocos observadores que las examinaban prácticamente. Las ciencias políticas, mas rutineras y orgullosa que las naturales, no quisieron adoptar el método experimental, el único que podría perfeccionarlas. Continuaron, como en tiempo de Richelieu y Alberoni, sin mas norma que los aforismos falaces de gobiernos que se hallaban en circunstancias muy distintas de los actuales.²²⁴

Queremos destacar com essa citação que Pedro de Angelis pensava numa formação de sistemas explicativos do processo histórico, mas acreditava que o método perfeito só seria

²²³ WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992. p.168.

²²⁴ ANGELIS, Pedro de. *Op.cit.* tomo 3.p.V.

alcançado se fosse conduzido pelo método experimental. Conclui-se assim, que o modelo de escrita de Pedro de Angelis está situado na passagem da erudição antiga para a moderna, visto que a História como disciplina incorpora o método experimental utilizado pelos antiquários. Todavia a escrita da história como coleção não tem pretensões mais gerais, seu objetivo é investigar uma determinada região ou sociedade, como já indicou Momigliano escritores “Híbridos misturando a narrativa Histórica e a pesquisa sistemática existiram; mas até onde eu conheço, estes não abordaram nem Roma e nem a Grécia como um todo. Eles se encontram principalmente em obras de etnografia e história local”²²⁵.

Contudo, a concentração regional da *Colección* de Pedro Angelis serviu de fonte de estudos para outros projetos de escrita, não só da região do Prata, mas também do Brasil. Nesse passo as notícias sobre os grupos indígenas parece ter sido de grande interesse para os letrados brasileiros.

Em 1860, José Joaquim Machado de Oliveira, sócio honorário do IHGB, foi notificado pelo secretário do IHGB, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, para que devolvesse à biblioteca do Instituto os seis volumes que compunham a coleção de documentos relativos às Províncias do Rio da Prata, editada por Pedro de Angelis. Oliveira respondeu que não devolveria a coleção porque “desta tenho colhido bastantes notícias, que tem me servido para alguns escritos que tenho dirigido ao Instituto, principalmente sobre a etnografia brasileira, e que tem tido a suma benignidade de aceitá-los fazendo com isso súbita honra”²²⁶.

A coleção De Angelis era lida por Oliveira não só para os seus trabalhos etnográficos, mas também diplomáticos, visto que ele atuou na missão dos Estados do Pacífico, na qual lhe foi dada por

instruções verbais, que recebi do Ministério dos Estrangeiros, que convinha fazer a aquisição dessa obra, da qual colheria esclarecimentos a respeito de

²²⁵ MOMIGLIANO, Arnaldo. *Op.cit.*, p.107.

²²⁶ Arquivo Histórico do IHGB, coleção IHGB, lata 177, pasta 100.

vários assuntos que entraram em minhas atribuições procurei-a em todas as lojas de livros da Corte sem que em nenhuma delas a deparasse; tendo a visto, porém na biblioteca do Instituto solicitei do Secretario Perpétuo do Instituto, o finado Cônego Cunha Barboza que me desse por empréstimo, ou sob a condição de mandar vir igual de Buenos Ayres[...].²²⁷

A carta de Oliveira nos mostra como os estudos históricos e geográficos eram necessários para a consecução de projetos políticos no Prata. Dessa forma, as narrativas da *Colección* funcionaram como um espelho revelando a história da região do Prata, e da história do Brasil, como ilustra a leitura de Oliveira.

A escrita da história oitocentista praticada pelos letrados burocratas do IHGB esteve bastante associada às atividades diplomáticas, visto que a história escrita como o rosto da nação apresentava seus contornos pelas escritas que delimitavam as fronteiras regionais. Desde 1834, a Guerra Grande confundia os espaços geopolíticos da República Oriental, posto que o general Oribe possuísse um estado oriental funcionando em Cerrito e reconhecido como oficial pelo general Rosas. Enquanto na cidade de Montevideu Rivera e os colorados sustentavam a República do Uruguai. Portanto, dois estados políticos disputavam um mesmo território. Se os blancos vencessem a guerra o Estado oriental poderia pertencer à confederação Argentina, e Rosas estenderia a fronteira geográfica da Confederação de Buenos Aires até as províncias litorâneas a leste. Essa expectativa ainda ameaçava a recente incorporação da Província de São Pedro ao Império do Brasil com o fim da Farroupilha em 1845. Por isso, a configuração geográfica do Império ao sul estava dependente das demarcações espaciais das Repúblicas platinas.

Até o ano de 1845, a correspondência de Pedro de Angelis com o IHGB se referiu aos principais movimentos de delimitação das fronteiras entre as províncias do Brasil e da região do Prata, porque nesse período ele também se viu a cargo de Rosas para esses assuntos. Entre os anos de 1840-1841, De Angelis estava editando um periódico chamado *Monumento*, cujo

²²⁷ *Idem.*

projeto editorial era servir de testemunho sobre a guerra que a confederação Argentina travou com a Confederação Peru-Boliviana. A Guerra foi declarada por Rosas porque Andrés de Santa Cruz apoiou o partido unitário, o exército argentino foi derrotado em 1838. Segundo o trabalho de Josefa Sabor pode-se analisar o prospecto dessa escrita monumento.

1ª. Guerra contra el tirano de Bolivia y usurpador del Perú. Introducción histórica 8 acápites.

2ª. Cuestión francesa. Introducción histórica 15 acápites.

3ª. Guerra contra los unitarios y el gobierno intruso de la Banda Oriental. Introducción histórica 14 acápites.²²⁸

Diante dessa citação, vemos que o prospecto tratava dos últimos conflitos vividos pela confederação Argentina. Então, De Angelis planejava elaborar uma narrativa histórica utilizando documentos oficiais do governo Rosas, com fim de criar uma narrativa para testemunhar a legitimidade das guerras empreendidas por Rosas. Algumas cópias desses documentos foram enviadas ao IHGB de presente para sua biblioteca.

I' y joins une autre brochure sur um voyage exécuté dés la forntieré de la république bolivienne [jusq] aux bords du rio Paraguay, em hant de la vielle de l' Assomtion. Elle a le mérite de jeter quelque limière sur des partier les plus inconnes du continent américain.²²⁹

Pelas palavras escritas por De Angelis notamos, em primeira instância, o mérito reputado aos diários de viagem pelos letrados oitocentista, em segunda instância revela-se o interesse latente pela limitação dos contornos geográficos do continente americano. Desse conjunto de interesses de Pedro de Angelis depreende-se as justificativas que o fizeram doar esse manuscrito para o Instituto .

Quando comparamos o índice do *Monumento* com a carta dirigida ao Instituto histórico notamos que Pedro de Angelis reúne retóricas diferentes sobre seu trabalho. No

²²⁸ SABOR, Josefa. *Op.cit.*p.76.

²²⁹ Em 17-07-1844, AIHGB lata 141, pasta 88.

Monumento revela-se claramente a finalidade política de uma escrita testemunhal, já na carta o editor destaca a importância geográfica do documento. Com o mesmo fim de doar documentos para os marcos territoriais do continente americano De Angelis enviou mais presentes ao IHGB, principalmente sobre as fronteiras do Brasil com o estado oriental.

J' ai l' de vom adresser, pour l' offrir à l' Institut historique Bresilien, en mon nom, un exemplaire des documens de la dernière négociation, que M. M. Les Ministres Plenipotentiaries d' Angleterre et de France ont luivie avec le Gouvernement Argentin, pour la prisfication des Républiques du Rio de la Plata.²³⁰

On vient de publier ici une suite aux documens officels relatifs à la mission de M. M. Ouseley et Deffaudis emprise de vous en envoyer um exemplaire pour completer ceux que j' ai déjà em l' honnerur de vous adresser pour le offrir à l'Institut.²³¹

O objeto doado por Pedro de Angelis corresponde à publicação “*Mission de M. Ouseley et du baron Deffaudis à Rio de la Plata : suivi de la réffutation de la note collective.*” A Missão narra os episódios de negociação diplomática entre o ministro da confederação Argentina e os ministros que representavam Inglaterra e a França, respectivamente Mr. Willian Gore Ouselley e Baron Deffaudis. O principal motivo dessa missão especial foi desencadeado pela atitude de Rosas de fechar a passagem do Rio da Prata para o Paraguai em 1845. Como os ministros não conseguiram que o caudilho liberasse o transporte, outro bloqueio foi decretado por aquelas nações ao porto de Buenos Aires.

Em 1846, novamente o Reino Unido tentou restabelecer relações com a confederação argentina por meio da representação de Mr. Thomas Samuel Hood, sem sucesso novamente. Sobre essa missão Angelis também deu notícias ao IHGB:

J' ail' honneur de vous envoyer um exemplaiu des documens on vient de publier ivei sur la mission M. Hood. C'est une suite des deux collections qui ont para déjà sur l' interventiion de l' Angleterre et de la France dans le Rio de la Plata, et que je vous ai evoyées ansi. Je joins à cette derauère le

²³⁰ Em 22-11-1845, AIHGB lata 138, pasta 53.

²³¹ Em 20-02-1846, lata 142, pasta 62.

message adressé par le gouvernement de Buenos Ayres à la Salle des Représentans, dans lequel vous trouverez un resumé des évé nemens qui ant em lien, dans ces pays, pedant l' annè 1846. Je profiterais de la première occasion pour vous envoyer le nonvean mappe de l' Etat Oriental de l' Uruguay, dressé sir les observations et les notes du colorel du génie D^o José Maria Reyes, on service du Général Oribe. Il a été lithographié sous ma direction, et je le crois le plus détaillé et le plus exact le tous ceux qui existent. Il a été établis sur une assez grandé échelle, et il se compose de quatre femiles.²³²

Por todos os materiais doados ao IHGB por Pedro de Angelis entre os anos de 1845-1847, pode ser inferido que sua narrativa informava sobre os acontecimentos da região do Prata, ao passo que organiza uma espécie de notícias sobre as relações diplomáticas da confederação Argentina. Entretanto, qual o interesse de Pedro de Angelis ao informar o grêmio brasileiro sobre esses assuntos? Os objetos de interesse diplomático enviado ao IHGB por Pedro de Angelis pode ser interligado a existência do sabido correspondente.

Conforme as cartas que foram trocadas entre os representantes diplomáticos orientais e brasileiros, o sabido correspondente era um informante próximo a Rosas e Felipe Arana, que enviava todas as notícias confidenciais da política externa. Supõe-se que esse correspondente tenha sido Pedro de Angelis. O que recentemente foi descoberto é que tal informante foi uma invenção de Rosas para jogar com seus adversários, por conseguinte quem redigia as notícias era o próprio caudilho²³³. Se tal anedota se confirma ou não, a nossa pesquisa não consegue responder, então leitor, podemos apenas supor que essa pode ser uma das hipóteses que orientam esse grupo de doações de Pedro de Angelis.

Ainda quanto à diplomacia, curiosamente, o exemplar que a biblioteca do Instituto possuía do *Archivo Americano y espíritu de la prensa* não foi doado por Pedro de Angelis e sim por outros sócios. Porém, De Angelis enviou algumas cópias dos documentos que posteriormente publicou no *archivo*, qual o sentido dessa política de manuscritos? O caráter

²³² Em 14-01-1847, lata177, doc. 64.

²³³ Para mais informações sobre o sabido correspondente ver Jose Maria Rosa. "El misterio del sabido correspondente *Historia del revisionismo y otros ensayos*. Editorial Merlín, Buenos Aires, 1968.

desse periódico era divulgar uma imagem confiável da confederação argentina em outras partes do mundo, mas principalmente na Inglaterra e França, os países que mais intervieram nas questões do Prata. Nem todos os decretos e discursos eram transformados em documentos, pois revestido de prova eram os atos políticos polemizados na esfera pública, como os movimentos da Guerra Grande e as publicações dos exilados argentinos.

Portanto, o tempo presente domina o tempo documental do *Archivo Americano*, o qual pode ser considerado um arquivo daquele presente. Mas nem tudo era transformado em documento, apenas os materiais que poderiam atestar legitimidade das ações políticas do presente. Então, no período em que esteve sob os auspícios de Rosas, conclui-se que, as atividades letradas de Pedro de Angelis transformavam os atos públicos em uma palavra escrita documento-prova no auge daquelas querelas.

Nesse período inexistia qualquer tecnologia de captação da fala, por isso os letrados contavam apenas com o poder da palavra escrita para guardar a palavra falada. A necessidade de revelar a oralidade em escrita os entendimentos de documento. Os letrados rioplatenses escreviam porque viam e ouviam, eles construíram uma escrita onde o olho e o ouvido ainda tinham um papel muito importante. Visão e audição como instrumentos da escrita legitimavam muito mais atos do presente que do passado. Então, pelo menos na região do Prata, onde se queria acreditar que a comunidade política foi algo gerado por uma revolução recente, os atos do presente foram atores principais da escrita da história.

A atuação de Pedro de Angelis no Instituto Histórico e Geográfico como sócio correspondente cumpriu as atribuições que pertenciam a este cargo. Além disso, ele angariou notoriedade na República da Letras como editor do governo Rosas. Quando em 1852, o caudilho foi derrotado em Monte Caseros, a vida de Pedro de Angelis deu outra guinada. Nesse ano, ele se viu obrigado a sair de Buenos Aires, e por razões econômicas se desfez de parte de sua coleção bibliográfica.

A dinastia dos Habsburgo, da qual descendia o imperador Pedro II, ficou conhecida pelas grandes coleções e gabinetes de curiosidades.²³⁴ Herdeiro dessa tradição o Imperador foi um dos grandes incentivadores de que o Império deveria comprar a coleção de Pedro de Angelis em 1853. Nesse ano também, ele havia também adquirido a coleção americana de Von Martius. Nesse sentido, a imagem do Imperador como homem de ciência foi registrada por Pedro de Angelis em uma carta ao Visconde de Uruguai: “as perdas que sofri nestes últimos tempos me obrigaram a desfazer-me de minha biblioteca, e o que tem mitigado um pouco a minha dor, foi poder colocá-la em mãos do *ilustrado governo do Brasil*” [grifo nosso]²³⁵.

A compra foi intermediada pelo Visconde do Uruguai, na época Ministro dos Negócios Estrangeiros. Segundo Jaime Cortesão, a coleção comprada era composta de 1.717 obras em 2.747 volumes, destes 1.295 manuscritos.²³⁶ Ao efetuar a venda, Angelis esteve no Brasil para oficializar os trâmites, participando da reunião do IHGB ele a descreveu :

A reunião era bastante numerosa e selecionada. *Não creio que houvesse muitos sábios porém abundavam os cavaleiros*, quase não havia casaca que não fosse ornada de cruces e estrelas. O Imperador não tardou a ocupar o seu lugar, e iniciou a leitura de não sei que informações, que me foi impossível entender por não estar acostumado a pronúncia do português. Antes e depois da leitura, fui apresentado a várias pessoas, entre elas o Visconde de Abrantes, o Sr. Paulino, o ministro da guerra, Pimenta Bueno, um senador. Todos eles me recebiam, dizendo-me palavras lisonjeiras.²³⁷ [grifo nosso]

Nessa transcrição vemos um mundo letrado no qual o *locus* nobiliárquico já não era sinal de virtude, mas ainda sim o Imperador ocupava seu lugar ao sol, sempre no centro das relações sociais. Depois daquela reunião “selecionada”, Pedro de Angelis, ex - aliado de Rosas, foi recebido pelo Imperador e a Imperatriz, também napolitana, em sua residência Imperial. Depois desses encontros, a recepção de Pedro de Angelis no Brasil foi sempre

²³⁴ ver : <http://www.khm.at/> .Acesso em 12/01/2009.

²³⁵ SOUZA, José Antonio Soares de. “Como se adquiriu a livraria de Pedro de Angelis”. *RIHGB*, n°192, 1946. p.60-64. trad. do autor. p.61.

²³⁶ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guariá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

²³⁷ SOUZA, José Antonio Soares de. *Op. cit.* p.62. trad. do autor

lisonjeira, isso se deveu ao fato de que ele havia defendido “os direitos do império, e atacar as idéias ousadas de um estrangeiro que contemplára [sic] com inveja o gigante do Amazonas. A sua *Memória sobre a navegação do Amazonas*, escrita em resposta à de Mr. Maury, oficial da marinha dos Estados Unidos, foi um serviço real prestado á nossa pátria”.²³⁸

A coleção de Pedro de Angelis esteve tão associada aos interesses regionais e a demarcação das fronteiras que ela foi distribuída entre a Biblioteca nacional e o Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Apesar de algumas obras duplicadas terem sido enviadas ao IHGB. Joaquim Manoel de Macedo destaca no Relatório do IHGB:

Já em outro ponto deste relatório assinamos o notável favor, com que o governo de sua magestade[sic] honrou o nosso Instituto mandando engrossar a sua biblioteca com diversas obras que provenientes de uma abundante livraria ultimamente comprada, sobravam a biblioteca nacional; recebemos pois, graças a essa patriótica doação, não menos de 112 volumes. Entre as obras assim obsequiosamente concedidas ao Instituto figuravam algumas bem raras edições do século XVI e XVII, cujos exemplares não será fácil encontrar ainda em algumas bibliotecas de apaixonados bibliófilos. Além de muitas obras que não guardam imediata relação com a história, outras se encontram, que embora pertençam ao estudo de outros países, não podemos descrever os volumes recebidos, entre eles Felix Azara, Rocha Pitta, Simão de Vasconcelos[...]²³⁹

Os autores que foram recebidos e que eram referências para o estudo da História e Geografia do Brasil, como Rocha Pita e Simão de Vasconcellos, fizeram parte dos pedidos de Pedro de Angelis ao cavaleiro de Wallestein em 1837, época em que Pedro de Angelis desejava se mudar para o Brasil.

À guisa de conclusão, a escrita de Pedro de Angelis e sua relação com o IHGB retrata um problema de sua época: como transformar os materiais sacralizadas pelos antiquários em fontes para seus estudos? Se pensarmos em seus livros como uma resposta, evidenciam-se para nós a prática de uma escrita da História como a busca sistemática de documentos, pois eram estes documentos as fontes para a observação do passado e dos fatos presentes. Assim, a escrita da história de Pedro de Angelis combinou erudição e filosofia, e atendeu a todas as

²³⁸ Macedo, Joaquim Manoel. *Op. cit.* p.719.

²³⁹ MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatório”. *RIHGB*, 1854.3ª edição 1973. p.22.

demandas políticas da margem de cá e lá, porque sobre todos os fatos sua escrita contribuiu para fundar uma prática de observação do passado e do presente no campo científico.

3.3. Florencio Varela, o leitor assíduo das bibliotecas e dos arquivos humanos

Em 23 de fevereiro de 1907, os leitores bonaerenses do jornal *La nación*²⁴⁰ foram recordados que naquele dia seria celebrado o centenário de um famoso argentino conhecido como “el soldado del pensamiento”. Florencio Varela foi desterrado de Buenos Aires junto com os primeiros argentinos expulsos por Rosas. Ele nunca mais voltou ao seu lar, se casou com sua adorada Justa Cané através de uma procuração. Daí um tempo, Justa e *sus hijos* presenciariam seu assassinato em 1848 na cidade de Montevidéu, onde residiu no período do exílio. A morte e a vida de Florencio Varela estiveram ligadas ao combate à direção política que Rosas exerceu no Prata. Luis Domingues descreveu que ele era um apaixonado pela pátria e que seu maior desejo era voltar um dia. A pátria política e o lar foram perdidos por Varela, o qual viveu cheio de expectativas com o futuro de sua região, mesmo tendo vivido perto na cidade de Montevidéu, a pátria que ele sonhara esteve sempre muito longe.

De todos os argentinos exilados, Florencio Varela foi seu elo mais forte porque representou a comissão de argentinos exilados, por conseguinte ele manteve uma das maiores rede de correspondência com seus compatriotas. Além disso, desde que se formou nos cursos de Cânones e Economia política na Universidade de Buenos Aires, Florencio sempre ocupou cargos no ministério das relações exteriores, antes do exílio ele representou as Repúblicas Unidas do Prata, depois a República do Estado Oriental. Dessas experiências Florencio Varela adquiriu vasto material para aquele que foi seu maior sonho, “*una imprenta para sostener con el producto de su trabajo e de su inteligencia, y el tiempo necesario para realizar su proyecto favorito: la composición de una historia completa de la Revolución Sud-*

²⁴⁰ “Florencio Varela su centenario”. *La nacion*, sábado 23 de Febrero de 1907.

Americana.”²⁴¹. Em meio a expectativa de escrever essa história, nas idas e vindas de Florencio Varela ele passou alguns anos na corte do Rio de Janeiro, e como um mercador das letras se imiscuiu no IHGB. O leitor vai acompanhar agora os estudos históricos de Florencio Varela mediante a sua correspondência com o IHGB quando esteve no Brasil e depois quando regressou à Montevideú.

A viagem para a corte do Rio de Janeiro foi uma decisão do médico de Florencio Varela, que já vinha tratando de uma enfermidade pulmonar que o acometeu e o afastou de seu trabalho. Assim, por conselho médico, a corte dos trópicos poderia colaborar na recuperação desse letrado. A viagem transcorreu tranqüila e eles desembarcaram no Rio em 14 de junho de 1841, e residiram na rua do Príncipe, número 11 no catete. Em sua autobiografia Varela descreveria esse momento e a cidade como

todo lo que tiene notable me parece el principal centro de civilización y de comercio en la América del Sur. He pasado cinco meses revolviendo su biblioteca, en la que he hallado y extractado documentos preciosos relativos à la Historia política de estas regiones, cuando aun eran colônias.²⁴²

As palavras de Florencio Varela sintetizam o conjunto de ações que marcaram sua passagem pelo Rio: os estudos históricos desenvolvidos na biblioteca da corte. Vemos leitor, que seu interesse na biblioteca da corte esteve relacionado aos materiais do período colonial da região do Prata.

Sabe-se que o farto volume de informações sobre a região do Prata da biblioteca da corte fez parte das intenções da coroa portuguesa em anexar a região. Desde a época que D. Rodrigo Souza Coutinho ocupou a liderança dos assuntos da monarquia lusa, ele elaborou um projeto para o Império Português que localizasse o centro das relações coloniais na cidade do

²⁴¹ VARELA, Florencio. *Auto-Biografia*. Montevideú: Imprenta Del Comercio del Plata. p.50.

²⁴² *Idem*.p.10.

Rio de Janeiro²⁴³. Como parte de um processo de expansão fora de Portugal, os territórios platinos também seriam incorporados. Nesse movimento de expansão quando a corte se transferiu para o Rio em 1810, a colônia de Sacramento foi anexada ao Império Português. Já no período da independência, Sacramento foi incorporado ao Império do Brasil como província cisplatina, além dessa parte do território americano, chegou a ser cogitado na época da independência do Brasil a de Angola²⁴⁴. Em 1836, não era só Rosas que possuía projetos expansionistas, durante muitos anos as políticas do Império do Brasil aportaram o domínio de mais territórios, portanto o acúmulo de informações sobre os domínios pretendidos, como a região oriental certamente orientou muitas aquisições bibliográficas dos bibliotecários reais.

Em 1838, ocupava esse cargo o cônego Januário da Cunha Barbosa. O sócio fundador do IHGB e secretário perpétuo ficou muito próximo de Florencio Varela, o qual se tornou sócio correspondente do mesmo Instituto. Outro amigo que ele conquistou nessa estadia foi outro sócio fundador José Silvestre Rebelo²⁴⁵.

Cabe ser destacado que Januário da Cunha Barbosa teve um papel importante no processo de independência do Brasil por meio da atuação da loja maçônica Grande Oriente²⁴⁶ do Brasil, onde junto com seus consócios redigiram uma constituição para o Brasil. Reunida a Assembléia Constituinte em 1822, esse projeto foi apresentado e duramente contestado, visto que o texto era de caráter liberal e concedia relativa autonomia as províncias do Brasil²⁴⁷. Tal modelo contrariava as pretensões centralizadoras de José Bonifácio de Andrada e Pedro I, como de outros representantes da corte. Os conflitos que se seguiram entre eles acarretaram o

²⁴³ SCHULTZ, Kistern. *Versalhes Tropical. Império, Monarquia e a corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²⁴⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Construtores e herdeiros". A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCSÓ, István, organizador. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 271-302.

²⁴⁵ Cf. AIHGB, coleção Instituto Histórico, lata 139, pasta 85.

²⁴⁶ Sobre o papel da maçonaria no processo de Independência do Brasil ver BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. 1. ed. São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-EDUFJF-FAPESP, 2006.

²⁴⁷ Ver NEVES, Lúcia. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. E SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. 1ª.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

encerramento das atividades da constituinte. A outorga da constituição não foi o bastante: naquele mesmo ano uma representação litigiosa foi movida contra os deputados que defenderam a constituição mais liberal. Por meio de uma devassa²⁴⁸ os acusados foram condenados de serem republicanos e ameaçarem a ordem pública. Todos sem exceção foram conduzidos ao exílio político. Januário escolheu partir para Paris, onde tomou conhecimento dos trabalhos do Instituto Histórico de Paris, do qual procede ao modelo do IHGB.

Quando o IHGB foi fundado, os exilados pela devassa já estavam de volta. Lúcia Guimarães informa que os membros do IHGB chegaram a propor ao cônego e outros membros que reunissem seus testemunhos dos acontecimentos que conduziram a independência, formando uma comissão especial. Todavia, o tema da independência e o peso do caráter republicano que cercava esses membros devem ter sido responsável por esse trabalho não ter sido elaborado²⁴⁹.

Em 1838, os vários projetos de organização política que não foram resolvidos no momento da independência mexiam com as disputas políticas no centro do Império. Principalmente, porque as elites políticas das províncias de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Pará, São Paulo e São Pedro viviam em pé de guerra com as elites do Rio de Janeiro, as quais desejavam manter obter mais representação política. No período regencial 1831-1840, época em que o IHGB foi fundado, o pacto federativo concedeu as autonomias legislativas que as elites províncias tanto desejavam através do ato adicional de 1834. Ainda que a direção Saquarema tenha comandado a centralização do Estado brasileiro a partir de 1840, centralizando a competência legislativa na assembléia geral dos deputados e do Senado, a relativa paz entre as províncias do Brasil só foi possível mediante ao respeito a participação

²⁴⁸ Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manuel Alves de Azevedo, Tomas José Tinoco D'Almeida, José Joaquim Gouveia, Joaquim Valerio Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, José Clemente Pereira, o padre Januário da Cunha Barbosa e o padre Antônio João de Lessa. ... Rio de Janeiro : Tipografia de Silva Porto e Companhia, 1824.

²⁴⁹ GUIMARÃES, Lúcia. *Op.cit.*p.514.

política das elites provinciais pelas elites do centro do Império²⁵⁰. Diante desse turbilhão de disputas políticas que marcaram a cena cotidiana da vida pública no Império do Brasil, não podemos afirmar de maneira categórica, mas pelo menos supor que a aproximação dos rioplatenses com os sócios do IHGB denota a proximidade de idéias políticas.

Mas o jogo político possuía também diferenças. Enquanto para os letrados do Brasil a independência constituía um fato bastardo e inglório, digno de ser estudado pela posteridade. Para os letrados argentinos exilados a Revolução de maio era digna das glórias e das lembranças que restavam. Em relação a este que evento que despontara como um fato histórico, Varela dedicou tempo ao estudo dos acontecimentos “contemporâneos” de sua região, mas que fontes o Brasil poderia guardar sobre a Revolução de maio?

Os estudos da “feliz revolução” realizados por Varela no Brasil utilizaram um “*archivo humano*”: Bernardino Rivadavia. Isso mesmo leitor, tu leste errado, pois o mesmo presidente das Repúblicas Unidas do Prata, e que trouxera Pedro de Angelis a América, viveu na corte entre os anos de 1841-1844. Quando ele recebeu não só asilo político, consta-nos até mesmo uma pensão do Imperador. Segundo Ricardo Piccirilli, sócio da Academia Nacional de História Argentina, “nessa época [1840-1842], segundo versões de Rosas (seu inimigo) recolhidas por Saldías, Rivadavia recebeu uma pensão do Imperador D. Pedro II ao mesmo tempo viu desaparecer sua esposa Juana Del Pino, filha do Vice-Rei do Rio da Prata, Joaquim Del Pino”²⁵¹. Sobre esse fato temos algumas palavras de Florencio Varela:

Rivadavia perdió casi repentinamente a su mujer, señora de carácter elevado, de espíritu superior, de corazón bien formado, hija de un virrey español y fautora eficaz de las miras de su marido en los primeros días de la Revolución de nuestra patria. La situación de este hombre, quebrantado, pobre, monumento casi derruido de nuestras glorias no militares es realmente terrible; ahora se caso solo en el mundo [...] es un archivo de nuestras cosas; le distraigo haciendo hablar y aprendo mucho en lo que habla.²⁵²

²⁵⁰ DOHLNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

²⁵¹ O Grifo é do original. AIHGB, coleção Instituto Histórico, lata 571, pasta 15.

²⁵² AE, tomo I, p.235. Carta de Florencio Varela a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 22/12/1841.

As narrações de Rivadavia sobre a Revolução de maio foram para Varela como uma janela para ver um passado que ele não presenciou, pois era um *niño* aos anos de 1810. O velho Rivadavia narrou tudo o que viu e ouviu daqueles acontecimentos. De todas as palavras, Varela revelou que “*me da los documentos, tomo notas de lo que hablamos y a la noche las reduzco a apuntes metodizados*”²⁵³. A seqüência de trabalhos com Rivadavia proporcionou ao soldado del pensamiento uma inesperada aquisição: a biografia de Belgrano:

Entre otras cosas me ha dado Rivadavia una *Autobiografía* del general Belgrano, original; comprende sólo un breve período de su carrera; toda su campaña al Paraguay y algo sobre la batalla de Tucumán. Es escrita con ligereza pero bastante útil. Más despacio le daré idea más completa de es trabajo.²⁵⁴

O general Belgrano foi um dos chefes militares que destituíram o vice-rei Baltasar de Cisneros e formou a primeira junta de governo em Tucumán. Por todas as suas lideranças políticas, boa parte das memórias dos sucessos da Revolução de maio narrada por parte dos argentinos exilados centralizou-se em suas atuações. Sua autobiografia foi uma fonte para a biografia de Belgrano escrita por Bartolomé Mitre que é considerada, por parte da historiografia argentina, como a primeira história nacional da Argentina. Assim que entendemos o lugar que Belgrano ocupa junto com a importância da Revolução de maio para escritores como Florencio Varela, pode ser inferida a importância dos estudos com o Rivadavia.

Também foi nesse encontro que Varela pode conhecer a tradução de Rivadavia dos primeiros tomos da memória de “Viajes de la América Meridional” de Felix de Azara, uma das primeiras memórias sobre a região do Prata. Visto desse ponto, os estudos históricos que Varela realizou com Rivadavia apontam algumas características de sua escrita da história. A

²⁵³ AE, tomo I, p.242. Carta de Florencio Varela a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 01/04/1842.

²⁵⁴ AE, tomo I, p.242. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 1/04/1842.

primeira delas se refere à transformação de uma narrativa oral dos acontecimentos da Revolução de maio feita por Rivadavia em “*apuntes*”. Note leitor, que por mais que fosse reputado valor a um depoimento ele deveria ser metodizado através da escrita. Nesse aporte do método consistia o trabalho de escrita da história para Varela, fosse do passado colonial, ou do tempo recente da independência.

Em 1842, Varela se despediu do Brasil de seus estudos na biblioteca e com Rivadavia. Na viagem de volta para Montevidéu ele e sua família naufragou algumas milhas antes de aportar. Todos se salvaram, mas se perderam as anotações e os livros que Varela trazia consigo e não havia despachado antes. Em janeiro de 1843, ele narrou esses acontecimentos ao cônego Januário. E pediu a seu amigo que enviasse alguns livros a ele. Nesse texto encontram-se alguns detalhes sobre os seus escritos.

En esa pérdida total han perecido todos los libros que conmigo havia, incluso los que debia à la bondadosa amistad de V. S. y tambien el que V. S. me habia prestado, de los [Estrecho] de Magallanes [grifo do original] y demas.- —Mucho me pesa que toquem á V. S. mis pérdidas. – Por mi fortuna, he salvado todos mis documentos y papeles históricos, y todo lo que habia trabajado en esa Biblioteca, de que conservo tan gratos recuerdos, por lo conocimiento que en ella hin com V.S. –No puedo, sin embargo, continuar aquí mis trabajos, por que necesito absolutamente.[fl.1v] de Navarrete, el Herrera, el João de Barros, y otros libros que perdí y aquí no encuentro. Hogo, con todo, esfuerzos por procurarmo-los.²⁵⁵

Martín Fernandez Navarrete, Antonio de Herrera y Tordesillas e João de Barros. O primeiro autor do século XIX editor de uma coleção sobre os descobrimentos espanhóis, o segundo e o terceiro foram cronistas do século XVI das monarquias ibéricas. Quanto a Herrera ficou famoso por sua *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra Firme del Mar Océano*, onde reuniu a história das colônias americanas de Castela no período de 1492 a 1554. A escrita dessa *História General* foi feita em forma de anais, se referiam a ela como as *Décadas de Indias*.

²⁵⁵ AIHGB. 139, documento 85,

Quanto a João de Barros ele escreveu quatro *Décadas* para contar a história de Portugal. Ou Varela estava lendo outro livro de Barros *Geographia d'Entre Douro, Minho e Trás os montes*, o qual se destacou por contar uma história regional que se misturava a episódios da antiguidade. Segundo Diogo Ramada Curto, a historiografia ultramarina elaborou histórias gerais e regionais de estilo encomiástico, pois os escritores serviam ao Rei e trabalhavam para destacar os episódios das conquistas ultramarinas. E ainda “sem perder de vista o referido sentido encomiástico revela particular curiosidade pelas antiguidades romanas”²⁵⁶. De certo modo, o estilo flexível da historiografia ultramarina utilizou um modelo de escrita como as *Décadas*, cuja escrita narrava a história dentro dos marcos temporais pré-estabelecidos, porém as *Décadas* ultramarinas mesclavam um apurado trabalho de fontes e vestígios dos fatos com as primeiras narrativas da história romana. Ora, quais os elementos desse trabalho interessava tanto Florencio Varela?

Sabe-se pois que quando esteve no Brasil, ele começou a redigir um livro que se intitulava *Cuestiones entre España y Portugal sobre los límites de sus respectivas conquistas en la América Meridional hacia el Rio de la Plata y sobre la Colonia de Sacramento*. Este livro manuscrito teve por tema o estudo das negociações territoriais entre as monarquias ibéricas sobre a região do Prata. Com as palavras de Varela, observe leitor seu interesse nesse assunto:

Hallándome con tantos materiales me he determinado a escribir un libro especial sobre la materia. Creo que podré hacer algo de nuevo, completo y que/ ofrezca interés, pues cuanto veo escrito sobre el particular es deficiente, apasionado y está diseminado en muchos volúmenes y documentos sueltos. A más de que hai muchos de éstos que se ignoran y que importa publicar porque dan inmensa luz sobre varios puntos y deciden completamente otros.²⁵⁷

Por esse trecho percebe-se que a idéia de escrever um livro especial sobre as fronteiras regionais da América do Sul foi resultado dos materiais que lia e de suas anotações. Florencio

²⁵⁶ CURTO, p.107.

²⁵⁷ AE, tomo I, p.251. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 27/09/1842.

julgou que conseguiria ampliar os estudos históricos sobre os limites regionais e reunir os documentos que se relacionavam com o assunto. Segundo os estudos de Wasserman, o interesse de Varela nos direitos territoriais também era consequência dos fatos que ele considerava importantes para ser resgatado do passado colonial, nesse sentido os limites territoriais eram um passado a ser lembrado porque atendia as demandas do presente referente as negociações sobre os domínios territoriais entre os países da região do Prata²⁵⁸.

Logo, as *Cuestiones entre España y Portugal sobre los límites de sus respectivas conquistas en la América Meridional hacia el Río de la Plata y sobre la Colonia de Sacramento* era um fato da história da conquista da região do Prata que deveria ser estudado. De tal modo que Varela trabalhou para que o seu livro tivesse muitos tomos e se organizasse como uma coleção,

“empezaré que llevará este título *Cuestiones entre España y Portugal sobre los límites de sus respectivas conquistas en la América meridional hacia el Río de la Plata y sobre la Colonia del Sacramento, desde su origen, en 1493, hasta nuestros días. Sigue un volumen de Apéndices de documentos importantes, antiguos y modernos, muchos de ellos inéditos*.”²⁵⁹

Pela descrição do modelo do livro, um tratado de limites territoriais que publicaria documentos antigos e modernos, seguia Varela uma leitura das *Décadas* ultramarinas, mas também dos modernos como Alexander Von Humboldt, visto que esse letrado elaborou um esquema para o estudo da América Meridional valorizava a historiografia ultramarina, “segundo o qual [Humboldt] o conhecimento das descobertas teria sido difundido em primeiro lugar pelas cartas manuscritas, depois pela breve relação impressa e, finalmente, pela coleção.”²⁶⁰.

²⁵⁸ Wasserman, Fabio. *Op.cit.*p.136.

²⁵⁹ AE, tomo I, p.251. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 27/09/1842.

²⁶⁰ RAMADA CURTO, Diogo. “Historiografia e memória no século XVI”. *Cultura escrita Século XV A XVIII*.Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2007.p.91-118. p.108.

Não obstante os estudos de Florencio Varela, ele nunca terminou seu empreendimento. O que não impediu que o primeiro capítulo manuscrito circulasse de forma clandestina. E embora ele não quisesse tomar partido de nenhum estado seguindo a verdade dos documentos, sabemos por relatos de Luis Domingues que em 1844, Florencio Varela enviou para o cônsul geral do Uruguai na corte, D. Magariños, uma cópia de seu manuscrito²⁶¹. A doação da memória de Florencio Varela a D. Alejandro Magariños que residia na corte, dispunha o vigor da escrita da região do Prata em tempo de guerra. Seu uso na defesa dos interesses da República oriental atualizava naquele momento os episódios do passado colonial, e atendia as demandas do presente.

Assim, Florencio Varela talvez tivesse mudado de idéia em 1844? Nesse sentido, sua escrita a serviço das negociações que estabeleceriam as fronteiras do Império com a região do Prata, expressava seu compromisso com o artigo 16.º§4 do estatuto do IHGN, o qual exigia que os sócios elaborassem memórias que intervissem nas questões da administração da República oriental. Seja como for, Varela influiu “*directamente en la política del Río de la Plata, por la amistad que lo ligaba al señor Vásquez, el cual volvió como antes a valerse de su consejo y cooperación en el ministerio de Relaciones Exteriores*”²⁶².

Posto isso, a relação estreita que havia entre os estudos históricos do passado colonial e sua utilidade às demandas do presente caracterizaram a atuação conjunta dos Institutos Históricos e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, não só pela proximidade entre seus representantes, sobretudo pelo caráter utilitário da história. Nesse caso, a memória unida à edição de documentos se apresentava como uma forma de usar o passado colonial de maneira útil às questões da definição das fronteiras entre o Estado oriental e o Império do Brasil. Dessa forma, as memórias serviam de instrumento prático para os oficiais do corpo diplomático, que não por coincidência pertenciam aos Institutos Históricos e Geográficos. A

²⁶¹ *Idem*.p.17.

²⁶² DOMÍNGUEZ, Luis L. “Florencio Varela”. In: VARELA, Florencio. *Rosas y su gobierno*. Clasicos Argentinos. Volume II. Buenos Aires: Editor M. Gleizer.1927. p. 25.

escrita, a leitura e o emprego das memórias e dos documentos juntavam na mesma esfera do presente os acontecimentos transcorridos. Como o próprio Lamas definiu, a escrita da história da região do prata só era possível de ser operacionalizada com o talento das formas retóricas da escrita, nesse caso não esqueçamos que a memória pertence ao gênero da retórica, mas também se escreveria com a ação política. Portanto, os mercadores das letras como Varela conciliaram em seus estudos tanto a história filosófica como a antiga historiografia ultramarina.

Por fim, cabe ser ressaltado que durante os anos em que escreveu ao IHGB, Varela sempre pediu os mesmos livros. Parece que Januário não conseguiu comprar outros exemplares para Varela, e emprestar os volumes da Biblioteca da corte seria uma ação delicada. Como Varela não conseguia prosseguir seus estudo sem consultar Navarrete, Herrera e João de Barros, e na região do Prata não encontrava esses volumes em nenhuma biblioteca, podemos cogitar que seu livro especial não pode ser terminado por que ele não conseguiu consultar as fontes de que precisava ? Seja qual for a resposta, estamos diante da importância da rede de sociabilidade de um letrado para a realização dos estudos históricos.

Alguns dos trabalhos escritos pelos rioplatenses, eles necessitavam de materiais pertencentes aos arquivos e bibliotecas localizadas no Império do Brasil, porque eram escritas que prestariam à definição das fronteiras entre o Império e as Repúblicas. Dessa forma, essas histórias foram escritas para se tornarem testemunho, porém elas eram elaboradas no espaço dos Institutos, logo os sócios faziam questão de atestar o caráter conjunto de um saber elaborado mutuamente. Como essa escrita da história elaborada mutuamente pode ser lida por nós, historiadores do presente, que elaboramos nossas pesquisas no espaço solitário da leitura silenciosa, do escritório trancado, com o auxílio de uma máquina que basta um clique e já nos conecta a uma fonte de estudo de qualquer tempo que precisamos?

Então, o ofício da escrita da história no século XIX pertence a outro tempo, tempo de leituras compartilhadas em voz alta, discutida em grupo, circulada em forma de manuscrito. Quanto a isso, em carta a Januário da Cunha Barbosa, Florencio Varela disse: “cuento siempre con el comercio agradable e útil de los conocimientos que mutuamente adquiramos”. Dessa forma, revela-se uma escrita da história que se elabora como um saber compartilhado e baseado na troca de fontes, uma vez que as bibliotecas e arquivos públicos estavam sendo constituídos.

Na seqüência passamos a tratar dos outros diálogos entre Varela e o IHGB, e agora voltamos ao ano de 1843, quando Florencio Varela foi enviado para representar a República do Estado Oriental do Uruguai na Inglaterra. Ao retornar dessa missão diplomática esteve em Paris estudando naquela Biblioteca Real, onde encontrou um manuscrito sobre a região do Amazonas em língua guarani. Certamente esse achado foi doado ao IHGB:

El que ofrezco a V. contiene, sin embargo, algunos pormenores curiosos sobre los primitivos habitantes de las costas é Illos de las amazonas, y sobre los primeras poblaciones que allí fundaron los Portugueses. La referencia que hallará V. en la pag. 30 al demotero del Piloto Benito de Acosta a una noticia bibliográfica de que puede tal vez sucarse algun provecho. La cita de Lucano, en la pag 19 está tan mall escrita en la copia que tengo, que no pudiendó entender-lo, mi temiendo á la mano de la Fassalía, para buscar sus versos, dejarla en blanco.²⁶³

Fassalía, o copista que Varela contratou para copiar o manuscrito, foi o responsável pelas partes tremidas que ele não compreendeu. O centro do texto é a descrição dos indígenas e da ocupação portuguesa na região do Amazonas, que parecia de suma importância para os estudos do IHGB. Por isso, Januário informou a Varela que os membros do Instituto concordaram que o manuscrito deveria ser publicado na *RIHGB*. Ademais, a própria carta de Varela fornecia todos os dados da localização do manuscrito na biblioteca de Paris, seu estado físico além de uma minuciosa análise:

²⁶³ AIHGB, coleção Instituto histórico, lata 141, pasta 89.

Domina en su estilo la varía hinchazon de que adolecem jeneralmente las relaciones españolas y portuguesas de aquella época; la ostentacion ridícula de clásica erudicion mezclada con esencias superticiosas; sei que, para compensar esos defectos, se encuentra noticias desconocidas y datos ignorados. Sin embargo, he creido que el Instituto recibirá con agrado el manuscrito; porque, cuando se trata de colecciones bibliográficas y de monumentos históricos, no hai documento depreciable- por mucho que en si mismo lo sea, tiene importancia como parte de una colección²⁶⁴.

Nesse trecho, queremos chamar a atenção para o olhar de Varela sobre o manuscrito do Amazonas. Salta à sua vista o estilo da escrita referido na identificação da erudição clássica, que logo é rechaçada por ele. Ademais o que importava nesse documento eram as notícias desconhecidas sobre a região do rio Amazonas.

Segundo Graciela Batticuore, Varela era um leitor exigente e possuiu uma grande biblioteca. Nesse afã bibliográfico ele cuidava até mesmo dos aspectos materiais dos objetos que colecionava, como por exemplo, ele encapava os livros de sua biblioteca com encadernações personalizadas de material selecionado por ele. Ainda que o exílio oferecesse certas resistências, ele não abandonou esses *habitus*, “Exigencias todas de un lector culto o erudito que no ha renunciado a las finezas ni siquiera en ele destierro, donde las necesidades económicas apremian y las ofertas de las librerías resultan mucho más restringidas o escasas.”²⁶⁵. Importa, pois, destacar também daquela citação seu entendimento de que uma coleção possuiu um tema em comum do qual, fora da coleção o objeto perde seu sentido bibliográfico mas ganha outro caráter representativo: o de ser um monumento histórico. Qual sentido Florencio Varela expressava nessa palavra?

O documento entendido como monumento refere-se a uma compreensão da escrita mediante ao aspecto de sua materialidade, assim como os monumentos físicos a escrita também poderia transmitir as heranças do passado à posteridade. Em vista desse significado o termo monumento foi utilizado largamente no século XIX para caracterizar grandes coleções

²⁶⁴ *Idem.*

²⁶⁵ BATTICUORE, *op. cit.* s.p.

documentais, segundo Jacques Le Goff²⁶⁶. Também, estava em jogo na escrita nas edições documentais o exercício de crítica documental. Nesse sentido, as cartas de Florencio Varela ao Instituto fornecem poucos elementos sobre como ele praticava uma análise crítica, mas em outra correspondência com Gutierrez ele lança luz sobre esse ponto:

En resumen no hai método, no hai una idea nueva, ni hai elucidada una sola de esas cuestiones que tanto importan al conocimiento de la vida de pueblos; no hai criterio, no hai metodo, no hai perspicácia.²⁶⁷

O diagnóstico de Florencio Varela sobre o livro *Sota de Poliantes* destaca que o método e o critério deveriam servir para elucidar a vida dos povos. Com esse trecho chegamos ao critério da utilidade que direcionou boa parte dos estudos elaborados por Florencio Varela. Agora voltamos às doações que Varela fez à Biblioteca do Instituto dos tomos da *Biblioteca del comércio del Plata*.

A reunião dos tomos desse periódico apresenta uma coleção que reúne documentos diversificados, artigos da propaganda antirosista, muito dos quais já haviam sido publicados em outros periódicos. Tais aspectos podem conduzir à conclusão de que os discursos que dirigiram essa coleção não foram suficientes para representar o passado da região do Prata como antecedente da nação, como atestou Fabio Wasserman²⁶⁸. E mais, a reunião dos documentos variados serviria apenas para reunir os testemunhos para os futuros historiadores. Nessa análise, o autor indica que as coleções da região do Prata também funcionaram como instrumentos de mediação dos círculos letrados platenses com os europeus, e também as academias ilustradas americanas e européias²⁶⁹.

Todavia, nos comentários de Florencio Varela ao IHGB, o editor da *Biblioteca* expõe outros sentidos, como a utilidade atribuída ao comércio facilitada pela circulação de uma biblioteca impressa que continha: “*documentos y obras originaes y traducidas, reimpresas e*

²⁶⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª edição. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.p.528.

²⁶⁷ AE, tomo I, p.229. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 07/10/1841.

²⁶⁸ Wasserman, Fabio. *Op.cit.* p..68.

²⁶⁹ *Idem*.p..67

inéditas, relativas exclusivamente à la historia y à geografía de la América del Sur, y com especialidad à esta region”²⁷⁰. E mais uma vez ele repete que:

una coleccion de todos los tratados concluidos por los Estados del Rio de la Plata, y de las leys orgânicas y constitucions políticas de las Repúblicas Sud Americanas, del habla española. No me atrevia á presentar en doutan humilde, si no estoviese cierto de la bondad coa que esa corporacion recibe siempre todo lo que puede servir de monumentos para el estudio de la historia de estas rejiones.²⁷¹

Entre uma escrita e outra, o comércio útil que Varela manteve com o Januário acompanhavam a rotina dos letrados de conseguir reunir todas as fontes de que necessitavam para seus trabalhos de utilidade no caso de Florencio Varela. Aqui deve ser mencionado que Florencio Varela também trazia as marcas de seus primeiros estudos de economia política na Universidade de Buenos Aires, cabe recordar, pois, as leituras dos filósofos utilitaristas que foram lidos bastante na região do Prata.

A noção de utilidade sempre retomada por Florencio Varela está vinculada à noção que foi empregada por Jeremy Bentham, a saber, a utilidade como o fim pelo qual as ações humanas proporcionam o bem estar da comunidade. As filosofias de Bentham foram difundidas na região do Prata por Bernardino Rivadavia que mantinha correspondência com Bentham, Destutt de Tracy, James Mill, e Dominique de Pradt, pois seu projeto era criar na região do Prata uma República ilustrada. Um grupo de letrados apoiou o projeto reformista de Rivadavia entre eles citamos o professor de filosofia da Universidade de Buenos Aires Lafinur, e o poeta Juan Cruz Varela, segundo Klauss Gallo:

Algunos miembros de la clase política y de la incipiente “intelectualidad porteña” parecían inclinarse a favor de principios de más deudores del concepto de “utilidad” que de aquellas nociones teóricas vinculada con las

²⁷⁰ AIHGB, lata 180, doc 6.

²⁷¹ AIHGB, lata 181, pasta 14.

ideas rousseauianas y con los principios basados en los derechos naturales.²⁷²

Os princípios destacados por Klaus Gallo fizeram parte das leituras de Florencio Varela porque ele estudou na Univerdade de Buenos Aires, onde provavelmente foi aluno de Lafinur. Além do mais, o poeta Varela era seu irmão mais velho. Portanto, mais uma vez somos conduzidos a outras filosofias que orientavam a escrita da história dos letrados rioplatenses.

À guisa de conclusão, então, Florencio Varela não concluiu seu trabalho sobre a *História Geral da Revolucion Sud Americana*, mas seus estudos históricos contribuíram para isso já que para ele essa grande história deveria se escrita em partes:

La historia de nuestra Revolución, de nuestras glorias y nuestros desaciertos, de nuestro progreso y nuestro atraso, sólo puede aparecer grande, fecunda en prácticas lecciones cuando se escribe separada, formando un todo por sí sola. Si es preciso buscarla y separala del cuerpo jeneral de la historia de América, pierde inmensamente de su grandeza y de su efecto. Las jeneralidades perjudican siempre el conocimiento profundo de los hechos y de sus causas, de éstas sobre todo, e cuyo conocimiento exacto y perfecto desarrollo consisten las lecciones que la Historia es capaz de enseñar por el ejemplo.²⁷³

A história da feliz revolução arquitetada por Varela se desenhava nos modelos utilitaristas, nos modelos quinhentistas, e ainda consistia em ensinamentos. Os estudos históricos de um letrado exilado, envolvido nas questões políticas da sua região reuniram uma mistura de leituras antigas e modernas da escrita da história. Mas sobretudo, os seus trabalhos históricos se realizavam no espaço das academias ilustradas, onde se compartilhavam saberes e materiais. A escrita da história de Florencio Varela abordava, pois, o passado para atender as demandas do presente, seguindo muitas vezes o método experimental, típico de um olhar que também era colecionador .

²⁷² GALLO, Klaus. “A la altura de las luces del siglo” El surgimiento de un clima intelectual de los estados naciones en la Buenos Aires posrevolucionaria. In: MYERS, Jorge. *Op.cit.* 184-205.p.193.

²⁷³ AE, tomo I, p.229. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 07/10/1841.

Sua passagem pelo Brasil, as doações de seus estudos históricos ao IHGB, construíram uma atuação letrada marcada pelo interesse de produzir conhecimento através do comércio, das trocas com a comunidade letrada que o recebera no Brasil. Em troca alguns pedidos sempre foram atendidos como os volumes da *RIHGB*, outros nem sequer foram ouvidos. De qualquer forma, esse mercador das letras foi um dos estrangeiros responsáveis por engrossar as estantes da biblioteca do IHGB, principalmente a coleção sobre a região do Prata, de onde seu interesse foi que seus trabalhos servisse de monumento histórico para a história da região do Prata, nessa outra margem do Brasil. Já que o IHGN não funcionava com a regularidade sonhada por ele. *La triste situacion de este pais no nos permite realizar nuestros planos de utilidad y estudio: pero confio en que día vendrá eu que lo hagamos, y entónces cuento siempre con las luces de V.*²⁷⁴

3.4. Ler ossos tão quanto os papéis: os estudos históricos de Teodoro Miguel Viladerbó

O letrado Teodoro Miguel Viladerbó nasceu em Montevideú, mas viveu boa parte de sua vida fora dessa cidade, muitas vezes para realizar seus estudos e em outras para fugir dos conflitos políticos. Em Madrid iniciou a carreira de matemático, porém preferiu mudar para o curso de medicina da escola de Paris, onde se formou como médico e realizou estudos sobre a cólera, doença que assolava o ambiente europeu nos anos 30 do século XIX²⁷⁵. Dessas experiências, cada uma parece ter conduzido os interesses antiquários de Viladerbó no estudo da história.

²⁷⁴ AIHGB, LATA 142, pasta 46.

²⁷⁵ As informações biográficas de Viladerbó foram consultadas nos seguintes livros: GUTIERREZ, Juan Maria. *Biblioteca Americana Apuntes Biográficos de Escritores, Oradores y Hombres de Estado de la Republica Argentina*. Editado por Magarinos Cervantes. Tomo VII. Buenos Ayres. 1860. E ONNA, Alberto f. “Estrategias de visualización y legitimación de los primeros paleontólogos en el Río de la Plata durante la primera mitad del siglo XIX: Francisco Javier Muñiz y Teodoro Miguel Viladerbó”. In: MONTSERRAT, Marcelo. *La ciencia en la Argentina entre siglos: textos, contextos e instituciones*. Buenos Aires, Manatíal, 2000. p.53-70.

Na época que estouraram os conflitos em Montevideu entre blancos e colorados ele preferiu viver no exílio. Em 1844, o primeiro paleontólogo de Montevideu desembarcou na corte do Rio de Janeiro e ali fixou residência até 1846. No período que viveu no Brasil Viladerbó procurou aumentar seu cabedal através do mercado colecionista, pois para ele os objetos de interesse colecionador constituíam uma possibilidade de ganho. Mesmo que não conseguisse vendê-los, os direitos de posse dos documentos raros eram revertidos para seus proprietários, caso fossem publicados. Neste item, o leitor acompanhará as muitas vezes que Viladerbó atuou como um mercador das letras na corte.

Como era muito próximo dos argentinos exilados, ele trouxera uns documentos de D. Esteban Echeverría para serem vendidos na corte. Enquanto reconhecia os letrados brasileiros, ele começou seus estudos na biblioteca pública da cidade do Rio de Janeiro, onde logo se aproximou do seu bibliotecário Januário da Cunha Barbosa. Esse contato com o também secretário do IHGB propiciou a nomeação de Viladerbó na função de sócio correspondente do Instituto. E durante os anos que ele viveu na corte freqüentou as reuniões quinzenais da associação de estudos históricos assiduamente.

Todavia, a interseção de Viladerbó naquele círculo letrado brasileiro não assegurou a venda dos documentos de Echeverría. Se por um lado os documentos da região do Prata não despertaram o interesse dos colecionadores brasileiros, por outro lado a coleção de fósseis de Viladerbó atraiu bastante as atenções deles. Mas por quê ?

Desde o século XVIII, a região do Prata ficou famosa pelos achados paleontológicos, haja visto que os ossos encontrados na província de Luján formaram um grande esqueleto que permaneceu guardado pelo gabinete de história natural de Madrid. Por conseguinte, esse achado atraiu a atenção de muitos letrados na Região do Prata e na Europa, por isso houve um grande intercâmbio de ossadas de mamíferos entre a região do Prata e a Europa entre os anos

de 1831 a 1841²⁷⁶. No correr desses anos, Curvier, que comandou as explorações do Museu de História Natural de Paris, sugeriu que o esqueleto de Madrid procedente do Prata poderia pertencer a espécie do Megatério, ou “el Megatherium”, uma espécie mamífera já extinta. Charles Darwin, inclusive, foi explorar as margens do Prata munido dessas notícias, sobretudo ele contou com as descrições que foram divulgadas na Inglaterra pelo cônsul inglês Woodline Parish, que atuou na região do Prata.

As notícias de vida pré-histórica na região do Prata estimulou várias coleções de fósseis entre os letrados rioplatenses. Por exemplo, Damásio Larrañaga, manteve correspondência com Curvier e Saint Hilaire, o famoso naturalista francês que viajou pelas terras americanas no século XIX, informando a eles as descobertas que fazia em Montevidéu. No que dizia respeito aos estudos de História Natural em Montevidéu, esse padre naturalista e sócio honorário do IHGB teve a iniciativa de organizar o Museu de História Natural do Uruguai.

Nesse passo, o médico Teodoro Viladerbó foi outro oriental que também adquiriu o gosto por colecionar ossos. Não só colecionar, Viladerbó também teve um papel importante no ramo dos estudos naturais. No ano de fundação do IHGB, ele e Bernardo Berro participaram da 1ª expedição científica do Museu de História Natural, a qual buscava o fóssil de Pedernal. Dessa experiência eles elaboraram uma das primeiras descrições científicas da Gyptordonte, que foi publicada como “*Informe presentado a la Comisión de Biblioteca y Museo por los miembros de ella D. Bernardo Berro y D. Teodoro M. Viladerbó, sobre el reciente descubrimiento de un animal fósil en el Partido de Piedra Sola, Departamento del Canelón.*”²⁷⁷. Cada um desses trabalhos de Teodoro Viladerbó conduziu ao estabelecimento

²⁷⁶ Cf. PODGORNÝ, Irina. “De ángeles, gigantes y megaterios. El intercambio de fósiles de las provincias del plata del siglo XIX.”. In: SALVATORE, Ricardo.(comp.) *Los lugares del saber: contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno*. Rosario: Beatriz Viterbo editora,2007.p.124-158.

²⁷⁷ Viladerbó, T.M. y Berro, B.P. Informe presentado a la Comisión de Biblioteca y Museo por los miembros de ella D. Bernardo Berro y D. Teodoro M. Viladerbó, sobre el reciente descubrimiento de un animal fósil en el Partido de Piedra Sola, Departamento del Canelón. *El Universal*. 1838. (2551, 2552, 2553, 2555). Reediciones

das bases científicas da paleontologia na região do Prata, conforme já apontou o trabalho de Alberto Onna²⁷⁸.

Certamente, os letrados brasileiros conheciam o potencial pré-histórico das margens do Prata, uma vez que Larañaga e Viladerbó eram sócios do IHGB. Não obstante, a possibilidade de possuir um esqueleto dos gigantes megatérios motivou o interesse de Januário da Cunha Barbosa. O cônego desejou obter a coleção de Viladerbó com o propósito de guardá-la no Museo Histórico Nacional. Pelas palavras do proprietário dos ossos, o leitor pode apreciar o teor dessa negociação:

Hace tiempo que la desgracia me persigue sin darme descanso. Había proyectado desprenderme de parte de mis osamentas fósiles, proponiendo su adquisición al Presidente interino del Instituto Histórico y Geográfico, que era el canónigo Januario da Cunha Barbosa, y estaba él muy conforme y muy interesado en que tales osamentas se comprasen para el Museo de Historia Natural.²⁷⁹

Mas em seguida a essa carta, o cônego veio a falecer, e na seqüência Viladerbó viajou para Europa. O que não impediu que as negociações dos ossos fossem prosseguidas pelo IHGB, posto que o secretário que ocupou o lugar de Januário, Manoel Ferreira Lagos, também tinha grande interesse paleontológico. Então, Lagos incumbiu o sócio brasileiro Rodrigo de Souza Pontes, que em 1846 residia em Montevideú como ministro plenipotenciário do Brasil, para que efetuasse o transporte dos ossos:

Em observancia das ordens do Instituto Histórico Geographico que v. Sa. me transmitto com datta de 23 de Março ultimo, procurei o Senr^o D. Miguel Viladerbó para que me fossem entregues as caixas de ossos fosseis de que trattava a carta de ordens inclusa na carta official cuja recepção accusei, a fim de que as mencionadas caixas a V. As fossem remetidas no brigue Pavuna próximo a fazer-se de vela para esse porto: mas o ditto Senr^o D.

en: *Memoria presentada a la Honorable Asamblea General, Ministerio del Fomento, 1892: 693-706 y Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay* 15: 395-408.

²⁷⁸ ONNA, Alberto. *Op.cit.*

²⁷⁹ AE, tomo II, p.47. Carta de Viladerbó a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 22/02/1846.

Miguel me respondêo que as mencionadas caixas tinhão sido mandadas para França em consequência de ordens que para isso dera o dono dos ossos.²⁸⁰

Por esse trecho, vemos que Viladerbó desistiu de vender sua coleção ao Instituto histórico depois de parte do acordo ter sido feito. O destino dos ossos de Viladerbó foi o Museu de História Natural de Paris. Posto isso, será que o Museu parisiense ofereceu maiores ganhos que o IHGB para o mercador das letras?

Seja como for, antes de partir da corte, o secretário do IHGN deu cabo em outros estudos na biblioteca. Viladerbó deu seqüência à pesquisa que Florencio Varela havia iniciado em 1842. Ele fez, então, as mesmas leituras dos cronistas ibéricos e dos documentos sobre a colônia de Sacramento:

Estoy actualmente leyendo la obra del Navarrete sobre los viajes hechos por los españoles desde el siglo decimoquinto y los dos tomos de papeles sobre la Colonia del Sacramento referentes a los años de 1680 a 1725 y que Dn. Florencio Varela tuvo ocasión de extractar. Tanto en una como en otra obra hay hechos sumamente importantes para nuestra historia.²⁸¹

De acordo com essa citação, Viladerbó encontrou farto material sobre as navegações ibéricas na biblioteca da corte. A obra a qual se refere é a “*Colección de los viajes y descubrimientos que hizicieron por mar los Espanoles desde fines del siglo XV*” foi publicada em 1825 por Martín Fernandez Navarrete. Sendo o autor diretor da Real Academia de História de Madrid e bibliotecário perpétuo da Real biblioteca espanhola²⁸², sua coleção revestiu de caráter documental as crônicas e as famosas *Décadas* da historiografia ultramarina. Sobre esse tipo de escrita da história, Diogo Ramada Curto explica tanto as crônicas quanto as décadas estão inseridas na “cultura do excerto”, na qual os escritores reutilizavam antigos manuscritos em suas escritas, desse modo um mesmo episódio possuía

²⁸⁰ AIHGB, lata 177, pasta 54. Carta de Manoel Ferreira Lagos a Rodrigo de Souza Pontes, Rio de Janeiro 25/06/1846.

²⁸¹ AE, Tomo II, p. 286. Carta de Teodoro Viladerbó a Juan Gutiérrez. Rio de Janeiro, 20/11/1844.

²⁸² Para mais informações sobre Navarrete ver CÁSEDA, Teresa J.F. *Martín Fernández de Navarrete y la literatura de su tiempo*. Logroño: 2000.

sentidos diferentes, por isso Ramada Curto concluiu que as crônicas da conquista se caracterizaram como um tipo diferente dentro do gênero²⁸³.

Para letrados como Viladerbó, a Revolução de maio era o farol que orientava a história da região do Prata, porém os primeiros relatos da região tornavam-se uma fonte de estudo importante, porque constituíam o passado que pertencia ao processo que desencadeou a “feliz revolução”²⁸⁴. Logo, Viladerbó leu na coleção de Navarrete elementos sobre as navegações espanholas e a conquista do Vice-Reino do Prata, que além de constituírem fatos importantes para a história da região, serviram de inspiração para um trabalho histórico cujo nome repetia o estilo quinhentista de suas fontes. Sobre as *Decadas* de Viladerbó pode-se ler a crítica de Juan Gutiérrez:

Más que un trabajo histórico completo, eran un cuadro cronológico de acontecimientos y descubrimientos explicados con los preciosos materiales que había sistemado laboriosamente.²⁸⁵

Por essa avaliação pode ser observado como os modelos dos historiadores quinhentistas influenciaram a escrita da história de Viladerbó, não só no nome mas também no estilo. Suas *Décadas* abordam, então, como todo o material produzido pela historiografia ultramarina poderia ser utilizada para traçar um quadro genealógico da história da região do Prata, desde que ela fosse precedida dos métodos que orientavam a escrita da história, tais como a cronologia e a diplomática.

Por fim interrogamos qual seria a relação de Teodoro Miguel Viladerbó com os estudos históricos realizados com fontes tão distintas como os ossos e os documentos históricos? Seria ele guiado por um interesse colecionador desmedido de paixão por todas as formas de conhecer o passado de sua região? Ora, o leitor deve ser lembrado que Viladerbó se formou no curso de medicina, no qual obteve um olhar daquele investiga sinais por meio do

²⁸³ RAMADA CURTO, Diogo. *Op.cit.*p.99.

²⁸⁴ Cf. Wasserman, Fabio. *Op.cit.*

²⁸⁵ GUTIÉRREZ, Juan. *Op.Cit.* p.280.

olho, realizando uma autópsia. Esse mesmo método de investigação já era utilizado pelos primeiros historiadores e foi a partir dele que se constituíram as primeiras narrativas históricas tiveram como pressuposto a observação da sociedade²⁸⁶.

Portanto, a leitura de ossos e papéis, a combinação de trabalhos de história natural e história civil fabricada pela escrita de Viladerbó serviu para criar e legitimar uma identidade política de nação civilizada da República do Estado Oriental do Uruguai. Da mesma forma que seus estudos históricos realizados na corte do Rio e sua participação no IHGB, trabalharam para firmar laços de cooperação entre as comunidades letradas das margens de lá e de cá naqueles tempos de guerra no Prata.

3.5. Andrés Lamas e o jogo duro do tempo presente

O visitante que passeia no Museu Mitre e espia no corredor que antecede a porta de vidro da famosa biblioteca americana, olha para um retrato em óleo de seu colecionador Bartolomé Mitre. Em tamanho quase real de sua estatura, essa tela divide o espaço com um retrato em preto e branco, do mesmo tamanho que temos por hábito revelar nossas fotografias digitais. Aquela fotografia menor exibe um simpático velhinho de olhos miúdos em seu estúdio.

Ah! Aquele senhor deixou-se fotografar satisfeito em seu estúdio repleto de obras de arte como telas, esculturas, seus livros e bustos. O visitante se for argentino, logo reconhece o busto de Sarmiento e Mitre, o mesmo dono da casa onde está exibida essa fotografia menor. O velho Andrés Lamas exibido nessa imagem pomposa como um legítimo colecionador e erudito, retrata muito pouco suas outras formas. Quando jovem ele ocupou o cargo de chefe de gabinete da polícia de Montevideú, onde também comandava as tropas militares sitiadas

²⁸⁶ Para uma análise mais detalhada do método histórico da autópsia ver o trabalho de HARTOG, François. *El espejo del Heródoto. Ensayo sobre la representación del otro*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

contra o exército blanco de Oribe, no interior do território uruguaio. Nascido em Montevideú, Lamas se envolveu desde muito jovem na vida política da região do Prata. Soldado muito mais das idéias que das armas, no fim de sua vida ele preteriu ser retratado como um típico letrado junto com os objetos que ao lado da política foram suas paixões: os livros e as obras de arte.

Agora o leitor deve estar se perguntando – que cargas d’água esse oriental fez para ocupar lugar tão destacado num dos museus mais importantes da Argentina? Bem, o leitor já foi informado que a Guerra Grande alterou bastante as posições políticas da região da Prata. Lá pelos idos dos anos de 1847, a Inglaterra já havia trocado o ministro enviado para restabelecer a paz na região, totalmente frustado. Mr. Hood foi apenas mais uma de tantas tentativas de encontrar uma solução para aquele conflito.

Enquanto isso, o governo de Montevideú se desentendia com vários de seus auxiliares na Guerra. Os generais Paz e Pacheso y Obes já haviam sido desterrados no Rio de Janeiro e abandonado a chefia das tropas coloradas. Em novembro de 1847, chegou a vez de Andrés Lamas residir na corte, não como desterrado, mas como representante da República Oriental. Depois de sua residência no Brasil, Lamas nunca mais residiu em Montevideú. Ocupou sim, lugares políticos importante na República Argentina, quando Mitre centralizou as províncias em Buenos Aires no ano de 1860. Agora o leitor tem parte da história que explica o lugar tão destacado de Lamas ao lado de Mitre. Mas aqui vamos localizar a parte da vida de Lamas em que ele residiu na corte do Rio de Janeiro.

Rodrigo de Souza Silva Pontes, o ministro plenipotenciário do Império na cidade de Montevideú, conhecia Andrés Lamas desde 1845 quando havia chegado para residir naquela cidade. No momento em que ele tomou conhecimento da partida de Lamas para a corte, o também desembargador escreveu uma carta para recomendá-lo aos brasileiros. Ao contrário

de recomendá-lo aos seus colegas representantes do ministério, Rodrigo Pontes o recomendou ao secretário do IHGB, Manoel Ferreira Lagos. Essa carta vale a pena ser lida na íntegra:

Illmo. V. S^{or} Manuel Ferreira Lagos
 Montevidéo 22 de Novembro de 1847
 Apenas tenho tempo de lhe dizer que esta carta lhe há de ser entregue pelo V. D. Andrés Lamas, Ministro Plenipotenciário desta Republica nessa Côrte. E pessoa de minha particular estime, e amizade, e que padece, como nós, o achaque de gostar do estudo, e das letras. Eu rogo a V. S^a. o obsequio de pô-lo em contacto com os nossos homens das letras. Seria uma excellente requisição para o Instituto e em quanto ao mais, posto que a elevada posição de V. Lamas o lesão da necessidade de obséquios, e javões, em tomarei como feitas a mim proprios quaesquer demostraçoens de consideração, e sympathia pelas quaes V. S^a. Lhe queria provar que não despéza as recomendaçoens e apeia os amigos do seu Am^o e obriga^{mo} seado. Rodrigo de Souza da Silva Pontes²⁸⁷.

A caligrafia tremida do original dessa carta confirma como os acontecimentos transcorriam às pressas. Apresentar Lamas aos homens das letras no Brasil era o mesmo que colocá-lo em contato com os principais representantes administrativos do Império, pois no Brasil as elites letradas eram a mesma elite política.

Quatro anos antes, o mesmo Lamas havia fundado em Montevidéu o Instituto Histórico e Geográfico Nacional, que não pode funcionar em função de todos os conflitos já relatados ao leitor. Certamente a “particular estima, e amizade,” entre Silva Pontes e Lamas foi conquistada pelo mesmo envolvimento que um e outro tiveram na cena política e no esforço para consolidar uma escrita da história de suas regiões a partir de um Instituto. Nesse sentido, deve ser reconhecida mais uma característica dos mercadores das letras: “padecer do achaque de gostar do estudo, e das letras”.

Em 1847, Lamas ainda era jovem, mas já o reconheciam como um eminente homem das letras. Assim todas essas características tornavam Lamas “uma excelente requisição para

²⁸⁷ AIHGB, Lata 181, pasta 8. Carta de Rodrigo Souza Pontes a Manoel Ferreira Lagos, Montevidéu em 22/11/1847.

o Instituto”. Além do mais, o Instituto não deixaria de acatar uma das recomendações daquele que era um sócio fundador ainda vivo naquela ocasião.

Então, Lamas foi admitido ao IHGB na categoria de sócio correspondente em 1848. Durante todo o período que residiu na corte, ele participou de maneira ordinária de todas as atividades do Instituto. Entre uma e outra reunião, ele sempre ofereceu presentes à biblioteca. Tais presentes eram objetos escolhidos por ele diretamente de sua coleção.

Em Abril de 1848, o estado de saúde de Lamas o impediu de comparecer à reunião do IHGB que celebrava a inauguração dos bustos de Januário da Cunha Barbosa e Raimundo da Cunha Matos, os dois letrados que idealizaram o Instituto brasileiro. Nesta ocasião Lamas ofereceu ao Instituto mapas sobre a estatística da população de Montevidéu, “tablas”, e uma cópia de uma medalha de prata²⁸⁸.

Os objetos parecem ter sido escolhidos aleatoriamente pelo colecionador que os oferecia. Mas não! Em 1848, Lamas já trabalhava na *Notice sur la Republique Orientale de l’Uruguay. Documento de statistique concernaunt sa population indigine et exotique et le descloppement de sa richesse- Paris . 1851*. Sobre esse livro ele escreveu ao Instituto :

Presento igualmente el Instituto la primera parte de una colección de documentos estadísticos sobre mí país que estoy imprimiendo y que se ha traducido al frances con el titulo de Notice sur la Republique Orientale de l’Uruguay. Documento de statistique concernaunt sa population indigine et exotique et le descloppement de sa richesse- Paris . 1851. Espero que dentre muy poco podre oferecer-lo a la edicion española.²⁸⁹

A partir desse tipo de doação, tratamos agora da biblioteca de Lamas. Espoliada depois de sua morte e distribuída por varias instituições culturais da Argentina e do Uruguai, a coleção de Andrés Lamas incluindo seus livros, documentos e obras de arte é algo que está perdido para nós. Sua dedicação como colecionador pode ser comparada a de Pedro de Angelis. Sendo, um típico mercador das letras, a coleção de Lamas sempre serviu a sua escrita

²⁸⁸ AIHGB, lata 176, documento 14.

²⁸⁹ Em 22-06-1851, IHGB, lata 138, pasta 15.

da história da região do Prata. Por isso, a palavra coleção intitulou muito dos seus livros, inclusive, ele ajuntou na biblioteca do Instituto uma curiosa coleção de livros, a “coleção da gloriosa batalha de monte Caseros”.

Tengo el honor de ofrecer las publicaciones que especifico en la nota adjunta, y que pueden servir para aumentar la coleccion delas que já posee la Biblioteca del Insituto sobre la lárga y complicada lucha que terminó em el Rio de La Plata por la glóriosa batalha de Monte Caseros.²⁹⁰

Lamas tinha interesse em publicar os atos políticos de Juan Manuel de Rosas, visto que ao caudilho era imputado as mais bárbaras atitudes. Por detrás da propaganda anti-rosista havia o propósito de manter a soberania da República que ele representava. Como Lamas, o objetivo de todos os letrados opositores a Rosas era convencer a comunidade política estrangeira pela palavra escrita. A exceção de Pedro de Angelis, todos os sócios do IHGB oriundo da região do prata expressaram suas bandeiras políticas em suas escritas.

Então imagine, você leitor, que nos dois últimos anos que antecederam a batalha que derrotou Rosas, Lamas doou para a biblioteca do Instituto vinte e cinco números de panfletos, livros e revista que atacavam a direção política de Rosas, e no ano de 1852 celebravam a batalha de Monte Caseros. Qual a finalidade dessas doações para o IHGB? Os outros sócios do Instituto tomaram conhecimento desses livros na biblioteca do Instituto ? Será que eles foram disponibilizados para leitura?

Tendo em vista que Andrés Lamas atuou junto com Visconde do Uruguai para tramar as alianças que derrotaram Rosas, as suas doações para a biblioteca do IHGB se tornam bastante expressivas, pois sua participação no Instituto deixava transparecer suas posições políticas. Quanto a imagem de Lamas no Instituto trazemos uma carta de Manoel Ferreira Lagos para Lamas que é esclarecedora:

²⁹⁰ AIHGB, Lata 177, pasta 73.

Em resposta á carta que V. Exa me fez a honra de dirigir com data 10 do corrente, juntos remetto n' ocasião os nos 15 e 16 da Revista do Instituto, que são os últimos publicados. Como me consta que V. Exa parte amanhã para Petropolis, vou rogar-lhe de indicar-me, depois do seu regresso, qual o dia e hora mais opportuno em que V. Exa possa fallar-me pois desejo não só apresentar-lhe pessoalmente os meus respeitos, mas ainda dar-lhe solução sobre os outros objetos de que trata na sobredita sua carta, antecipando-lhe sómente a satisfactoria notícia de que o Sr. Dr. Valentin Alsina já se acha aprovado sócio correspondente do nosso Instituto , e o mais respectivo diploma eu mesmo teria a honra de entregar a V. Exa. Sou com maior estima e consideração

As relações amistosas entre Andrés Lamas e o IHGB era recíproca, haja vista as inúmeras doações e serviços prestados por Lamas como sócio correspondente. Inclusive, sua participação nas reuniões indicaram a admissão no Instituto não só de Valentim Alsina, mas de Juan Maria Gutierrez e Faustino Sarmiento. Assim, como ele era apressado de grande estima e consideração no grêmio brasileiro, pode ser inferido que as imagens que os letrados brasileiros tiveram dos conflitos da região do Prata incorporaram o lado colorado da história. Será que a escrita da história da região do Prata divulgada por Andrés Lamas no IHGB ajudou a convencer as autoridades do Império a tomar partido dos orientais e dos argentinos exilados contra Rosas e Oribe na Guerra Grande? Ainda não conseguimos confirmar essa ligação, mas nossa pesquisa permite supô-la.

Seja como for, temos um quadro das histórias da região do Prata que foram doadas ao IHGB a partir das cartas-doações de Lamas e outros sócios. A maioria delas trazem o nome de Rosas em seu título, o que demonstra que as histórias da região do Prata dessa época foram compostas sob um grande esforço de interpretação dos acontecimentos do presente. Se pudéssemos perguntar a algum sócio do IHGB como ele classificaria essas escritas, o que ele responderia ?

A interpretação do Instituto sobre as histórias da região do Prata concluiu que elas pertenciam à história moderna e contemporânea, porque assim elas foram catalogadas no biblioteca do Instituto e anunciada pelo secretário, Joaquim Manoel de Macedo,

O Sr. Andrés Lamas, incansável em prestar a nossa associação provas repetidas do amor que lhe consagra, e do interesse que por ele toma, remeteu-nos dezenove opúsculos, todos mais ou menos apreciáveis, subindo de importância para nós muitos deles por terem por objeto pontos da história contemporânea das Repúblicas, que nos ficam ao sul, com as quais somos naturalmente obrigados a entreter estreitas relações. Uma obra sobre a educação popular escrita pelo Sr. D. Domingos F. Sarmiento, hoje também nosso consócio, foi o remate dos obséquios com que o Sr. Andrés Lamas mimoseou o Instituto.²⁹¹

A partir da atuação política de Lamas no Império e da classificação das histórias da região do Prata pelo IHGB, como histórias contemporâneas, cabe ser estudado a importância da coleção dos fatos contemporâneos para essa geração de letrados envolvidos com as questões candentes da região do Prata. Segundo Guillermo Padilla, o neologismo *historia contemporânea* passa a ser utilizado na América no contexto de dissolução dos Impérios Ibéricos a partir de 1812, com suas palavras:

A ascendência da história contemporânea, amplificada pelo surgimento de “histórias filosóficas”, transformou-se em tribunal de justiça do próprio processo, abrindo uma fenda crescente entre o passado tido como autoridade e o presente estabelecido como potestade de si mesmo. Tratando de um novo programa de história que afeta especialmente a esfera da história civil e política, e portanto, que acompanhará de perto a construção e ressemantização de outros conceitos, como o de nação.²⁹²

Por essa citação conclui-se que a circulação da História contemporânea na América estava conectada à noção de que o passado da época colonial, encarado muitas vezes como o princípio dos conflitos políticos e das mazelas econômicas dos países independentes, não era mais capaz de guiar o presente. Por sua vez, o presente se abria cheio de futuro para os jovens estados, o que motivou a escrita das histórias contemporâneas. Dentro desse contexto que se localiza os estudos históricos de Lamas sobre a guerra contra Rosas e os documentos estatísticos. Por fim, poderia ser paradoxo um colecionador como Lamas se dedicar a escrita

²⁹¹ *RIHGB*, 1853, p.587.3ª edição. 1894.

²⁹² PADILLA, Guillermo Zermeño. História, experiência e modernidade na América Ibérica, 1750-1850. *almanack brasiliense*, n 7, 2008, p. 5-25. p. 21.

da história contemporânea da região não é mesmo leitor? Mas não, visto que para Andrés Lamas “*nada es inútil en una colección especialmente en la colección de un hombre que paso ante paso ha llegado a concebir la peligrosa idea de escribir una historia general*”²⁹³.

3.6. Sarmiento, o autor que se fez presente pela ausência

Em uma conferência clássica Michel Foucault sugeriu a questão: o que é um autor? A proposição da pergunta era questionar uma tese da história das idéias, a qual se baseia na suposição de que para compreender uma escrita a vida de seu autor deve ser estudada até a exaustão. O alerta de Foucault clareava as armadilhas que o discurso sobre si pode conduzir os investigadores. Resumidamente, a conclusão dessa conferência chega ao suposto de que o autor exerce uma função, ou seja que a vinculação entre um texto e um nome próprio também é uma construção efetiva de uma episteme, uma experiência ou um campo de saber, os quais podem e devem ser relativizados²⁹⁴.

Enquanto o relativismo lingüístico conduziu a reflexão de Foucault à proposta de que o texto tem valor em si mesmo e que os estudos biográficos são uma ilusão. A história cultural tem aproveitado essa discussão para estudar os modos de fabricação de um autor, aborda, pois, que a função do nome próprio constitui também um tipo de processo histórico, por conseguinte o texto e seu autor adquirem autoridade nos lugares em que circula. Nesse sentido, a partir de análise dos textos de Jorge Luis Borges, Roger Chartier chega a conclusão de que Borges fabricava discursos em que se distanciava de si mesmo e citava uma pluralidade de autores e idéias que não eram suas, mas que se referiam a seus textos. Conclui,

²⁹³ AE,tomo III, p.117. Carta de Andrés Lamas a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 20/11/1854.

²⁹⁴ “Terceira característica dessa função autor. Ela não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É antes o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos o autor.”FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. Lisboa: Passagens/Vega, 2002.p.50.

Chartier que Borges conseguia distanciar o eu do autor, dessa forma o autor revela-se em alguns pontos do texto também um leitor²⁹⁵.

Em resumo, queremos então aprender com essas reflexões. A primeira lição diz respeito ao autor, como nome próprio, é construído por um lugar de poder, pelos comentários que fazem de sua escrita, por sua vez o conduzem a uma identidade que mais se refere aos discursos das instituições de saber. A segunda lição mostra como o autor pode ser também um leitor do que escreve e ocupar posições plurais dentro do seu próprio texto.

A partir dessa introdução sobre a “autoridade” da função autor, queremos articular uma discussão sobre quais os elementos constituíram a formação do autor Sarmiento no IHGB. Uma vez que ele se tornou sócio correspondente do Instituto no ano de 1852, não conseguimos mapear sua participação. O que pode ser explicado pela lacuna que existe na coleção de correspondência do Instituto histórico no período de 1852/1860. Ou de fato Sarmiento foi proposto por sócio a pedido de Lamas e nunca participou do Instituto. Seja como for, a presença de suas idéias e projetos políticos sempre foi citada nas doações dos sócios rioplatenses o que explica a biblioteca do IHGB ter grande parte dos textos publicados por Sarmiento. Assim, Sarmiento circulou como uma representação da resistência rosista pelos argentinos exilados que participavam do IHGB, seus textos produziram presença através da ausência²⁹⁶.

Conhecemos Domingos Faustino Sarmiento por ter sido um destacado presidente da República Argentina e por ser o autor de *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Um livro que narra a biografia de Juan Facundo Quiroga, destacando em torno da figura do caudilho uma espécie de produto social dos pampas. Em linhas gerais, o intuito da

²⁹⁵ CHARTIER, Roger. “Debate Literatura e História”. IN:Revista *Topoi*.Rio de Janeiro,nº1,2000.pg.197-215.

²⁹⁶ A produção de presença é um conceito proposto por Gumbrecht, que significa a materialização da comunicação. Para o autor determinadas interpretações evocam a sensação do contato direto com evento do passado. GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Materialidades de comunicação: viagem de uma intuição”. In: SUSSEKIND, Flora e DIAS, Tânia (Org.). *A historiografia literária e as técnicas da escrita*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa: Vieira e Lent, 2004, p. 17-27. p.25

análise social que Sarmiento desenvolveu nesse livro foi atacar a imagem de Rosas, assim ele o faz destacando a dicotomia entre a civilização das cidades e a barbárie do campo.

Quando escreveu *Facundo*, Sarmiento estava exilado em Santiago no Chile, pois havia sido desterrado por Rosas. A novela *Facundo* circulou em partes num jornal e só depois publicada em livro. Até a segunda metade do século XIX, vários motivos restringiram a circulação de *Facundo* aos círculos dos argentinos exilados, entre eles os bloqueios sucessivos ao porto de Buenos Aires. Além do reconhecimento de *Facundo*, Sarmiento também se popularizou pelas iniciativas educacionais e seus tratados que foram aplicados ao ensino na República do Chile.

Teodoro Miguel Viladerbó não conhecia pessoalmente Sarmiento, mas já havia ouvido e lido seus escritos mediante sua convivência com argentinos exilados em Montevideú. Por coincidência eles se encontraram em 1846 no Rio de Janeiro. Sobre esse encontro relatou Viladerbó:

He tenido la gran satisfacción de conocer personalmente al Sor. Sarmiento, autor de las Biografías de Aldao y Quiroga, y redactor que fue del Progreso en esa república, que me ha venido recomendado de Montevideo por Dn. Esteban Echeverría, y me ha suministrado algunas noticias de Vd. Y entre otras que se hallaba dirigiendo un establecimiento de educación con muy buenos emolumentos, de lo que me he alegrado infinito. El Sor. Sarmiento es un hombre que en cualquier parte puede figurar por su grande facilidad para escribir e instrucción sólida y variada²⁹⁷.

As palavras de Viladerbó destacam um autor que exercia certa autoridade sobre os assuntos da instrução, embora ele tenha destacado a autoria de *Facundo* Quiroga, este não parece ser o texto que realmente constituía a referência de Sarmiento em 1846. Quanto a isso vejamos a coleção do autor Sarmiento sobre Pedagogia e Moral na biblioteca do IHGB:

²⁹⁷ AE, tomo II, p.47. Rio de Janeiro, 26/02/1846.

3ª classe Ciências e Artes III.1 Ciências filosóficas B. Aplicação da Moral a. Pedagogia e instrução pública	
Número	Títulos
181	<i>Educación comun: Memoria presentada el consejo Universitario de chile, etc,etc, por Domingos Faustino Sarmiento, Buenos Aires.</i>
182	<i>Educación popular, por Domingos Faustino Sarmiento, Santiago, 1849.</i>
189	<i>Metodo de lectura gradual, por Domingos Faustino Sarmiento, Santiago, 1850</i>
191	<i>Plan combinado de educación comum, silvicultura e industria pastoril aplicable al Estado de Buenos Aires por Domingos Faustino Sarmiento, Santiago de Chile, 1856</i>

Fonte: *Catálogo dos livros da Biblioteca do Instituto Histórico e Geographico e Etnographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

Os títulos apresentados nessa tabela reúnem de uma maneira ordenada as doações dos sócios rioplatenses. E apresentam um Sarmiento como autor que se dedicou à educação popular, de fato o personagem político Sarmiento entendia que somente a educação seria responsável por civilizar a nação argentina, conforme já apontou os estudos de Maria Elisa Mäder²⁹⁸. Ademais vamos observar outros índices que o autor Sarmiento aparece:

2ª classe Jurisprudência II. Direito civil e administrativo	
Número	Títulos
94	<i>Comentarios de la constitución de la Confederación Argentina con números, documentos ilustrativos del texto, por Domingos Faustino Sarmiento, Santiago de Chile, 1853.</i>
3ª classe Ciências e Artes III.1 Ciências filosóficas b. Política	
Número	Títulos
200	<i>Argyropolis ou la Capitale des États confédérés du Rio de La Plata, solution des difficultés qui empêchent la pacification définitive des Provinces du Rio de la Plata, etc, etc. Par M. Domingo F. Sarmiento. Traduit de L'Espagnol par M. Lenoir (de Lyon). Paris</i>

²⁹⁸ MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

<i>5ª classe História</i> <i>IV. História Moderna</i>	
Número	Títulos
1258	<i>Argyropolis ou la Capitale des E'tats confédérés du Rio de la Plata, solution des difficultés qui empêchent la pacification definitive des Provinces du Rio de La Plata, etc. etc. Publié à Santiago du Chili, par M. Domingo F. Sarmiento. Traduit de l'espagnol par J. M. B. Lenoir (de lion) Deuxième édition revue et complétée par Ange Champgobert. Paris , 1851, in 8. Avec 1 carte.</i>
1493	<i>Sarmiento(D.F.), Diputado el Congreso Nacional por la Proncia de San-Juan, al Jeneral D. Justo Jose de Urquiza, Vencedor en Caseros. Santiago de Chile, 1852</i>

Fonte: *Catálogo dos livros da Biblioteca do Instituto Histórico e Geographico e Etnographico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

Interessante notar, como o periódico Argirópolis foi classificado primeiro na classe destinada aos livros de política, e depois na classe de história Moderna. Os dois exemplares foram doados por Andrés Lamas em épocas distintas ao Instituto, o primeiro em 1851, e o segundo em 1852 na carta que já mencionamos estar destinada para a coleção da gloriosa batalha de Monte Caseros.

Contudo queremos chamar atenção para um momento que antecede essa classificação do bibliotecário do Instituto. Conforme as cartas-doações eram recebidas pelo secretário perpétuo, elas eram lidas na reunião do IHGB. Os materiais doados eram guardados na biblioteca e no arquivo do IHGB e classificados. Não obstante esse trabalho, no final do ano o secretário elaborava um relatório anual que era lido e publicado na *RIHGB*. Neste relatório constavam em forma de uma lista os livros recebidos pelo Instituto. Assim, essa espécie de balanço geral apresentava aos membros do Instituto o que poderia ser buscado e consultado em sua biblioteca, logo estamos considerando que as leituras dos livros no relatório anual equivaliam a uma lista bibliográfica.

Nesse ponto deslizamos para a função que uma reunião bibliográfica pode ter na construção de autoridades de um autor. Pascal Payen concluiu que as tábuas da Biblioteca de Alexandria contribuíram muito para direcionar as referências da literatura clássica entre os modernos, visto que as listas bibliográficas reúnem índices de enunciação, os comentários e as

reverências²⁹⁹. Desse ponto, pode ser concluído que as doações dos sócios rioplatenses propiciaram a elaboração de uma lista dos textos de Sarmiento. A escolha dos textos sobre instrução pública e a pacificação das repúblicas platinas após a batalha de Caseros elaborou uma função de um autor Sarmiento comprometido com esses temas. Uma representação um pouco distinta da que temos hoje, a de um autor Sarmiento lembrado e conhecido por Facundo. Portanto, leitor, as identidades de um autor se transformam ao longo do tempo.

No mesmo movimento de mudança, o eu também muda de idéias, como Sarmiento mudou em relação à forma com que olhou para o Brasil. Nos anos de 1846, 1852 e 1868, Sarmiento esteve no Brasil como um viajante. Em todos esses contatos com a terra brasílica ele a representou de formas distintas. No mesmo ano que se encontrou com Viladerbó, sob um calor infernal Domingo não deixou de vislumbrar o esplendor da natureza que cercava toda a cidade do Rio de Janeiro. Mas a situação do trabalho escravo e sua avaliação sobre os estabelecimentos educacionais logo o desencantaram. De modo que ele partiu com idéia de que a monarquia brasileira não passava de uma imitação frajuta dos modelos europeus³⁰⁰.

Nessa mesma viagem algo lhe chamou atenção, o poeta Mármol, argentino e exilado havia composto no Rio *o canto do peregrino*. José Marmol viveu muitos anos na corte e se integrou aos círculos letrados. O jovem poeta ainda publicou um jornal e fundou uma associação literária *Juventude progressista*. Como vimos nesse capítulo Marmol não foi o único argentino exilado que recebeu asilo político do Império brasileiro, pois a maioria dos sócios do IHGB oriundos da região do Prata pertenceram ao grupo de argentinos exilados e passaram pelo Brasil. A recepção da comunidade argentina de exilados pela monarquia brasileira foi uma fato que transformou suas representações na região do Prata no período em

²⁹⁹ FOUCAULT, Didier et PAYEN, Pascal. *Les Autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'antiquité*. Paris: Éditions Jérôme Millon, 2007.

³⁰⁰ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viajes*. Edición Javier Fernández, Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo, Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, 1996.

que essa comunidade retorna a pátria, após a caída de Rosas em 1852. Antes disso, o mesmo Sarmiento escreveu em *Sud America*, jornal editado por Sarmiento em 1851 no Chile:

Veinte veces solicitó del gobierno del Brasil con respecto al General Paz, lo solicita del gobierno de Chile con respecto al Sarmiento. El Brasil se negó comedidamente siempre a satisfacer esta pretensión, apoyándose en los principios más vulgares del derecho de gentes. La prueba de que un Gobierno no puede prestarse a tales exigencias, la tienen los Argentinos en el tratado litoral que sirve de pacto a la confederación Argentina, en el cual estipularon los gobernadores confederados “no tolerar que persona alguna de su territorio ofenda a cualquiera otra de las otras provincias o a sus respectivos gobiernos”. Si tal prescripción fuera de derecho no la habrían estipulado, é como el Brasil ni Chile han suscrito el tratado litoral, no pueden consultar sino sus propias leyes, antes las cuales individuos reclamados están exentos de todo cargo.³⁰¹

Esta referência ao estado do Brasil e não só a região, foi editada por Domingos Faustino Sarmiento em 1851, época de seu exílio em Santiago. Um exemplar deste periódico foi enviado para o IHGB no mesmo ano por Andrés Lamas, sócio correspondente do IHGB em Montevideú. Verificamos que, o estado do Brasil descrito por Sarmiento adquiriu o mesmo valor do estado chileno que o acolhera. O Brasil aparece como um estado de direito que respeita uma constituição o “direito de las gentes”. Assim, vemos que como as identidades da monarquia brasileira receberam outra representação de Sarmiento mediante as experiências de seus compatriotas exilados.

No espaço do Instituto, os sócios rioplatenses divulgaram seus autores e os textos que julgavam ser de importância para a história moderna da região do Prata. Dessa forma, os diálogos entre os letrados brasileiros e os letrados rioplatenses ocorreram na correspondência do IHGB, onde pode ser observado uma relação de intercâmbio letrado e político. Por fim, foi ressaltado que a circulação dos letrados rioplatenses no Brasil relaciona-se com a experiência do exílio dos argentinos que se opuseram a Rosas, mas a relação interdependente entre exílio – identidade – escrita da história já é um tema para outra história.

³⁰¹ *Sud America: política y comercio*, Santiago, 1851. Arquivo IHGB, notação 3531.

4. CONCLUSÃO

La idea de coleccionista se liga naturalmente a la de hombre dado a estudios históricos así como la de interesado en el éxito de esos estudios y la de amigo se ligan para mi, a la de cooperador. Andrés Lamas.³⁰²

Ao fundo do fim dessa narrativa, parece que a fala de Lamas resume bem a hipótese que dirigiu o nosso esforço de pesquisa: a escrita da história praticada por aqueles que se filiavam em um Instituto Histórico e Geográfico pertencia a uma tradição de escrita compartilhada, aos moldes de um cooperador. Essa história nos lembra que a constituição profissional do Historiador foi também a afirmação de um nome próprio e do trabalho solitário, pois tal processo deixou para trás os *habitus* dos antigos, o qual partia dos diálogos e dos debates de um conhecimento elaborado em grupo nas associações literárias.

Chegamos a essa proposição porque escolhemos uma postura investigativa que considera relevante estudar as instituições através dos exercícios de seus membros, e não somente através de seus discursos e regulamentos. Então, o leitor tem aqui a nossa idéia que explica o porquê não fizemos um esforço comparativo extensivo aos discursos e aos estatutos dos Institutos. Assim, os Institutos eram parecidos, a mesma origem os ligava à matriz de Paris e ao conceito de história do mundo oitocentista, embora o contexto regional particularizasse os modos de escrever a história. Outra parte da resposta também se baseia no nosso esforço de acompanhar os debates e os diálogos desses letrados sem necessariamente realizar uma comparação com fim de mostrar que era natural que eles se comunicassem, a despeito de todas as tensões e diferenças, pois todos aqueles letrados pertenciam a Repúblicas das letras.

³⁰² AE,tomo III, p.117. Carta de Andrés Lamas a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 20/11/1854.

Desse ponto, esperamos ter questionado o consenso de que as elites políticas do Império do Brasil mantiveram uma política de neutralidade em relação à América, por medo de propagar os projetos republicanos. Tal pressuposto historiográfico pertence à idéia de que o Estado brasileiro esteve prefigurado na nação colonial e monárquica. Até então, o anacronismo da nação como região já foi contestado pela historiografia recente, porém ainda assim ele manteve a construção das alianças políticas entre as elites do Império com as elites das Repúblicas americanas como um tema alijado das investigações dos historiadores no Brasil. Por uma questão de falta de tempo, a nossa dissertação não pode ampliar os impactos das conseqüências políticas das alianças travadas no IHGB. O que nos não impede de afirmar de antemão que diante da circulação de homens, livros e leituras nos Institutos Históricos ilumina com mais detalhes as relações sociais dessas regiões, conseqüentemente ampliam-se as possibilidades de estudos comparados da história do Brasil e da região do Prata entre os anos de 1838-1852.

Contudo, essa circulação foi promovida por instituições de saber, onde a participação dos sócios correspondentes teve um papel crucial nas atividades desses grêmios: organizar e reunir as fontes necessárias a todas as seções que eles se dedicavam. Portanto, não é à toa que Lamas afirma que a prática colecionista se liga naturalmente aos estudos históricos. Pois, como eles iriam angariar o material de Arquivos e Bibliotecas e promover os estudos das ciências auxiliares à escrita da história sem os objetos e as coleções bibliográficas?

Impossível para aquela época não contar com a participação dos indivíduos letrados para essa tarefa. Assim, pretendemos evidenciar a importância da categoria dos correspondentes. E dos correspondentes rioplatenses, os quais todos eram colecionadores. Bem como foi constatado que todos os materiais doados ao Instituto por eles pertenciam a um projeto de escrita e possuíam uma filosofia e um método. Já que deixamos em evidência a característica colecionista dos Institutos é importante reconhecer que as coleções documentais

possuíam a missão de servir de fontes para a escrita da história nacional, portanto elas eram *úteis* a comunidade por se destacarem como monumentos históricos. Logo, por detrás da escrita da história como coleção de documentos existe não só a tradição colecionista, como também um forte eco das idéias utilitaristas de James Mill e Jeremy Bentham. Então, podemos afirmar que sim, as coleções documentais editadas pelos letrados oitocentistas combinaram aspectos filosóficos e eruditos.

Também parece plausível afirmar que os letrados rioplatenses exilados reatualizaram as formas antigas da escrita da história, como a retórica da alteridade expressa na dicotomia *civilização-barbárie* sempre empregada em seus discursos. Outra característica também é a divulgação da história de Maio em verso. Da mesma forma que ficou claro que nesse período alguns deles cogitaram escrever a história da feliz revolução; ao mesmo tempo constituía a própria história nacional, em partes como no modelo das *Décadas*. Nesse sentido os letrados que chegaram a cogitar essa idéia, Viladerbó e Florencio Varela, foram aqueles que viveram no Brasil e que, por suposto, suas escritas seguiam as leituras que eles fizeram da coleção da historiografia ultramarina. Ressaltamos então, a relevância da Biblioteca da Corte herança do Brasil após a Independência em 1822, e herdeira do colecionismo dos reis portugueses.

É interessante notar que no século XIX, a escrita em forma de *Décadas* fosse um modelo provável para os letrados oitocentistas. Curiosamente, o Instituto imperial, que optou por uma representação da Independência do Brasil que mostrasse as linhas de continuidade entre o novo e o velho Império, rejeitou a forma de escrita que desde sempre foi mais usada para narrar a História de Portugal e dos descobrimentos. Já para os letrados rioplatenses, para os quais o evento da Independência foi marcado por uma ruptura e entendido como uma revolução de fato, a opção realizada por eles seguiram os modelos clássicos que pode ser verificados nas *Décadas* e na escrita biográfica, opção de Bartolomé Mitre para representar sua comunidade nacional.

Concluimos que as formas de escrita dos letrados rioplatenses denunciam uma ligação expressa com as idéias iluministas, embora eles fossem românticos, da mesma forma que eles fazem a opção por fundar uma instituição para escrever a história da região do Prata herdeira da tradição e não uma instituição universitária. Desse modo, ainda que as atividades do IHGN foram encerradas, sua importância foi fundamental para celebrar uma versão da revolução de maio e fundá-la como mito de origem no estado oriental. Contudo, esse projeto continuou sendo realizado depois que as atividades do Instituto de montevidéu se encerraram, visto que os letrados rioplatenses, exilados em sua maioria, continuaram se reunindo como um grupo. Mas, sobretudo, porque havia uma coincidência entre os propósitos dos Institutos e os projetos políticos de seus membros.

Então, vemos como as bibliotecas e as coleções documentais dirigiram as construções das identidades nacionais. Por esse eixo, a representação da nação através do outro também dirigiu os esforços mútuos de conhecê-lo, notamos como os letrados rioplatenses acumularam as *RIHGB*, através da doação do próprio Instituto. Da mesma forma que os letrados rioplatenses preencheram a coleção da “gloriosa batalha de monte Caseros” dentro da classificação da biblioteca do Instituto brasileiro: História Moderna. Sem dúvidas que as doações dos sócios rioplatenses fizeram com que o Arquivo do IHGB angariasse a maior parte das fontes no Brasil para o estudo da América Hispânica.

Por tudo que matizamos, pode ser deduzido que a panfletagem do IHGB convenceu as elites políticas brasileiras a tomar partido nas questões do Prata, além de ter sido mobilizada pela veiculação da escrita da história contemporânea da região do Prata em território brasileiro. Os letrados rio-platenses que se exilaram, ou passaram pelo Brasil travaram amizade com os letrados brasileiros e participaram ativamente do IHGB. Dessa maneira, eles difundiram no Império a história da sua “feliz revolução” bem com as suas conseqüências.

Diante dessa conclusão leitor, o posicionamento do busto de Bartolomé Mitre ao lado de D. Pedro II no Museu do IHGB retrata bem o partido tomado pelos brasileiros durante os tempos de guerra no Prata. Na Querela de *Clio*, os letrados do Brasil se tornaram um público participante, ficaram ao lado dos letrados opositores a Rosas. A posição do Instituto quis “apagar” o vestígio de Rosas no grêmio, uma vez que ele aparece como sócio correspondente em uma das listas, mas no Arquivo do Instituto sua presença é um grande silêncio, a não ser nos muitos títulos da lista bibliográfica enviada por Lamas e que enfileira a Biblioteca do Instituto para seus novos leitores. Enfim, esses foram outros tempos, outras formas de escrever a história e dialogar com *Clio* à procura das nossas origens pretéritas e futuras.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

I. Manuscritas

Archivo General de la Nación

- Colección Andrés Lamas. Legajo 2645e 2646.

Archivo Epistolario, Juan Maria Gutiérrez:

- Tomo I, p.235. Carta de Florencio Varela a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 22/12/1841.

- Tomo I, p.242. Carta de Florencio Varela a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 01/04/1842.

- Tomo I, p.242. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 1/04/1842.

- Tomo I, p.251. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 27/09/1842.

- Tomo I, p.251. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 27/09/1842.

- Tomo III, p.117. Carta de Andrés Lamas a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 20/11/1854.

- Tomo I, p.229. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 07/10/1841.

- Tomo III, p.117. Carta de Andrés Lamas a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 20/11/1854

- Tomo II, p.47. Rio de Janeiro, 26/02/1846.

- Tomo II, p.47. Carta de Viladerbó a Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 22/02/1846.

- Tomo II, p. 286. Carta de Teodoro Viladerbó a Juan Gutiérrez. Rio de Janeiro, 20/11/1844.

- Tomo I, p.229. Carta de Florência Varela Juan Maria Gutiérrez. Rio de Janeiro, 07/10/1841.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Coleção Instituto Histórico

- Lata 139, documento 85; lata 177, pasta 54; lata 180, documento 6; lata 181, pasta 14; lata 142, pasta 46; lata 139, pasta 85; lata 142, pasta 79; lata 180, documento 2; lata 41, pasta 90; lata 180, pasta 75; lata 177, pasta 100; lata 142, pasta 46; lata 141, pasta 88; lata 138, pasta 53; lata 142, pasta 62; lata 177, documento 64; lata 139, pasta 85; lata 571, pasta 15; lata 138, pasta 15; lata 181, pasta 8; lata 176, documento 14; lata 141, pasta 89.

Biblioteca Nacional (Brasil)

Seção de Manuscritos

- Notação I, 3, 11, 32 e I-28, 16, 015 nº 008.

II. Impresas

ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras y documentos relativos a la historia Antigua y Moderna de las Provincias del Rio de la Plata*. Ilustrado con notas y disertaciones por Pedro de Angelis. Buenos Aires: Imprenta del estado 1836-1837.

Decreto do governo Suarez que anunciava a organização das *fiestas mayas* em 1843. publicado em PIVEL DEVOTO, Juan E. *Op.Cit.* p.191.

“El general Rosas y los Salvajes Unitarios: Artículo primero”. In: **Archivo Americano y espíritu de la prensa del mundo**, numero 3, 30/06/1843, p.13-15. *Apud*: MYERS. *Op. cit.* p.194.

MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo. “Elogio biográfico Pedro de Angelis”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 22, 1859.

_____. “Relatório”. *RIHGB*, 1854.3ª edição 1973. p.22.

MARTIUS, Karl Friedrich Von. “Como se deve escrever a história do Brasil.” *RIHGB*, nº 6, 1844.

PIVEL DEVOTO, Juan E. “El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845)”. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Tomo XI, 1934-35, p.179-216.

RIHGB, 1843.2ª edição. Tomo 5.

RIHGB, 1853.3ª edição. 1894.

RIHGB, v.16, 1853. Extrato dos estatutos. In: *Revista trimensal do Instituto Histórico Geográfico brasileiro*, tomo 1, segunda edição, Rio de Janeiro: Typografia Universal Laemmert, 1856.

SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Trad. Aldyr Garcia Schelee. Porto Alegre: Ed. Universidade.UFRGS. EDIPUCRS, 1996.

Sud America: politica y comercio , Santiago, 1851. Arquivo IHGB, notação 3531.

Varela, Florencio. “Apuntes para la historia futura de la Independencia de América Española”. Publicados no Comércio del Plata. *Apud*: VARELA, Florencio. *Rosas y su gobierno*. Clasicos Argentinos. Volume II. Buenos Aires: Editor M. Gleizer.1927.

“Florencio Varela su centenario”. *La nacion* , sábado 23 de Febrero de 1907.

WALLENSTEIN, Henri Jules. “Memória sobre o melhor plano de escrever a história antiga e moderna do Brasil”. *RIHGB*, nº 45, v. 54.p.159-160,1882.

Fontes secundárias

ALBERDI, Juan Batista. *Organizacion de la Confederacion Argentina*. 1858.

ANÔNIMO. *Cartas sobre la educación del bello sexo*. Londres: Editor: R. Ackermann.1824

Catálogo dos livros da Biblioteca do Instituto Histórico e Geographico e Etnographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

DOMÍNGUEZ, Luis L. “Florencio Varela”. In: VARELA, Florencio. *Rosas y su gobierno*. Clasicos Argentinos. Volume II. Buenos Aires: Editor M. Gleizer.1927.

GUTIERREZ, Juan Maria. *Biblioteca Americana Apuntes Biográficos de Escritores, Oradores y Hombres de Estado de la Republica Argentina*. Editado por Magarinos Cervantes. Tomo VII. Buenos Ayres. 1860.

L'Institut Historique etant fondé dans un bout general d'utilité, la première condition de son existence est d'avoir dans toutes les pays des membres qui appuient et secondent ses efforts."Institut Historique de Paris. *Procès Verbaux des Assemblées générales et du Conseil*. 1834- 39. Bibliothèque de l'Arsenal. Cote MS 9185. *Apud*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Entre amadorismo e Profissionalismo: as tensões na prática histórica do século XIX". *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

LARA, Silvia Hunold (org.) *Ordenações Filipinas por Portugal. Livro V*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manuel Alves de Azevedo, Tomas José Tinoco D'Almeida, José Joaquim Gouveia, Joaquim Valerio Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, José Clemente Pereira, o padre Januário da Cunha Barbosa e o padre Antônio João de Lessa. ... Rio de Janeiro : Tipografia de Silva Porto e Companhia, 1824.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viajes*. Edición Javier Fernández, Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo, Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, 1996.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. 7 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

SILVA, João Cândido de Deus. *Cartas sobre a educação das meninas por uma Sra. Americana passadas do Espanhol a Português, e oferecidas às senhoras brasileiras*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.

VARELA, Florencio. *Auto-Biografía*. Montevidéo: Imprenta Del Comercio del Plata.

VILADERBÓ, T.M. y BERRO, B.P. Informe presentado a la Comisión de Biblioteca y Museo por los miembros de ella D. Bernardo Berro y D. Teodoro M. Viladerbó, sobre el reciente descubrimiento de un animal fósil en el Partido de Piedra Sola, Departamento del Canelón. *El Universal*. 1838. (2551, 2552, 2553, 2555). Reediciones en: *Memoria presentada a la Honorable Asamblea General, Ministerio del Fomento, 1892: 693-706 y Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay* 15: 395-408.

Referência

JOZÉ FREIRE, Francisco. *Secretario Portuguez ou methodo de escrever cartas*. Lisboa na typografia rollandiana. 1801.

SILVA, Antônio Morais e. *Dicionário da língua portuguesa*. Recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

Diccionario de la lengua castellana, por la Real Academia Española. 7ª edição. Madrid: Imprenta Real, 1832.

VELHO SOBRINHO, J.F. *Dicionário bibliográfico*. 2 vols. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937.
 YABEN, Jacinto. *Biografias argentinas e sudamericanas*. Buenos Aires: editorial Metropolis.1939.

Artigos e livros

ALONSO, Paula. *Construcciones impresas : Panfletos, diários y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*.Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.2004.

ALTAMIRANO, Carlos(.dir.). *História de los intelectuales en América Latina*.1º volumen. Jorge Myers(editor). *La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: KATZ editores, 2008.

AMANTE, Adriana. “O estrangeiro muito romântico – a literatura dos escritores românticos argentinos exilados no Brasil”. In: SANTOS, Luis e PEREIRA, Maria. *Trocas culturais na América Latina*. Belo Horizonte: Pós - lit/ FALE / UFMG, 2000. p.151-163.

_____. “Brasil: el oriente de América”. In: BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus & MYERS, Jorge.(compiladores). *Resonancias románticas ensayos sobre historia de la cultura argentina (1820-1890)*.Buenos Aires:EUDEBA, 2005. p.181-198.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ANNINO, Antonio e GUERRA, François X..*Inventando la nación*.Iberoamérica siglo XIX. México:Fondo de Cultura Económica, 2003.

AZEVEDO, Francisca N.& GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Imagens em confronto: as representações no Império brasileiro sobre as repúblicas platinas na Segunda metade do século XIX”. In: BRASIL, *A visão do outro: seminário Brasil - Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000. p.331-350.

AZEVEDO, Francisca. & GRECCO, Flávia. “IHGB: importante centro de documentação sobre a América Espanhola”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, Vitória, N° 1, p. 10-16, 2002. p. 11.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. 1. ed. São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-EDUFJF-FAPESP, 2006.

- BARMAN, Roderick. *Brazil, The forging of a nation (1798-1852)*. Stanford:Stanford University Press, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem. A elite política imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- BATTICUORE, Graciela. “lectores, autores y propietarios. Las bibliotecas románticas en Argentina.”.Disponível em: <http://caminhosdoromance.iel.unicamp.br>.Acesso em: 17 de outubro de 2008.s.p
- BORGES, Jorge Luis. “A velha dama”. In: *O informe de Brodie*. Obras Completas. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Globo. 2ª edição. 1999.
- BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.p.122-156.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. (org.Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BRANCHER, Ana & SOUZA, Fábio. “Políticas na exterioridade - notas sobre o exílio de escritores latinoamericanos”. Esboços (UFSC), v. 20, p. 205-221, 2008.p.205.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *O Teatro de Sombras. A política Imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÁSEDA, Teresa J.F. *Martín Fernández de Navarrete y la literatura de su tiempo*. Logroño: 2000.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. “As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961)”. Disponível em: <[http:// ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1993/126.pdf](http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1993/126.pdf)>. Acesso em 20/11/2008.
- CEZAR, Temístocles. *L’écriture de l’histoire au Brésil au XIXe siècle.Essai sur une rhétorique de la nationalité.Le cas Varnhagem*.Paris, EHESS. Tese de Doutorado, 2 tomos, 2002, 636p.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFGRS, 2002.p.61-81.
- _____. Debate Literatura e História”. In:Revista *Topoi*.Rio de Janeiro,nº1,2000.pg.197-215.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica*. Buenos Aires:Sudamericana, 2004.
- CORTESÃO, Jaime.*Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.p.13.
- DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.p. 305.
- DE JEAN, Joan. *Antigos contra Modernos. As Guerras Culturais e a construção de fin de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- DEVOTO, Fernando. “Los historiadores positivistas argentinos: conjuntos e itinerários”. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p.42-67.
- DOHLNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- SCHIDT, Eduardo. *Representações de nação por periodistas italianos na região platina (1827-1860)*. 2004. 330p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- ELIAS, Norbert. “A civilização como transformação do comportamento humano”. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.p.65-202.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História do Rio de Janeiro”. In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. p.139-161.
- FOUCAULT, Didier et PAYEN, Pascal. *Les Autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'antiquité*. Paris: Éditions Jérôme Millon, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. Lisboa: Passagens/Vega, 2002.
- GALLO, Klaus. “A la altura de las luces del siglo” El surgimiento de un clima intelectual de los estados naciones en la Buenos Aires posrevolucionaria. In: MYERS, Jorge. *Op.cit.* 184-205.
- GIL, Antonio Carlos Amador. *Tecendo os fios da nação: soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado Argentino. Buenos Aires entre o movimento de maio e a queda de Rivadávia*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1999.
- GOLDMAN, Noemí. “cronología”. *Lenguaje y revolución conceptos claves en el río de la plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008.
- _____. “Los orígenes del federalismo rioplatense (1820-1831)”. In: GOLDMAN, Noemí. directora de tomo. *Nueva historia argentina, Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. 2ª edición. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.p.103-118.
- GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si escrita da historia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- GONZALES BERNALDO, Pilar. “La identidad nacional” en el Río de la Plata post-colonial: continuidades y rupturas com el antiguo régimen. *Anuario del IEHS “Prof. Juan C. Grosso”*,

n.12. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, p.109- 122, 1997.

_____. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

GRAFTON, Anthony. *Bring out your dead*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

GUERRA, François X. “A nação na América espanhola: a questão das origens”. Revista Maracanã. Rio de Janeiro: UERJ. 1999/2000. Ano I, nº1, p.11.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. *RIHGB*, 156(388), 1995.

_____. “Um Olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Nº 20, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro: *estudos históricos*. nº.1.1988.p.5-27.

_____. “Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido”. *História em revista*, v.6, dez 2000. Pelotas: IBEP, 2000.

_____. “Entre amadorismo e Profissionalismo: as tensões na prática histórica do século XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 184-200.

_____. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.93-123.

_____. “Para reescrever o passado como História: IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte”. In: HEIZER, Alda e VIEIRA, Antônio Augusto Passos (orgs). *Ciência, civilização e Impérios nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas de modernidade”. In: *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.p.9-32.

_____. “Materialidades de comunicação: viagem de uma intuição”. In: SUSSEKIND, Flora e DIAS, Tânia (Org.). *A historiografia literária e as técnicas da escrita*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa: Vieira e Lent, 2004, p. 17-27.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2 ed. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.
- HARTOG, François. “La Historia como representación”. *El espejo del Heródoto. Ensayo sobre la representación del otro*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.p.289-337.
- _____. Régimes d’historicité: Présentisme et expériences du temps, Paris, Editions du Seuil, 2003.
- HESÍODO. *Teogonia. A origem dos deuses*. Trad. J.A.A. Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Apologia da história”. São Paulo, Folha da Manhã, 18 de julho de 1950 In: Marcos Costa. *Para uma nova história*. Textos de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- <http://www.khm.at/> .Acesso em 12/01/2009.
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175. p.135-136.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- Jose Maria Rosa. “El misterio del sabido correspondiente *Historia del revisionismo y otros ensayos*. Editorial Merlín, Buenos Aires, 1968.
- JINZENJI, Mônica Yumi “Os saberes sobre a infância no Curso Normal para Professores de Primeiras Letras'do Barão de Gerando (1839)”. In: LOPES, A. A. B.M.; GONÇALVES, I.A.; FARIA FILHO, L.M. de; XAVIER, M.C.. (Org.). *História da Educação em Minas Gerais*. 1 ed. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, v. 1, p. 405-415.
- KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Etnográfico brasileiro (1840-1860)*. Tese de Doutorado. Puc-Rio, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. *história / História*. Madrid: Editorial Trotta, 2004. p.27-153.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª edição. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LYNCH, John. “As repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai”. BETHELL, LESLIE. *História da América Latina: da independência até 1870*. Volume 3.São Paulo: Edusp.2001.
- MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *Civilização e Barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-

graduação em História Social, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros”. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCSÓ, István, organizador. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 271-302.

_____. *O Tempo Saquarema: A formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 2004.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *A outra Independência*. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

MERCADO, Juan Carlos. *Building a nation: The case of Echeverría*. Boston: University Press of America, 1996.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004.

MYERS, Jorge. “El letrado patriota: los hombres de letras hispanoamericanos en la encrucijada del colapso del imperio español en América”. In: ALTAMIRANO, Carlos(.dir.). *História de los intelectuales en América Latina*. 1º volumen. Jorge Myers(editor). *La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: KATZ editores, 2008. pp.121-144.

_____. *Orden y virtud, el discurso republicano en el regimen rosista*. 2ª edición. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. São Paulo: PUCSP. N° 10, 1993.

ONNA, Alberto f. “Estrategias de visualización y legitimación de los primeros paleontólogos en el Río de la Plata durante la primera mitad del siglo XIX: Francisco Javier Muñiz y Teodoro Miguel Viladerbó”. In: MONTSERRAT, Marcelo. *La ciencia en la Argentina entre siglos: textos, contextos e instituciones*. Buenos Aires, Manatíal, 2000. p.53-70.
p.383-396.

PADILLA, Guillermo Zermeño. História, experiência e modernidade na América Ibérica, 1750-1850. *almanack brasiliense*, n 7, 2008, p. 5-25.

_____. *la cultura moderna de la Historia. Una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colégio de México, 2002.p.61-62.

PALTI, Elias. “Rosas como enigma. La génesis de la fórmula “civilización y barbarie”. In: MYERS, Jorge; BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus (orgs.). *Resonancias románticas: ensayos sobre historia de la cultura argentina 1820-1890*. Buenos Aires: Eudeba, 2005. p.76.

Pascal Payen em conferência oral “Os intelectuais na cidade, dos Antigos aos Modernos, do exílio ao engajamento”, a ser publicada. Em 05 de setembro de 2008.

PÉCORA, Alcir. “Velhos textos, crítica viva”. In: TIN, Emerson. *A arte de escrever cartas*. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2005. pp.11-17.

PIMENTA, João Paulo. “A fundação dos Institutos histórico-geográficos na intersecção das historiografias nacionais de Brasil, Uruguai e Argentina”. In: *Anais XIX Simpósio Nacional de História* - ANPUH, Belo Horizonte, julho de 1997, pp1-14.

_____. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese Doutorado USP, 2004. E FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

PODGORNY, Irina. “De ángeles, gigantes y megaterios. El intercambio de fósiles de las provincias del plata del siglo XIX.”. In: SALVATORE, Ricardo.(comp.) *Los lugares del saber: contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno*. Rosario: Beatriz Viterbo editora,2007.

RAMADA CURTO, Diogo. “Historiografia e memória no século XVI”. *Cultura escrita Século XV A XVIII*.Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2007.

RODRIGUES, Antonio Edmilson. “A querela entre antigos e modernos: genealogia da modernidade”. In: RODRIGUES, Antonio Edmilson M. e FALCON, Francisco José Calazans. *Tempos modernos: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROLLEMBERG, Denise.*Op. cit.*; VIDAL, Paloma. *A História em seus restos: Literatura e exílio no Conesul*. São Paulo: Annablume, 2004.

SABOR, Josefa Emilia. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina: ensayo bio-bibliográfico*. Buenos Aires: Solar, 1995.

SAHLINS, Marshal. *Ilhas da história*. Tradutor: Barbara Sette. Rio de Janeiro. Editora: Jorge Zahar,1990.

SAID, Eduard W. *Orientalismo: Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALVATORE, Ricardo. “Consolidación del régimen rosista (1835-1852)”. In: Noemí Goldman directora de tomo, *Nueva historia argentina, Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. 2ª edición. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005. p.323-365.p.327.

SCHULTZ, Kistern. *Versalhes Tropical. Império, Monarquia e a corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Org.). *Diccionario Político y Social iberoamericano. Conceptos Políticos en la era de las independências 1770-1870*. Vol II. 1 ed. Madrid: Fundación Carolina; Soc. Estatal de Conmem. Culturales; Centro de Estudios Pol. y Constitucionales, 2009.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. 1ª.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SOUZA, José Antonio Soares de. “Como se adquiriu a livraria de Pedro de Angelis”. *RIHGB*, nº192, 1946. p.60-64.

TERNAVASIO, Marcela. “Hacia um régimen de unanimidad. Política y elecciones em Buenos Aires, 1828-1850”. In: Hilda Sabato. *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México:Fondo de Cultura Económica, 1999.p.119-141.

TREBITSCH, *apud*: GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si escrita da história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, pp.163-193.

TURIM, Rodrigo. “A ‘obscura história’ indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)”, In: Manoel Luiz Salgado Guimarães (org), *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2006, p. 86-113.

NEVES, Lúcia. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y La Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.[1]

_____. “Revolución”. In: Noemí Goldman. *Lenguaje y revolución conceptos claves en el río de la plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008.[2]

WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEINBERG, Félix. *El salón literário de 1837*. Buenos Aires, Hachette, 1977.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)